



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

UISEU

Instituto de Gestão e das Organizações da Saúde

Mestrado em Gestão Aplicada

O IMPACTO DO ENDIVIDAMENTO NA QUALIDADE DE VIDA

Daniela Sofia Almeida Lopes

Orientador: Professor Doutor António Ferreira

Viseu, abril de 2022



CATÓLICA

INSTITUTO DE GESTÃO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SAÚDE

UISEU

O IMPACTO DO ENDIVIDAMENTO NA QUALIDADE DE VIDA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Viseu, para
obtenção do grau de Mestre em Gestão Aplicada

Daniela Sofia Almeida Lopes

Orientador: Professor Doutor António Ferreira

Viseu, abril de 2022

“He that dies pays all debts.”

- William Shakespeare, *The Tempest*

Agradecimentos

A construção de qualquer trabalho de investigação não se realiza de um modo isolado. São várias as pessoas que, de uma forma ou de outra contribuem para a sua elaboração.

Também a elaboração desta tese contou com a preciosa ajuda de duas pessoas que não posso deixar de referir. Agradeço:

Ao Professor Doutor António Ferreira, orientador da presente tese de mestrado, pela sua paciência, disponibilidade demonstrada e acima de tudo palavras de conforto e motivação.

Ao Professor Doutor Paulo Pereira pelo precioso auxílio na análise estatística dos resultados, nomeadamente na realização dos testes no software *SPSS* e na interpretação dos mesmos.

Não posso igualmente deixar de agradecer aos meus pais e ao meu namorado por todas as vezes que me incentivaram e auxiliaram neste estudo.

Por fim, uma palavra de apreço ao meu chefe, Dr. Gentil Amado, pelo facto de muitas vezes facilitar a reorganização do trabalho para que tivesse mais tempo para dedicar a esta dissertação.

A todos, o meu obrigado.

Resumo

O objetivo principal deste estudo passa por responder à questão: existe uma relação entre o endividamento e a qualidade de vida do indivíduo?

Para alcançar este objetivo optou-se por recorrer a uma metodologia quantitativa. Para recolha dos dados foi criado um questionário baseado nos questionários OEC-DECO (Frade, 2013) e WHOQOL-BREF (Carona et al., 2006).

Este estudo identificou uma relação positiva entre o endividamento (deter créditos bancários) e a qualidade de vida. Analisados os vários domínios da qualidade de vida (físico, psicológico, social e meio ambiente) e a qualidade de vida em geral chegou-se à conclusão de que para o domínio psicológico e para o domínio do meio ambiente a qualidade de vida é, em média, superior para as pessoas que detêm créditos. E ainda que, para o domínio psicológico, a qualidade de vida é, em média, superior para pessoas que têm simultaneamente crédito hipotecário e não hipotecário quando comparadas com pessoas sem créditos ou com pessoas com apenas crédito hipotecário. Quanto ao domínio físico não foi possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre o endividamento e a qualidade de vida.

Estudado o sobre-endividamento (deter prestações em atraso), para todos os domínios se verificou que, em média, a qualidade de vida das pessoas com crédito com prestações em atraso era substancialmente inferior à das pessoas com crédito, mas sem prestações em atraso.

Palavras-chave

Crédito, endividamento, sobre-endividamento, qualidade de vida.

Abstract

The main purpose of this study was to answer the following question: is there a relationship between indebtedness and quality of life?

To achieve this objective quantitative methodology was used. For data collection, a questionnaire was created based on the OEC-DECO (Frade, 2013) and WHOQOL-BREF (Carona et al., 2006) questionnaires.

This study identified a positive relationship between indebtedness (have credits) and quality of life. After analyzing the various domains of quality of life (physical, psychological, social and environment) and the quality of life in general, it was concluded that for the psychological and the environment domains, quality of life is, on average, higher for people who hold credits. And also, for the psychological domain, the quality of life is, on average, higher for people who have both mortgage and non-mortgage credit when compared to people without credit or people with only mortgage credit. As for the physical domain, it was not possible to establish a cause-effect relationship between indebtedness and quality of life.

After studying over-indebtedness (having arrears in installments), for all the domains was found that, on average, the quality of life of over-indebtedness people was significantly lower than those who are able to pay back their credits on time.

Key-words

Credit, indebtedness, over-indebtedness, quality of life.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Palavras-chave.....	ii
Abstract.....	iii
Key-words.....	iii
Índice.....	iv
Lista de Figuras.....	vii
Lista de Tabelas.....	viii
Lista de Gráficos.....	x
Lista de Siglas e Acrónimos.....	xi
1. Introdução.....	1
2. Revisão da literatura.....	4
2.1. Enquadramento do estudo baseado em alguns dados estatísticos.....	4
2.1.1. Dados estatísticos e evolução do crédito bancário em Portugal.....	4
2.1.2. Dados estatísticos e evolução da qualidade de vida em Portugal.....	10
2.2. Crédito.....	14
2.2.1. Tipos de crédito.....	17
i. Crédito ao consumo.....	18
ii. Crédito à habitação.....	19
2.3. Endividamento.....	21
2.4. Qualidade de vida.....	26
2.5. Desenvolvimento das Hipóteses.....	32
2.5.1. O endividamento e a saúde mental.....	32
2.5.2. O endividamento e a saúde física.....	34
2.5.3. O sobre-endividamento e a qualidade de vida.....	35
3. Metodologia de Investigação.....	38
3.1. Tipologia da pesquisa.....	38

3.2.	População e amostra	38
3.3.	Recolha dos dados.....	39
3.3.1.	Questionário OEC-DECO	39
3.3.2.	Questionário WHOQOL-BREF	41
4.	Resultados e Discussão	42
4.1.	Caracterização Geral da Amostra	42
4.2.	Caraterização da amostra quanto ao endividamento.....	44
4.3.	Caraterização da amostra quanto à qualidade de vida	47
4.4.	Análise das Hipóteses	51
4.4.1.	Análise da Hipótese Alternativa 1	56
4.4.2.	Análise da Hipótese Alternativa 2	61
4.4.3.	Análise das Hipóteses Alternativas 3 e 4.....	63
5.	Considerações Finais.....	72
5.1.	Conclusões Gerais.....	72
5.2.	Limitações e sugestões para o futuro	73
6.	Bibliografia.....	75
7.	Anexos.....	86
	Anexo 1 – Questionário OEC-DECO	86
	Anexo 2 – Questionário WHOQOL-BREF traduzido para Português de Portugal	93
	Anexo 3 – Questionário administrado.....	97
	Anexo 4 – Saída SPSS: Recodificação das questões 3, 4 e 26 do questionário WHOQOL-BREF.....	112
	Anexo 5 – Saída SPSS: Cálculo dos domínios da qualidade de vida e recodificação para uma escala de 0 a 100.....	113
	Anexo 6 – Alfa de Cronbach – domínios da qualidade de vida.....	114
	Anexo 7 – Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias.....	115

Anexo 8 – Tamanhos de efeitos de amostras independentes	116
Anexo 9 – Teste de homogeneidade de variâncias – Domínio psicológico e tipologias de créditos detidos	117
Anexo 10 – Teste de <i>Tukey</i> : Domínio psicológico e tipologias de crédito	118
Anexo 11 – Teste de homogeneidade de variâncias – Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso	119
Anexo 12: Teste de <i>Tukey</i> : Domínios da qualidade de vida e (não) deter créditos em atraso	120
Anexo 13 – Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias.....	123
Anexo 14 – Tamanho de efeitos de amostras independentes [relação entre os domínios da qualidade de vida e (não) ter prestações em atraso]	124

Lista de Figuras

Figura 1 - Definição de qualidade de vida por Haas (Fonte: elaboração própria baseada em B. K. Haas, 1999)	28
Figura 2 - Pluralismo metodológico aplicado à qualidade de vida (Fonte: elaboração própria baseada em R. L. Schalock, 2004).....	29
Figura 3 - WHOQOL BREF - Domínios da qualidade de vida (Fonte: elaboração própria baseada em Carona et al., 2006).....	31
Figura 4 - Estrutura do WHOQOL BREF: Domínios e facetas (Fonte: elaboração própria baseada em Carona et al., 2006).....	41
Figura 5 - Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso	68

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Índices internacionais de qualidade de vida (Fonte: elaboração própria com base em (Vesan & Bizzotto, 2011))	11
Tabela 2 - Domínios da qualidade de vida segundo diversos autores (Fonte: elaboração própria baseada nos autores mencionados)	30
Tabela 3 - Conteúdos do questionário OEC-DECO (Fonte: Frade et al., 2008).....	40
Tabela 4 - Características gerais da amostra.	42
Tabela 5 - Valor e fontes de rendimento da amostra.....	44
Tabela 6 - Tipologias de créditos detidos pela amostra.	45
Tabela 7 - Questões do questionário WHOQOL-BREF e respetivas opções de resposta.	47
Tabela 8 - Mínimo, máximo, média e desvio padrão dos domínios da Qualidade de Vida	50
Tabela 9 - Alfa de Cronbach dos domínios da Qualidade de Vida.	51
Tabela 10 - Teste T: Estatísticas de grupo	52
Tabela 11 - Teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para Igualdade de Médias	53
Tabela 12 - Teste-t para igualdade de médias	54
Tabela 13 - Tamanhos de efeitos de amostras independentes - d de Cohen	55
Tabela 14 - Resumo de testes: Domínio 2 – Psicológico	57
Tabela 15 - Estatísticas descritivas: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito.....	58
Tabela 16 - ANOVA: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito	59
Tabela 17 - Teste de Tukey: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito	59
Tabela 18 - Resumo de testes: Domínio 1 - Físico.....	61
Tabela 19 - Estatística descritiva: (Não) deter prestações em atraso	63
Tabela 20 - Estatística descritiva: Domínios da qualidade de vida e (não) deter créditos em atraso	64
Tabela 21 - ANOVA: Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso	65

Tabela 22 - Teste de Tukey: Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso	66
Tabela 23 - Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias.....	70
Tabela 24 - Tamanhos de efeitos de amostras independentes - g de Hedges.....	71

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Indicador de confiança dos consumidores em Portugal (Fonte: elaboração própria com dados do INE).....	5
Gráfico 2 - Rendimento disponível dos particulares-Anual-Preços correntes-M€ (Fonte: elaboração própria com dados do Banco de Portugal).....	6
Gráfico 3 - Consumo privado, preços correntes - M€ (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Gabinete de estratégia e estudos).....	7
Gráfico 4 - Venda de automóveis ligeiros de passageiros (inclui todo-o-terreno) (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Gabinete de estratégia e estudos).....	8
Gráfico 5 - Montantes de empréstimos concedidos no ano a particulares, por finalidade (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo PORDATA).....	9
Gráfico 6 - Montantes de empréstimos concedidos no ano a particulares, por finalidade (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Banco de Portugal)	9
Gráfico 7 - Índice de desenvolvimento humano em Portugal (Fonte: elaboração própria com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	12
Gráfico 8 - Prestações mensais dos créditos.	46
Gráfico 9 - Motivos para o incumprimento nos contratos de crédito.....	47
Gráfico 10 - Média das respostas à parte II do questionário - Qualidade de vida.....	49

Lista de Siglas e Acrónimos

AC – Antes de Cristo

DL – Decreto-Lei

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISFLSF – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

NPL – Non-performing loan

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

QALY – Quality-adjusted life years

WHOQOL - The World Health Organization Quality of Life group

WHOQOL -100 - World Health Organization Quality of Life instrument

WHOQOL-BREF - World Health Organization Quality of Life instrument - Bref

1. Introdução

Para que serve a política se a mesma não servir para suprir as necessidades dos cidadãos e incentivar o seu bem-estar? Deverá a política social ser influenciada pelas medidas de felicidade dos cidadãos? (Rapley, 2003). A atual complexidade das sociedades, obriga-nos a ver para além do PIB, ganhar dinheiro não é o mais importante da vida. Citando Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é preciso analisar “*além dos rendimentos, além das médias e além do presente*” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020). Esta mentalidade iniciou-se na década de 60, onde, num discurso, Lyndon Johnson constatou que não é apenas a riqueza mede o progresso da nação, mas sim de que forma essa riqueza melhora a qualidade de vida das pessoas (Ciconelli, 2003; Minayo et al., 2000).

Se o propósito principal da atividade económica é a produção de bem-estar humano, então medir a atividade económica exclusivamente através de indicadores relacionados com o rendimento torna-se redutor (Proctor & Anand, 2017).

Para vermos para além da riqueza, ou para além do PIB é então necessário olhar para as vertentes relacionadas com o bem-estar dos cidadãos, como por exemplo o balanço vida-trabalho, as relações sociais e bem-estar subjetivo, a segurança pessoal, a saúde, a educação, os conhecimentos e as competências, a participação na vida cívica e governação e o ambiente, ou, como resumido pelo INE, a qualidade de vida (Instituto Nacional de Estatística, 2021). E a verdade é que as evidências até ao momento disponíveis sugerem que o aconselhamento sobre dívidas e outros programas para mitigar o stress relacionado com o endividamento são importantes ferramentas de auxílio à melhoria da saúde pública (Turunen & Hiilamo, 2014).

A realidade é que a qualidade de vida é um termo muito complexo, que engloba o domínio físico, psicológico, as relações sociais e o ambiente onde uma pessoa se insere, é “*a perceção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (WHOQOL Group, 1994). E, sendo um tema tão complexo, é difícil, senão impossível, num único estudo analisar todos os fatores que têm influência sobre a mesma. Assim, este estudo pretende averiguar se o fator endividamento tem impacto sobre a qualidade de vida. É

importante realizar maiores investigações sobre o tema em diferentes populações e contextos e é importante estabelecer os domínios que influenciam esta variável para que se possa propor, de forma mais objetiva, formas para que os indivíduos consigam melhorar a sua qualidade de vida individual (É. Pereira et al., 2009).

Existe uma relativa escassez de pesquisas, quando comparada com outras áreas, acerca dos efeitos que pedir dinheiro emprestado têm sobre o bem-estar subjetivo de um indivíduo. E nas pesquisas existentes, existe um problema comum que é o facto de não ser possível provar uma casualidade entre os dois, por exemplo será que uma pessoa com sintomas depressivos é mais propensa a endividar-se, ou será que uma pessoa endividada é mais propensa a desenvolver depressão? (Richardson et al., 2013). O conceito de dívida mostra-se bastante relevante para os indivíduos e sociedades e é por isso que deve ser aprofundado o estudo dos efeitos que a dívida poderá ter no bem-estar subjetivo (Tay et al., 2017).

Existe igualmente um reconhecimento crescente entre os economistas de que as medidas financeiras, por si só, nem sempre são suficientes para capturar plenamente os benefícios do progresso económico para a qualidade de vida e o desenvolvimento humano (Proctor & Anand, 2017).

São também vários os estudos que indicam que a dívida é um importante indicador socioeconómico determinante de alguns aspetos relacionados com a saúde (um dos domínios da qualidade de vida), e que esse indicador deve ser explorado e estudado, nomeadamente para que se perceba que tipos de dívida têm mais implicações para a saúde (Sweet et al., 2013). É importante estabelecer uma relação entre os vários tipos de crédito oferecidos pelas instituições financeiras e a saúde daqueles que os contraem (Clayton et al., 2015).

Assim, este estudo terá como objetivo principal determinar qual, ou se existe, uma relação entre o endividamento de um indivíduo (entendendo-se por endividamento o facto de deter, pelo menos, um crédito bancário), por recurso ao crédito, e a sua qualidade de vida conforme a definição de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde.

Em suma, o estudo deverá responder à seguinte questão: existe uma relação entre o endividamento (por recurso ao crédito) e a qualidade de vida do indivíduo?

De forma a alcançar o objetivo principal, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever quais os níveis de endividamento (por recurso ao crédito) do público-alvo analisado;
2. Descrever a qualidade de vida do público-alvo analisado tendo em conta a definição da Organização Mundial de Saúde;
3. Determinar se existe ou não uma relação entre o endividamento por recurso ao crédito e a qualidade de vida conforme definição da Organização Mundial de Saúde; e
4. Existindo relação entre os dois conceitos, determinar qual essa mesma relação.

Quanto à estrutura deste trabalho, esta dissertação inicia-se com o capítulo *Introdução* onde é feito um pequeno enquadramento da temática em estudo e onde são definidos os objetivos que se pretendem alcançar.

De seguida surge o capítulo da *Revisão da Literatura*. Este capítulo inicia-se por um enquadramento do estudo baseado em dados estatísticos. É igualmente neste capítulo que se aprofunda o estudo dos temas em questão: o crédito bancário, o endividamento e a qualidade de vida. Definem-se ainda as hipóteses de investigação, baseadas na literatura mencionada.

Segue-se a seção da *Metodologia de Investigação* onde são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados de forma a alcançar os objetivos propostos.

No capítulo seguinte, *Resultados e Discussão*, apresenta-se a caracterização geral da amostra, a caracterização da amostra quanto ao endividamento e posteriormente quanto à qualidade de vida e por fim a validação das hipóteses alternativas.

Por fim, surge o capítulo das *Considerações Finais* onde são apresentadas as principais conclusões do estudo, as suas limitações e possíveis futuras linhas de investigação.

2. Revisão da literatura

2.1. Enquadramento do estudo baseado em alguns dados estatísticos

2.1.1. Dados estatísticos e evolução do crédito bancário em Portugal

O crédito está inevitavelmente associado ao consumo e trata-se de uma prática comum que faz parte da vida de uma grande fatia das famílias portuguesas.

O crédito ao consumo é uma parte integral de qualquer sociedade moderna e também um dos mais importantes tipos de serviços financeiros na economia moderna. Este tem por base vários aspetos económicos, legais e sociais. Tendo a capacidade de alavancar a produção e o consumo, o crédito tem contribuído em larga escala para a melhoria do nível de vida e para a prosperidade económica da sociedade (Mijatovic & Gongeta, 2014).

O crédito ao consumo existe há já 3000 anos, mas, o crédito massificado como existe nos dias de hoje é um fenómeno bastante mais recente (Thomas, 2002).

A concessão de crédito a particulares iniciou-se de forma sistemática nos Estados Unidos após a 2.^a Guerra Mundial (1945). Na década de 60 o uso do cartão de crédito começou a tornar-se popular (Thomas, 2002). Foi também a partir desse período que a concessão de crédito começou a evoluir de forma rápida na Europa (Teixeira de Almeida et al., 2009).

Em Portugal o fenómeno do crédito a particulares começou a ter mais impacto a partir da década de 80 (Teixeira de Almeida et al., 2009). Segundo estes autores isso aconteceu porque o crédito trazia vantagens para um conjunto de intervenientes na economia: os bancos, os consumidores, os fornecedores e o próprio Estado. No caso dos bancos o crédito a particulares é interessante do ponto de vista da rendibilidade e também da fidelização de clientes. Para os consumidores o crédito permite antecipar o consumo e fazer face a despesas imprevistas. Para os fornecedores de bens e serviços (que antes já vendiam a crédito) viam o seu risco a ser transferido para os bancos. E para o Estado o crédito a particulares pode ser utilizado como um instrumento da política económica, pois permite, através do aumento do consumo por recurso ao crédito, induzir o crescimento económico.

O impacto do crédito ao consumo na economia advém, não só do efeito direto gerado pela compra de bens e serviços financiados por este setor, como também pelo efeito multiplicador

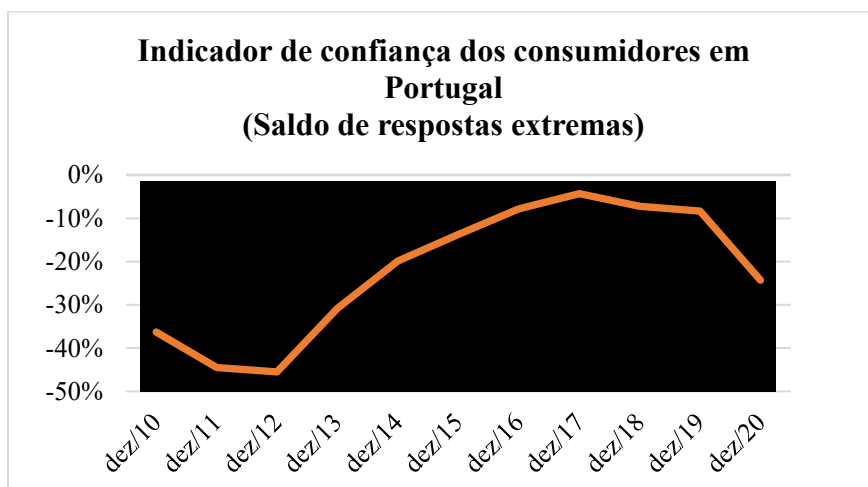
(indireto) dessas compras. O crédito, ao permitir o consumo antecipado, aumenta por sua vez o nível de vendas de bens/serviços o que gera postos de emprego. A diminuição do desemprego é também benéfica para o Estado que diminui as suas despesas em apoios sociais (ASFAC & Nova School of Business and Economics, 2019).

A confiança do consumidor é frequentemente retratada como uma força motora fundamental da economia. Se os consumidores estão confiantes a economia é estimulada e se estão inseguros a economia é contraída (Fuhrer, 1993). Quando os consumidores se tornam mais otimistas o consumo aumenta, as empresas contratam mais pessoas e a economia começa a crescer (Fuhrer, 1993). Os consumidores tendem a ser mais confiantes sobre o futuro quando estão confiantes com o presente (Fisher & Statman, 2003).

A confiança do consumidor mede o grau de otimismo quanto à situação financeira pessoal dos consumidores e ao estado geral da economia. A alteração dessa confiança pode ter impacto sobre as suas decisões de consumo e de investimento (Mendicino & Teresa, 2013). Apesar de permanecer em terreno negativo, pode verificar-se que o mesmo tem vindo a aumentar, mostrando um maior otimismo quanto à situação económica do país (Gráfico 1).

De notar que em dezembro de 2020, o indicador de confiança diminuiu (comparativamente a anos anteriores) influenciado pela pandemia provocada pela COVID-19. É de referir contudo que comparativamente a novembro de 2020 (-29,6%) este indicador sofreu um aumento em dezembro de 2020 (-24,3%) resultado do contributo positivo das perspetivas sobre a evolução futura da situação económica do país (INE, 2020c).

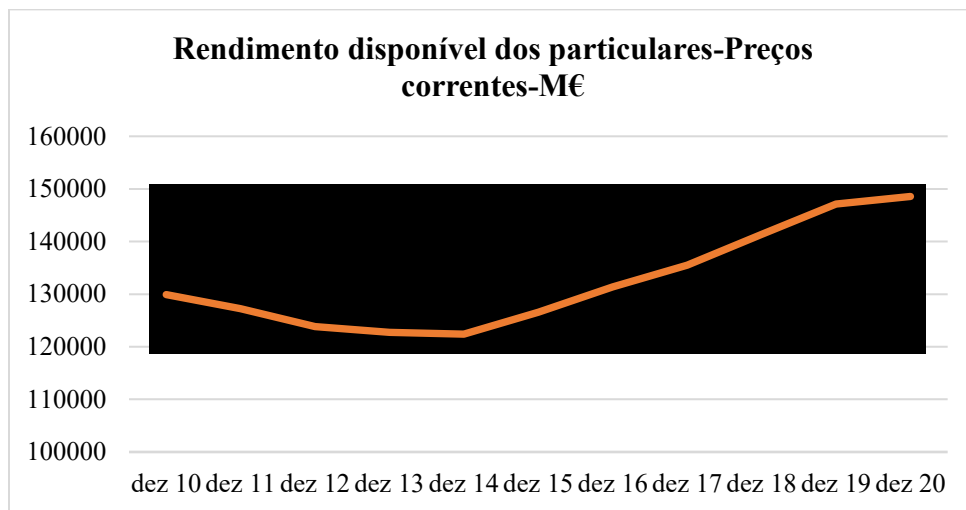
Gráfico 1 - Indicador de confiança dos consumidores em Portugal (Fonte: elaboração própria com dados do INE)



O rendimento disponível das famílias, isto é o dinheiro que elas têm à disposição para gastar ou poupar (PORDATA, n.d.) é um dos fatores que também poderá ter influência sobre as compras efetuadas pelos indivíduos.

Através da consulta ao Gráfico 2, abaixo indicado, podemos confirmar que o rendimento disponível das famílias portuguesas tem vindo a crescer de forma sistemática desde 2014. Em 2020 o rendimento disponível atingiu os 148562,8 milhões de euros, o que demonstra um crescimento de cerca de 5% em apenas 2 anos.

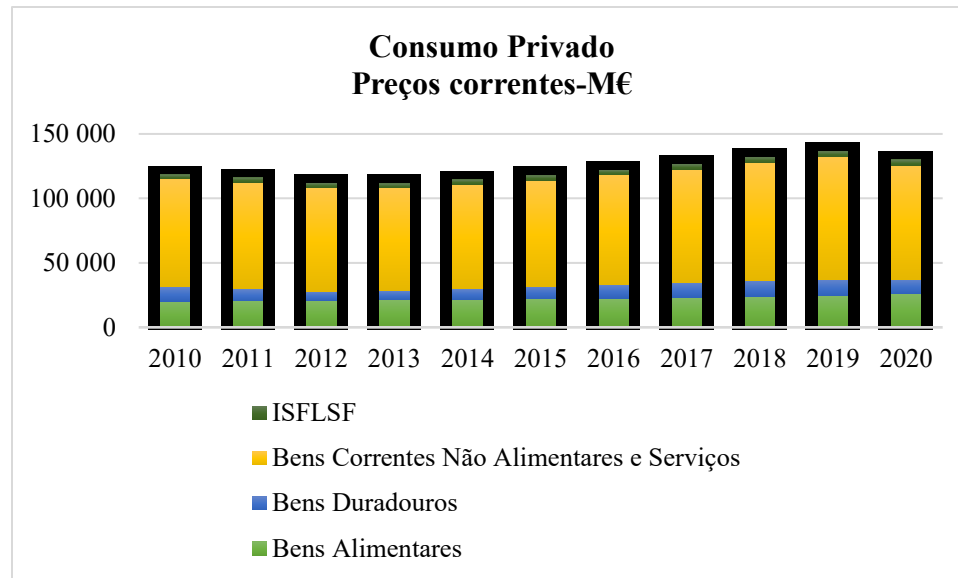
Gráfico 2 - Rendimento disponível dos particulares-Anual-Preços correntes-M€ (Fonte: elaboração própria com dados do Banco de Portugal)



Tanto o indicador de confiança dos consumidores como o rendimento disponível dos particulares se tratam de variáveis passíveis de criar influência nos comportamentos de consumo dos mesmos.

Para analisarmos as despesas das famílias, podemos olhar para um dos componentes do PIB, o consumo privado. Esta componente tem mantido valores estáveis ao longo do tempo. Podemos, no entanto, verificar que se registou um corte na tendência de aumento, que se verificava desde 2014 (Gráfico 3). De 2019 para 2020 foi registada uma quebra no consumo privado, essa diminuição justifica-se principalmente pela queda do consumo de bens correntes não alimentares e serviços, facilmente justificada pelo impacto da pandemia COVID-19 que veio contrair a atividade económica (INE, 2020b).

Gráfico 3 - Consumo privado, preços correntes - M€ (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Gabinete de estratégia e estudos)



O consumo por recurso ao crédito, ocorre muitas vezes quando o preço do bem a adquirir é elevado, e, por conseguinte, difícil de pagar em pronto pagamento. É por exemplo o caso dos automóveis e das habitações (venda /construção).

Ao nível das habitações os preços têm disparado anualmente, mesmo para quem quer construir, o que torna o recurso ao crédito cada vez mais necessário.

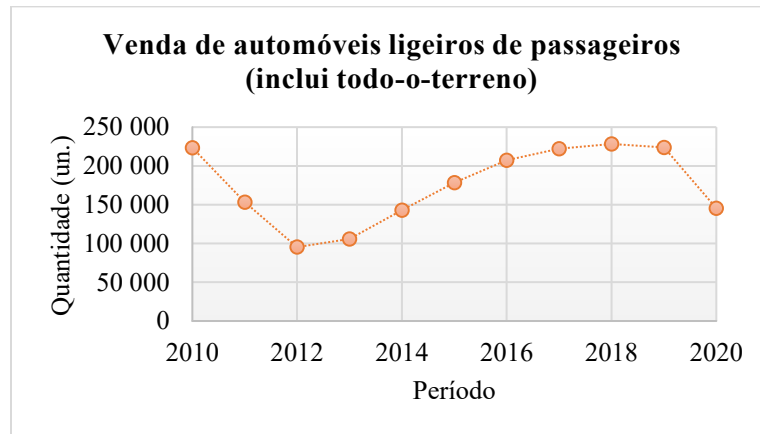
Em 2020 foram licenciados 25 083 fogos em construções novas para habitação familiar (INE, 2020a), resultado de uma tendência de aumento registada desde 2014. A tendência de aumento tem-se registado também no custo de construção tendo aumentado 12% em 2020 face a 2014, com tendências de crescimento anuais desde então (INE, 2020d).

Quanto à venda de alojamentos familiares, 2020 foi um ano que quebrou o aumento de vendas que se tinha vindo a verificar desde 2012. Ainda assim, a redução no número de vendas, não teve influência nos valores transacionadas, tendo os mesmos aumentado em cerca de 600 milhões de euros comparativamente a 2019, ano em que foram vendidos mais 9 600 alojamentos do que em 2020 (INE, 2020e).

Em Portugal, foram vendidos em 2020, 145 417 automóveis (Gabinete de estratégia e estudos, 2021), este valor representa uma quebra de 35% face ao ano de 2019. Apesar desta

diminuição o valor de 2020 mostra-se significativamente superior ao registado durante a última crise económica portuguesa.

Gráfico 4 - Venda de automóveis ligeiros de passageiros (inclui todo-o-terreno) (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Gabinete de estratégia e estudos)

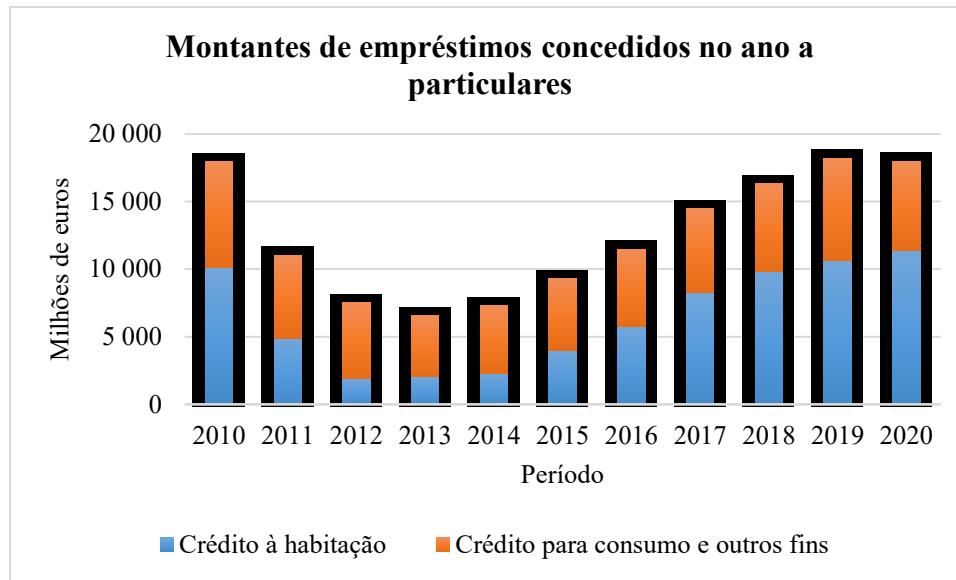


Tendo em conta dados obtidos através do PORDATA (PORDATA, 2020), o aumento no preço das habitações e o aumento dos fogos licenciados em 2020 fez-se refletir nos empréstimos concedidos também em 2020, registando-se um crescimento de cerca de 7,25% no montante concedido para crédito à habitação.

Quanto ao crédito ao consumo, que inclui também a parcela referente ao crédito automóvel o mesmo registou uma diminuição de 13%, primeira quebra registada desde o ano de 2013. Em termos totais, foram concedidos em 2020, empréstimos ao consumo que totalizaram um total de 17 965 milhões de euros (Gráfico 5).

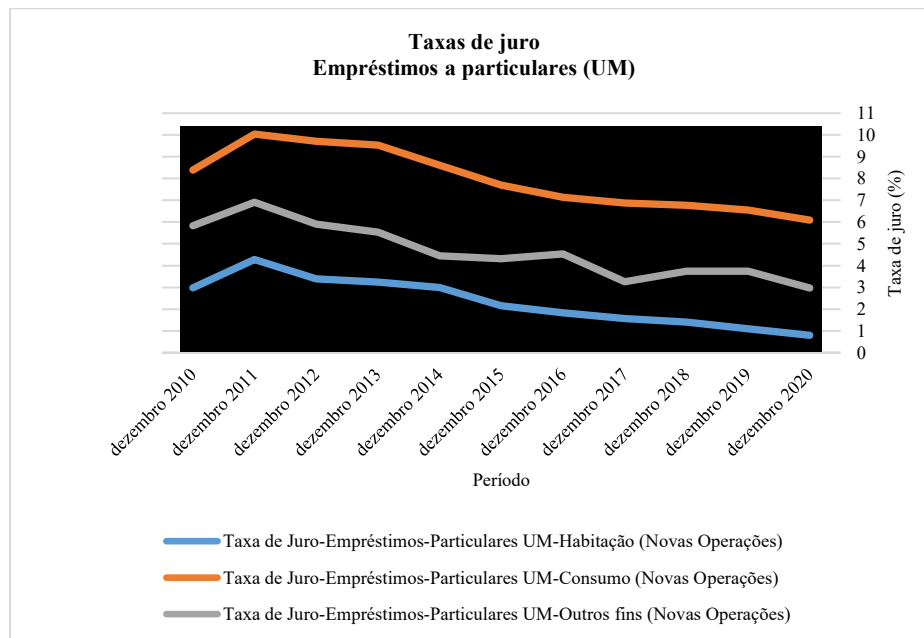
Quanto a 2021 (dados de maio) destacam-se, ao nível do número de créditos concedidos, os créditos pessoais com finalidade de educação, saúde, energias renováveis e locação financeira de equipamentos, com um crescimento de 358,9% face ao seu período homólogo. Também os cartões de crédito, linhas de crédito, contas correntes bancárias e facilidades de descoberto aumentaram em 140,7% face ao período homólogo (Banco de Portugal, 2021a).

Gráfico 5 - Montantes de empréstimos concedidos no ano a particulares, por finalidade (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo PORDATA)



Enquanto os montantes dos empréstimos concedidos têm mostrado uma curva tendencialmente crescente, a taxa de juro a pagar, por outro lado, tem mostrado uma tendência decrescente (Banco de Portugal, 2021c), o que poderá, eventualmente, aliciar os particulares a obter crédito, uma vez que o custo do mesmo será menor.

Gráfico 6 - Montantes de empréstimos concedidos no ano a particulares, por finalidade (Fonte: elaboração própria com dados publicados pelo Banco de Portugal)



É também interessante refletir acerca do cumprimento dos contratos de crédito, isto é qual a expectativa que os créditos concedidos a particulares sejam de facto amortizados na totalidade pelos titulares e se existem atrasos no cumprimento dos prazos de pagamentos.

Quando um cliente bancário deixa de pagar as prestações de um empréstimo, o banco classifica esse crédito como crédito não produtivo (em inglês, *non-performing loan* ou NPL). Isto provoca desde logo um problema para os próprios bancos uma vez que, por exemplo, se veem na iminência de perder o capital emprestado assim como o ganho que iriam ter em juros e comissões (Banco de Portugal, n.d.-c). Para além dessas perdas, um rácio elevado de NPLs tem influência na capacidade e vontade dos bancos para financiarem a economia, com potencial para constituir um entrave ao crescimento económico.

Além de um problema para os bancos, o incumprimento representa também ele um problema para os próprios consumidores endividados, uma vez que se encontram num desequilíbrio financeiro. Este problema tem sido, portanto, matéria de discussão e preocupação por parte das entidades supervisoras, tendo sido implementadas, desde a última crise financeira, várias medidas para prevenir os NPLs e para solucionar os incumprimentos.

As medidas implementadas têm-se verificado positivas, tendo-se registado um rácio de NPLs de 4,9% em 2020, o que se traduz numa redução de 8,4% quando comparado com 2017 (inclui sociedades não financeiras) (Associação Portuguesa de Bancos, 2021; Banco de Portugal, n.d.-b, 2021b). Ainda assim este valor de 4,9% representa em termos líquidos (excluindo a parte coberta por imparidades) o valor de 1511 milhões de euros de crédito à habitação e 913 milhões de euros de crédito ao consumo (Associação Portuguesa de Bancos, 2021).

2.1.2. Dados estatísticos e evolução da qualidade de vida em Portugal

A todos os países e nações lhes interessa conseguir medir a qualidade de vida da sua população, de forma a tomar medidas concretas baseadas na mesma e no seu crescimento ou decréscimo. Muitos cientistas sociais têm argumentado que os políticos devem estender o seu foco tradicional no que toca ao bem-estar e ao desenvolvimento económico para que possam incluir nas suas análises o impacto que as políticas têm na forma como as pessoas pensam e na forma como as mesmas se sentem acerca das suas próprias vidas (Dolan & White, 2007). O problema é que a qualidade de vida é um conceito amplo e em nada linear ou objetivo, é uma

noção de bem-estar humano medido por indicadores sociais e não por medidas quantitativas de rendimento ou produção (OCDE, n.d.). Assim, não existe apenas um indicador que possa medir a qualidade de vida, mas sim um conjunto deles, por isso são vários os indicadores considerados na análise da qualidade de vida de um país. Existem vários índices internacionais que permitem avaliar a qualidade de vida (Tabela 1):

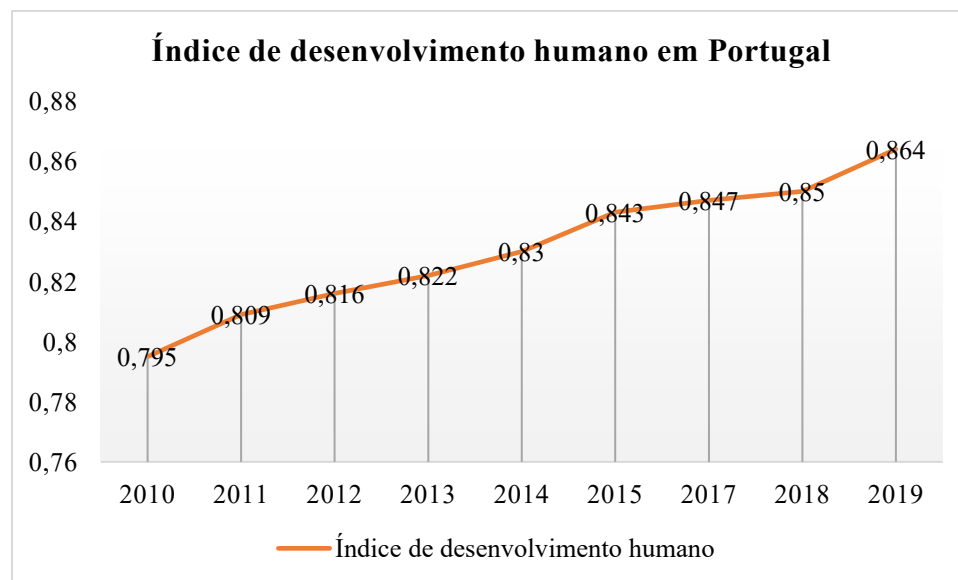
Tabela 1 - Índices internacionais de qualidade de vida (Fonte: elaboração própria com base em (Vesan & Bizzotto, 2011))

Índice de Desenvolvimento Humano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esperança de vida 2. Literacia 3. Educação 4. Condições de vida
Índice de Qualidade de Vida	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esperança de vida à nascença 2. PIB per capita
Índice de Prosperidade Legatum	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saúde 2. Segurança e proteção 3. Educação 4. Capital social 5. Fundamentos económicos 6. Empreendedorismo e inovação 7. Governo 8. Instituições democráticas 9. Liberdade pessoal
Índice de Qualidade de Vida Física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esperança de vida 2. Mortalidade infantil 3. Literacia
Índice de Pobreza Humana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vida longa e saudável 2. Conhecimento 3. Condições de vida decentes 4. Exclusão social

Podemos identificar nos vários índices acima indicados (Tabela 1) alguns pontos comuns que se resumem em: esperança de vida, literacia/educação e condições de vida.

O Índice de desenvolvimento humano tem em si presente as três áreas predominantes nos outros índices indicados. Este pretende ser uma alternativa ao PIB, uma vez que este pode tornar-se curto e reduzido tendo em conta a complexidade de uma sociedade (EUROSTAT, 2019). O PIB mede o desenvolvimento considerando apenas a dimensão económica, sendo que o Índice de desenvolvimento humano pretende medir a mesma coisa tendo em conta tanto a dimensão económica como as capacidades e oportunidades dos cidadãos (Fundação Cidade de Lisboa, n.d.). De acordo com o Gráfico 7 podemos verificar que o Índice de desenvolvimento humano tem aumentado em Portugal nos últimos anos, encontrando-se sempre no ranking dos países com um desenvolvimento humano muito elevado (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2018, 2019, 2020).

Gráfico 7- Índice de desenvolvimento humano em Portugal (Fonte: elaboração própria com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)



Entre o período de 2018 e 2020 a esperança de vida à nascença em Portugal era de 81,06 anos sendo que no período entre 2010 e 2012 era de 79,78 anos, mostrando, à semelhança do Índice de desenvolvimento humano, um crescimento (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

Quanto à literacia, em 2010, em Portugal, 31,7% da população entre os 25 e os 64 anos tinha pelo menos o ensino secundário concluído (nível 3 a 8 da Classificação Internacional Normalizada da Educação) que contrasta com os 55,4% de 2020 (EUROSTAT, 2021a). No entanto é de relevar que, segundo dados da mesma fonte, a média da União Europeia (UE 27) foi

de 79% para o ano de 2020 e que o aumento pode igualmente refletir o facto de a conclusão do ensino secundário ter passado a obrigatório em 2009.

Já quanto ao nível das condições de vida, poderemos utilizar o Índice de Bem-Estar, uma vez que este inclui duas vertentes determinantes, as condições materiais de vida das famílias e a qualidade de vida, incorporando dez domínios de análise: bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração; saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; e ambiente (Instituto Nacional de Estatística, n.d.). Em 2010, o Índice de Bem-Estar em Portugal marcava-se nos 34 (numa escala de 0-100), atingindo em 2019 os 50, mantendo assim a sua tendência crescente (Instituto Nacional de Estatística, 2020).

De um modo geral podemos assinalar que os indicadores capazes de desdobrar as dimensões da qualidade de vida, têm vindo a mostrar tendências de crescimento, refletindo a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa. Segundo os dados mais recentes, em 2018, em Portugal, a satisfação global com a vida era de 6,7 (numa escala de 0-10), valor que regista um aumento tendo em conta os 6,2 registados na última medição em 2013. Existe, no entanto e apesar das melhorias, um longo percurso a percorrer, uma vez que o valor de 2018, fez com que nos posicionássemos na vigésima segunda posição da tabela dos países da União Europeia (EU 27), onde a média era de 7,3 (EUROSTAT, 2021b).

2.2. Crédito

O crédito surge como uma das componentes fundamentais de qualquer economia, pois cria oportunidades de consumo e investimento essenciais para particulares e empresas (V. M. Pereira, 2011).

Muitas vezes existe confusão entre a palavra *crédito* e *dívida* ou *endividamento*, tanto na literatura como no pensamento de qualquer cidadão comum. A verdade é que estes dois conceitos são tudo menos lineares, isto porque envolvem tanto o espectro económico como moral.

Os significados que atribuímos à palavra crédito podem divergir de indivíduo para indivíduo, podem divergir entre grupos sociais e a palavra pode até ter um significado diferente para a mesma pessoa, tendo em conta diferentes circunstâncias (Hodson et al., 2014).

A palavra crédito surge do latim *creditum*, de *credere*, que significa acreditar e ter confiança (Teixeira de Almeida et al., 2009). A noção de crédito, segundo o dicionário online da Porto Editora, advém exatamente da palavra confiança, “convicção ou crença que nos inspira alguém ou alguma coisa com base nas suas características”. Um contrato de crédito é também ele um acordo que tem por base a confiança, confiança de que o devedor irá reembolsar o valor do empréstimo, sendo esta a base que suporta as definições legais deste conceito. O conceito de confiança está portanto relacionado com a função fiduciária, própria das instituições financeiras (Rodrigues et al., 2014).

Em termos legais, é bastante importante existir uma definição concreta para a designação de contrato de crédito, pois esta serve de suporte a milhares de contratos de mútuo que se celebram entre Instituições Financeiras, entidades coletivas e claro, particulares.

A Diretiva n.º 2008/48/CE, do Parlamento e do Conselho, relativa a contratos de crédito aos consumidores, define contrato de crédito como um contrato por meio do qual um mutuante concede ou promete conceder a um consumidor um crédito sob a forma de pagamento diferido, empréstimo ou qualquer outro acordo financeiro semelhante. A transposição desta diretiva para a legislação nacional verifica-se na alínea c) do art.º 4.º do DL n.º 133/2009, segundo a qual um contrato de crédito é definido como “o contrato pelo qual um credor concede ou promete conceder a um consumidor um crédito sob a forma de diferimento de pagamento, mútuo, utilização de cartão de crédito, ou qualquer outro acordo de financiamento semelhante”. No

entanto, a alínea c) do art.º 2.º do mesmo DL, trata de excluir um tipo de crédito que se aplica também a pessoas particulares, os contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre coisa imóvel ou por outro direito sobre coisa imóvel, sendo os mais comuns os créditos à habitação.

Os créditos excluídos do DL n.º 133/2009, acima mencionados, encontram-se previstos no DL n.º 74-A/2017, que transpõe a Diretiva n.º 2014/17/EU do Parlamento Europeu e do Conselho. Segundo o disposto no art.º 2.º do DL n.º 74-A/2017, podemos verificar que este se aplica aos contratos de crédito para a aquisição ou construção de habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, aos contratos de crédito para aquisição ou manutenção de direitos de propriedade sobre terrenos ou edifícios já existentes ou projetados e aos contratos de crédito que, independentemente da finalidade, estejam garantidos por hipoteca ou por outra garantia equivalente habitualmente utilizada sobre imóveis, ou garantidos por um direito relativo a imóveis.

Já segundo a Associação Portuguesa de Bancos o crédito bancário é “um direito que o Banco adquire, através de uma entrega inicial em dinheiro (real ou potencial) a um cliente, de receber desse cliente, o valor em dívida, em datas futuras, uma ou várias prestações em dinheiro cujo valor total é igual ao da entrega inicial, acrescida do preço fixado para esse serviço”.

Pela palavra crédito podemos depreender que existe um acordo para emprestar dinheiro, ao longo de um determinado período de tempo, que pode ser mais curto ou mais longo, sempre com a suposição de que o devedor irá devolver a quantia que obteve de empréstimo (Lea et al., 1993). Segundo a definição dos autores, num contrato de crédito existe sempre um credor disposto a emprestar, o que pode não ser verdade se estivermos a falar na noção de dívida, sendo que esta última implica uma obrigação que o devedor não consegue, ou não pretende liquidar, presumindo a existência de um credor relutante (involuntário).

Também outros autores, apresentam definições de crédito que se assemelham com a definição legal do mesmo, onde se pressupõe a existência de um contrato, que trará rendimento imediato ao devedor, mas que provocará um encargo futuro, sendo expectável que o mesmo o cumpra. Para Hodson, Dwyer e Neilson, o crédito é simultaneamente um recurso que permite satisfazer as necessidades atuais e uma responsabilidade que exige um pagamento futuro, por norma acrescido de juros (Hodson et al., 2014).

Tendo em conta as várias definições da palavra crédito devemos olhar para este conceito como uma moeda de duas faces. Se por um lado o devedor obtém dinheiro/bens aos quais não teria acesso de outra forma (pelo menos num futuro próximo), por outro lado contrai uma responsabilidade que deverá cumprir durante um determinado período de tempo. O crédito permite assim dispor imediatamente de rendimento que não se possui, permitindo antecipar a fruição de determinados bens, mas implica igualmente uma penhora do rendimento futuro impondo aos devedores um sacrifício financeiro por períodos de tempo mais ou menos longos (Leitão Marques & Frade, 2004). A verdade é que este pode ter consequências tanto positivas como negativas, pode ajudar a ultrapassar diferentes transições que ocorram na vida de um indivíduo, mas ao mesmo tempo aumenta o risco financeiro e o stress (Hodson et al., 2014).

Apesar de muitas famílias encontrarem no crédito uma solução para os seus problemas de investimento, algumas também incorrem em sérios erros de investimento (J. Y. Campbell, 2006). O crédito será benéfico ou nefasto, consoante a sua gestão pela parte do agregado familiar. Esta gestão pode ser bastante difícil, uma vez que nem mesmo a comunidade científica foi ainda capaz de identificar um rácio ideal entre os rendimentos e a dívida, ou entre os rendimentos e o consumo, ao longo de todas as fases da vida (OCR Macro, 2001).

Positivo ou negativo, a verdade é que a concessão de crédito tem vindo a aumentar, quer a nível nacional, europeu e mesmo global. Isto porque desempenha, um papel relevante na melhoria das condições de vida das famílias, ao antecipar a acessibilidade a determinado tipo de bens e serviços, ainda que obrigue a um esforço acrescido de gestão por parte das famílias (Leitão Marques & Frade, 2004). O crédito permite resolver o problema da habitação de muitas famílias e o do acesso a outros bens de consumo que, na maioria dos casos, são indispensáveis para a qualidade de vida e bem-estar mínimo das famílias (Leitão Marques & Frade, 2000).

Contrair dívida é portanto um comportamento normal dos consumidores, sendo aliás um comportamento inevitável, para a maioria das famílias, principalmente nas fases iniciais do seu ciclo de vida (OCR Macro, 2001).

2.2.1. Tipos de crédito

Uma das missões fundamentais de qualquer instituição bancária é guardar as poupanças dos particulares, sob a forma de depósitos e, sem grandes transformações daquelas, emprestá-las a particulares ou empresas, sob a forma de concessão de crédito (Rodrigues et al., 2014). O crédito aos consumidores compreende todos os empréstimos feitos a particulares destinados à satisfação das suas necessidades pessoais ou familiares. O credor, por vezes também designado por mutuante, é a pessoa singular ou coletiva que concede ou promete conceder um crédito no âmbito das suas atividades comerciais, empresariais ou profissionais (*Directiva 2008/48/CE Do Parlamento Europeu e Do Conselho de 23 de Abril de 2008, 2008; Directiva 2014/17/CE Do Parlamento Europeu e Do Conselho de 4 de Fevereiro de 2014, 2014*). Em Portugal só as instituições de crédito e determinadas sociedades financeiras podem efetuar, a título profissional, operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e *factoring* (Portal do Cliente Bancário, n.d.).

Existem vários tipos de créditos bancários, e existem também várias características presentes nos créditos que nos permitem distinguir as diferentes modalidades dos mesmos.

O crédito ao consumo pode ser dividido em duas grandes categorias: crédito com termo e crédito sem termo (ou *revolving*) (America's Debt Help Organization, n.d.; Cherednychenko & Meindertsmas, 2018; Hand & Henley, 2007):

- **Crédito com termo:** requer que o consumidor reembolse o credor durante um determinado período de tempo previamente acordado. Normalmente este reembolso é realizado em parcelas de igual montante, por norma mensais;
- **Crédito sem termo (*rolling /revolving*):** neste tipo de crédito o consumidor pode fazer pagamentos irregulares e pedir emprestado fundos adicionais, dentro de determinados montantes e períodos de tempo, sem ser necessário realizar um novo pedido de crédito.

Quando se fala em crédito bancário deverão ser tidos em conta seis elementos distintos: finalidade, prazo, preço, montante, risco e garantias (Associação Portuguesa de Bancos, n.d.; Teixeira de Almeida et al., 2009).

A Associação Portuguesa de Bancos, define da seguinte forma esses seis elementos:

- **Finalidade:** É aquilo que será comprado com o montante disponibilizado pelo banco e a sua respetiva utilização;
- **Prazo:** Está relacionado com a vida útil do bem adquirido e com os fundos disponibilizados, sendo que o prazo de pagamento de um crédito não deve ser superior ao tempo de vida útil do bem adquirido;
- **Preço:** O preço do crédito trata-se do montante de juros e comissões que serão pagas pelo devedor;
- **Montante:** É o valor emprestado pelo banco, este está diretamente ligado à finalidade do crédito e determina-se em função do valor do bem a adquirir e das necessidades do cliente;
- **Risco:** É o prejuízo potencial que decorre da operação de crédito;
- **Garantias:** estão relacionadas com a finalidade, o montante e o prazo e devem garantir a capacidade do cliente em cumprir as suas obrigações creditícias, ou seja, constituem uma via alternativa para ressarcir o credor.

Em termos da publicidade/oferta de crédito por parte dos mutuantes, de contratos de crédito aos consumidores, por norma, os créditos são divididos tendo em conta a sua função ou finalidade, embora cada um dos pontos acima referidos apareça sempre descrito no contrato. Isto acontece porque, os consumidores, quando procuram obter crédito, irão optar por determinado tipo de crédito que lhes permita satisfazer as necessidades que os mesmos pretendem suprir naquele determinado período (Bertola & Stefan, 2007).

Tendo em conta o disposto na legislação nacional, nomeadamente no DL 133/2009 e no DL 74-A/ 2017, verifica-se desde logo a existência de dois grandes grupos de crédito aos consumidores, o crédito ao consumo e o crédito à habitação.

i. Crédito ao consumo

O crédito ao consumo destina-se por norma à aquisição de bens mobiliários. Este é um termo abrangente que inclui uma variedade enorme de diferentes tipos de créditos, como cartões

de crédito, linhas de crédito, e muitos outros (Bahadir & Valen, 2020). Este distingue-se do crédito à habitação por não ser garantido por um imóvel (isto é, não existe uma hipoteca), é tipicamente de montante inferior, tem por norma um prazo mais curto e caracteriza-se por ter taxas de juros mais elevadas (Bahadir & Valen, 2020).

O crédito aos consumidores, por sua vez, divide-se em algumas categorias (Associação de Instituições de Crédito Especializado, n.d.; Banco de Portugal, n.d.-d; Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, n.d.; Teixeira de Almeida et al., 2009):

- Crédito revolving (renovável): chama-se assim precisamente porque não tem uma duração fixa, mas sim indeterminada. É um contrato em que é estabelecido um limite máximo de crédito (*plafond*) que pode ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida vai sendo reembolsado. Nesta categoria cabem os cartões de crédito, a facilidade de descoberto (a mais comum as apelidadas contas ordenado), a linha de crédito e a conta corrente bancária;
- Ultrapassagem de crédito: trata-se de um descoberto aceite pela instituição de crédito, que permite que, excecionalmente, um cliente disponha de fundos que excedem o saldo da sua conta de depósito à ordem ou o limite máximo de uma facilidade de descoberto já acordada;
- Crédito pessoal: é um contrato de crédito em que o montante, o prazo e a modalidade de reembolso do empréstimo estão definidos à partida. Este pode ter diversas finalidades (educação, viagens, eletrodomésticos, entre outros) e pode ser também contratado sem uma modalidade específica;
- Crédito automóvel: trata-se de um crédito pessoal, cuja finalidade é a aquisição de um automóvel. É um contrato em que o montante, o prazo e a modalidade de reembolso do empréstimo estão definidos à partida. Nesta categoria cabem igualmente os contratos de *leasing* (locação financeira) e os ALD (Aluguer de longa duração).

ii. Crédito à habitação

O crédito à habitação abrange contratos de crédito destinados à aquisição ou construção de habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento. Inclui também os contratos

de crédito destinados à aquisição ou manutenção de direitos de propriedade sobre terrenos ou edifícios já existentes ou projetados e o crédito para pagamento do sinal devido no âmbito da futura aquisição de imóvel para habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento (Associação Portuguesa de Bancos, 2019; Banco de Portugal, n.d.-d).

Estes contratos têm uma duração bastante longa, em regra de várias décadas, e os montantes em causa costumam também ser bastante avultados.

Segundo a medida macroprudencial do Banco de Portugal aprovada pelo Conselho de Administração a 30 de janeiro de 2018, o prazo máximo (regra geral) para o crédito à habitação são 40 anos e os montantes máximos serão calculados tendo por base o valor da garantia (do imóvel) sendo de 90% para créditos para habitação própria e permanente, 80% para créditos com outras finalidades que não habitação própria e permanente e 100% para créditos para aquisição de imóveis detidos pelas instituições e para contratos de locação financeira imobiliária. Note-se que deverão ainda ter sido tidos em conta outros limites, nomeadamente no que diz respeito à taxa de esforço (Banco de Portugal, n.d.-a).

2.3. Endividamento

“O consumo trata-se de uma atividade que envolve a seleção, compra, uso, manutenção, reparação e eliminação de qualquer bem ou serviço” (C. Campbell, 1995, p. 104). O consumo pode também ser expressado como uma “função linear do rendimento, com uma interceção positiva bastante substancial” (Modigliani, 1986) isto é, quando o rendimento disponível aumenta, o consumo segue o mesmo padrão.

O consumo, na sua abordagem microeconómica trata-se de uma escolha individual, na qual o consumidor está ciente dos custos e benefícios inerentes às suas escolhas, optando pela opção que lhe trazer um maior benefício (Moreira, 2011). Esta definição tem portanto como base o princípio da escassez, isto é, embora os nossos recursos sejam finitos, os nossos desejos de consumo serão sempre infinitos. O segredo está, portanto, em utilizar os recursos que temos, de forma a maximizar a nossa satisfação. A utilidade é, por esse motivo, um conceito de base na teoria do consumidor, proposta pelos economistas utilitaristas, e representa o grau de satisfação ou prazer que os consumidores atribuem aos bens e serviços que podem adquirir no mercado, o que influenciará, por conseguinte, as suas escolhas de consumo (Samuelson & Nordhaus, 1993).

Nos dias de hoje vive-se numa sociedade de consumo, onde os indivíduos procuram, através dos seus atos de consumo obter algum tipo de estatuto ou pertença social (Frade et al., 2008). Muitos sociologistas definem o termo consumo como uma atividade que serve para melhorar o estatuto ou formular a identidade de um determinado indivíduo (C. Campbell, 1995, p. 102). Consumir é a forma mais rápida de ter, e, numa sociedade com abundância produtiva, os verbos ser e ter viram sinónimos absolutos (Barbosa Silva, 2014).

Neste tipo de sociedades existe cada vez mais uma oferta alargada de produtos, e consequentemente multiplicidade de escolhas, e além disso surgem cada vez mais diferentes formas de financiamento. O crédito representa assim, para muitos indivíduos, muitas vezes pertencentes a classes sociais mais baixas, a oportunidade de assegurarem o seu lugar num determinado grupo social ao qual já pertencem, ou pretendem vir a pertencer (Frade et al., 2008; Moreira, 2011). Este desempenha um papel relevante na melhoria das condições de vida das famílias, ao antecipar a acessibilidade a determinado tipo de bens e serviços (Leitão Marques & Frade, 2004).

Considerando um mundo sem restrições ao nível de empréstimos, as famílias traçam os seus padrões de consumo com base nas expectativas que têm acerca dos rendimentos esperados ao longo da vida, dos seus gostos pessoais e das taxas de juros praticadas nos empréstimos (Dyner & Kohn, 2007). Tendo em conta o ciclo de vida dos indivíduos, sabe-se que o rendimento disponível por norma é maior durante a vida ativa e tende a diminuir na reforma, assim para obter condições de vida estáveis ao longo dos anos, as famílias recorrem ao crédito (D'Alessio & Iezzi, 2013).

Ora, o conceito endividamento surge justamente pelo facto dos consumidores ou famílias recorrerem ao crédito. Segundo o modelo do ciclo de vida Franco Modigliani e Richard Brumberg as famílias recorrem a empréstimos de forma a alisar as suas despesas de consumo ao longo da vida, de acordo com o valor atualizado do seu rendimento futuro esperado (J. P. Brown, 2021; Castro & Santos, 2010).

No modelo do ciclo de vida, as famílias seguem um caminho que permita maximizar a utilidade do seu consumo durante a vida estando sujeitos a um orçamento intemporal. Tal esforço significa que as famílias não podem consumir mais do que a soma do seu rendimento (descontado para hoje) e o seu património líquido atual (ativos menos passivos). As famílias só conseguem maximizar a utilidade se forem adaptando o seu consumo durante a vida, em períodos que o rendimento é menor, as famílias terão de se endividar para manter os níveis de consumo (ou em alternativa diminuir os seus ativos). Os empréstimos feitos durante estes períodos serão pagos nos períodos em que o rendimento da família aumenta (DeBelle, 2004).

Outro fator que pode aumentar o endividamento das famílias é a redução da incerteza, isto porque diminui a necessidade de deter poupanças para situações de emergência. Também a expectativa de que os rendimentos irão aumentar no futuro altera os padrões de consumo e leva ao endividamento (Dyner & Kohn, 2007).

A literatura existente acerca dos determinantes dos empréstimos bancários centra-se normalmente sobre variáveis mais associadas à procura, no entanto, em episódios como o da crise financeira, tal poderá limitar a compreensão dessa matéria, uma vez que existem evidências de que a oferta de crédito pelas instituições tem sido alterada num conjunto de dimensões (taxas, montantes, prazos e garantias), fatores igualmente relevantes na determinação das quantidades de equilíbrio (Castro & Santos, 2010).

Existem várias motivações que fazem aumentar o endividamento das famílias, sendo que essas motivações podem ser olhadas de duas perspectivas diferentes, ora através da procura por crédito, ora através da sua oferta. Por exemplo, olhando para o lado da procura, e como visto anteriormente, uma das motivações que poderá fazer aumentar o endividamento das famílias é a expectativa de um rendimento superior no futuro (Dyanan & Kohn, 2007; Mian et al., 2016). Olhando para a oferta, o facto de as instituições financeiras estarem dispostas a emprestar dinheiro, com custas mais baixas para o devedor, poderá também aumentar o endividamento das famílias (Mian et al., 2016).

No entanto, as variáveis que ajudam a explicar a dinâmica dos empréstimos afetam muitas vezes simultaneamente a procura e a oferta de crédito, pelo que nem sempre é possível identificar empiricamente os dois canais (Castro & Santos, 2010). Segundo estes autores devem ser consideradas variáveis de escala que são as relacionadas com as condições de financiamento, ligadas ao balanço das famílias, fatores relacionados com alterações estruturais no setor bancário, entre outras. Estas variáveis refletem a capacidade de endividamento das famílias. Por exemplo se olharmos para o balanço das famílias verificamos que quando existem níveis superiores de rendimento, estes permitem suportar serviços de dívida mais elevados, possibilitando às famílias aumentar o seu endividamento. Olhando para as condições de financiamento, se considerarmos por exemplo um aumento no custo dos empréstimos, isso terá influência na diminuição da disponibilidade e da capacidade dos agentes económicos para contrair e suportar dívida, tendo um efeito negativo na procura de empréstimos bancários. Ao nível das alterações estruturais do setor bancário, se considerarmos por exemplo um aumento de concorrência, irá em princípio aumentar a inovação e a oferta de novos produtos, o que terá reflexo no aumento do endividamento.

O termo endividamento pode então ser definido como o saldo devedor de um agregado familiar, sendo que este pode resultar apenas de um compromisso de crédito ou de mais do que um em simultâneo (Leitão Marques & Frade, 2000).

Segundo (O. J. Haas, 2006) o endividamento é normal na vida quotidiana. Para ele o endividamento significa que uma família ou empresa opta por assumir obrigações de reembolso no futuro recorrendo a bancos ou outro tipo de credores. Tendo em conta esta definição, o autor defende que o nível de endividamento, desde que sustentável, contribui favoravelmente para o

bem-estar social e para a economia, dado que o crédito permite que os consumidores paguem as suas despesas atuais utilizando os seus rendimentos futuros.

Apesar do crédito poder ser algo benéfico, este obriga a um esforço acrescido de gestão e implica uma poupança forçada por parte das famílias. Assim, torna-se muito relevante que as famílias reflitam qual o momento mais adequado para contraírem créditos pois a sua contratação em condições de sustentabilidade financeira débil pode ser causa de sobre-endividamento no futuro (Leitão Marques & Frade, 2004).

A verdade é que um consumidor não se pode endividar infinitamente, isto é, apesar dos nossos desejos por bens serem infinitos, os nossos recursos não os são (Moreira, 2011). Assim, movidos por uma procura de obter bens e serviços que maximizem o seu bem-estar, e somando a grande complexidade e variedade de produtos financeiros que lhes são oferecidos alguns consumidores cometem erros quanto aos seus investimentos (J. Y. Campbell, 2006).

Uma gestão financeira menos correta, ou algum acontecimento não planeado, podem levar ao incumprimento, isto é, situações de não pagamento atempado por parte do devedor das prestações devidas (Leitão Marques & Frade, 2000). Em alguns casos, o incumprimento pode chegar a casos de sobre-endividamento (Leitão Marques & Frade, 2004). Isto acontece quando as famílias não conseguem garantir o pagamento de uma ou várias dívidas ou quando, mesmo pagando, o fazem com sérias dificuldades (Leitão Marques & Frade, 2000).

Uma taxa de esforço (proporção do rendimento de um agregado familiar afeto ao pagamento de todos os compromissos financeiros) (Banco de Portugal, n.d.-e) elevada, significa que uma parte importante do rendimento se destina a pagar os encargos resultantes de empréstimos bancários. Estes encargos constituem despesas que, uma vez assumidas, dificilmente podem ser modificadas. Quanto maior for o peso deste tipo de despesas no orçamento familiar, maior o risco de surgirem dificuldades financeiras, nomeadamente o sobre-endividamento (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, n.d.).

Na literatura não é possível encontrar uma definição precisa de sobre-endividamento, na sua generalidade este ocorre quando o resultado do reembolso de um contrato de empréstimo não corresponde às expectativas originais do mutuário, do credor ou de ambos (Gonzalez, 2008). O sobre-endividamento ocorre nas situações em que o devedor se vê impossibilitado, de forma duradoura, de pagar o conjunto das suas dívidas, ou quando existe uma ameaça séria de que o não

possa fazer no momento em que elas se tornem exigíveis (Frade, 2013). Um agregado sobre endividado é aquele cujos recursos previsíveis são insuficientes para cumprir os seus compromissos financeiros, sem reduzir os seus padrões de vida (Brennan & Gallagher, 2007; Comissão Europeia, 2010).

Na literatura existente, vários autores distinguem entre sobre-endividamento ativo e passivo. O sobre-endividamento ativo ocorre quando o devedor contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, por exemplo, não planeando os compromissos assumidos. Designa-se por sobre-endividamento passivo os casos em que essa impossibilidade de cumprimento resulta da ocorrência de circunstâncias imprevistas como o divórcio, o desemprego, a morte ou uma doença que determinam um aumento de despesas ou uma quebra no rendimento habitual do devedor (Leitão Marques & Frade, 2004).

Esta distinção entre os dois tipos de sobre-endividamento está de acordo com os dois tipos de incumprimento descritos na literatura: o incumprimento estratégico e o incumprimento accidental. O primeiro ocorre nas situações em que o devedor não paga, embora seja potencialmente solvente. O segundo diz respeito às situações em que o devedor está impossibilitado de cumprir com as suas obrigações financeiras, quer por má gestão do orçamento quer por situações imprevistas como reduções salariais ou desemprego (Japelli, Tulio; Pagano, Marco; Bianco, 2005).

O sobre-endividamento é uma situação a evitar uma vez que um indivíduo sobre-endividado terá de, por forma a cumprir as obrigações dos empréstimos, infligir em sacrifícios indevidamente altos e contínuos (Schicks, 2012), o que muitas das vezes não é sustentável.

2.4. Qualidade de vida

Entre os termos mais inconsistentemente usados nas ciências humanas está “qualidade de vida” (Rapley, 2003).

“Há tantas definições para qualidade de vida como há pessoas...” (Felce & Perry, 1995), pois uma boa vida significa diferentes coisas para diferentes sujeitos (Carr et al., 2001). Isto porque à semelhança do conceito de envidamento, a qualidade de vida, não é em nada menos controversa ou menos complexa, podendo ser analisada à sombra de diferentes perspectivas e matérias.

É um conceito subjetivo, multidimensional e dinâmico ao longo do tempo, que inclui uma variedade de domínios como, por exemplo, o bem-estar físico, funcional, social e emocional (Studer et al., 2018). Não existe, portanto, uma definição universalmente aceite acerca deste termo. As definições variam entre autores que colocam a ênfase no bem-estar social, emocional e físico e aqueles que se debruçam sobre o impacto da saúde na vida diária (Hill, 2012).

A literatura existente contém um vasto leque de caracterizações sendo o termo qualidade de vida regularmente utilizado para descrever a saúde, a capacidade física, o bem-estar, a satisfação com a vida, a felicidade, entre outros (Ferrans, 2005). Este é um conceito subjetivo, dinâmico e individual que abrange a dimensão física, psicológica, social e espiritual (Canavarro & Serra, 2010). A qualidade de vida é “(...) uma vaga e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é” (A. Campbell et al., 1976). Mesmo a American Society for Quality reconhece a dificuldade em se definir o conceito de qualidade, uma vez que este é subjetivo e cada pessoa o entende de sua maneira (Barofsky, 2012).

Este termo pode ser rastreado desde o início da era filosófica (427-322 AC) (Yadav & Gupta, 2021), mas a definição de qualidade de vida só começou a ter mais relevância quando, após a Segunda Guerra Mundial, se percebeu que o crescimento económico nos Estados Unidos da América estava desassociado das problemáticas sociais que proliferavam (Canavarro & Serra, 2010). Foi nesse contexto pós-guerra, em 1964, que o conceito de qualidade de vida foi, pela primeira vez, publicamente abordado. Lyndon Johnson, à data presidente dos Estados Unidos da América referiu que os objetivos económicos do país não poderiam ser medidos exclusivamente pelo balanço e lucro dos bancos, mas essencialmente através da qualidade de vida que os mesmos proporcionam às pessoas (Ciconelli, 2003; Minayo et al., 2000). Foi a partir deste momento que

se passou a considerar a qualidade de vida como um indicador que influencia o progresso de uma nação (Rapley, 2003).

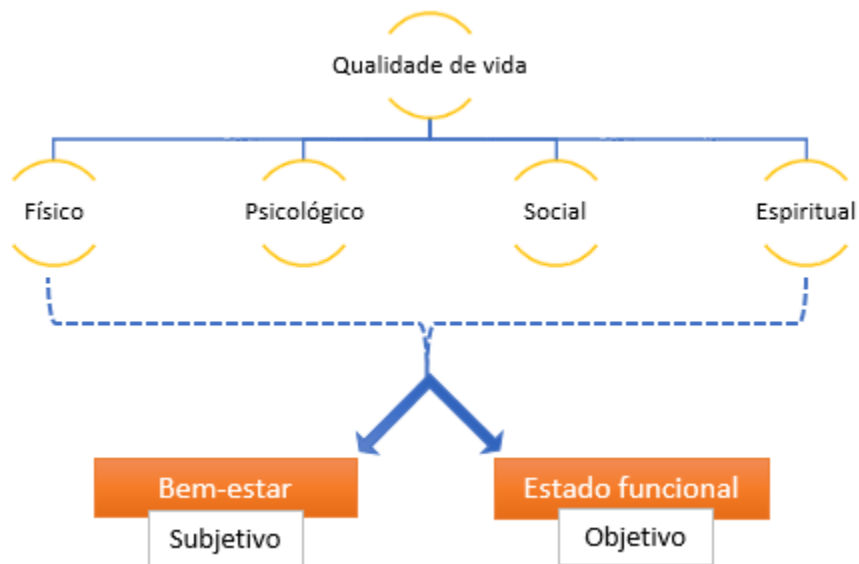
Já na área da saúde o conceito de qualidade de vida começou a ganhar terreno na década de 80, sendo utilizado com o principal objetivo de avaliar o impacto específico não médico da doença crónica e também como um critério para a avaliação da eficácia dos tratamentos médicos e psicossociais (Fitzpatrick et al., 1992; Kilian et al., 2001). O termo começou a ser utilizado por investigadores da área da saúde e médicos, como se tratando da perceção dos pacientes acerca da sua saúde, de forma a poder incluí-los nos processos de tomada de decisão e definição de prioridades quanto ao seu estado de saúde (Hunt et al., 1985).

Em 1995, Farquhar, classificou as definições existentes da qualidade de vida (propostas por especialistas) em quatro grandes grupos: definições globais, definições divididas em componentes, definições focalizadas e definições combinadas (Farquhar, 1995). As definições globais abordam pouco os componentes da qualidade de vida incorporando normalmente ideias globais de felicidade ou infelicidade, as definições divididas em componentes repartem o termo numa série de dimensões/domínios identificando componentes essenciais para a avaliação da qualidade de vida, as definições focalizadas abordam também alguns componentes, mas normalmente em número inferior e as definições combinadas são um misto, isto é são definições globais que especificam também algumas dimensões que compõem o constructo (Farquhar, 1995).

Em 1997, Hunt concluiu que as definições à data existentes se desdobravam em três abordagens diferentes. A primeira relacionada com a saúde, a segunda relacionada com o campo da economia da saúde que tenta relacionar o tempo estimado de vida com a qualidade da mesma (QALY) e a última em que os autores tentavam construir modelos conceptuais (Hunt, 1997).

Por se tratar de um termo tão abrangente e multidimensional muitas das definições confundem o conceito de qualidade de vida com bem-estar e satisfação com a vida (B. K. Haas, 1999). Em 1999, Haas, chegando a tal conclusão decidiu estudar e definir o conceito de qualidade de vida, de forma a diferenciá-lo de outros termos: a qualidade de vida é uma avaliação multidimensional de um indivíduo acerca das circunstâncias da sua vida no contexto de cultura e valores em que se integra, é uma sensação subjetiva de bem-estar, que pode, em alguns casos, ser complementada com indicadores objetivos (B. K. Haas, 1999).

Figura 1 - Definição de qualidade de vida por Haas (Fonte: elaboração própria baseada em B. K. Haas, 1999)

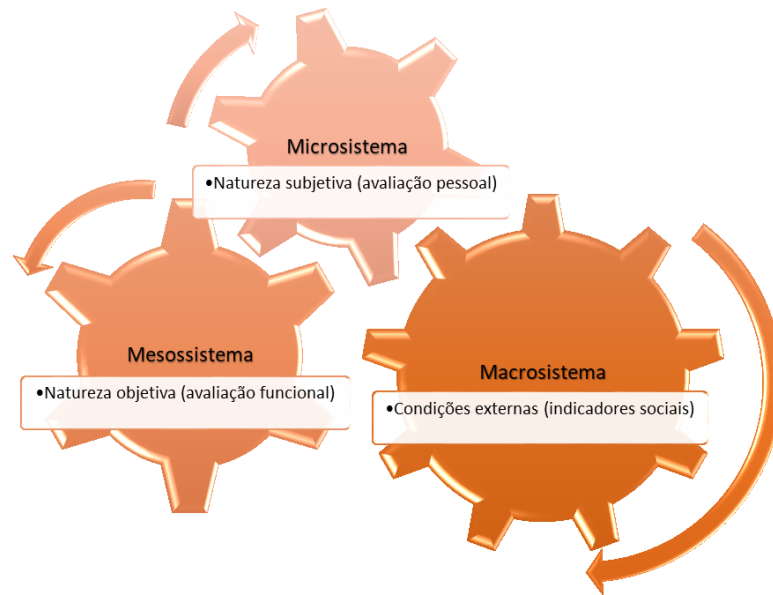


Haas concluiu assim que os termos satisfação com a vida, estado funcional e bem-estar não podem continuar a ser utilizados como se da mesma coisa se tratem. Se em determinado estudo o autor pretender focar-se nos aspetos subjetivos da qualidade de vida então deve indicar que se está a referir ao bem-estar, por outro lado os que pretenderem focar-se nos aspetos objetivos devem indicar que se estão a referir ao estado funcional (B. K. Haas, 1999).

A autora separou desta forma conceitos que por vezes se confundiam com a qualidade de vida, defendendo que aqueles que se querem referir de facto à qualidade de vida deverão mostrar evidências tanto de indicadores subjetivos como objetivos (Felce & Perry, 1995) e, caso não o façam, deverão tornar claro que se estão a referir apenas a um aspeto particular da mesma (B. K. Haas, 1999).

À semelhança de Haas, também outros autores concordam que devem ser seguidos diferentes métodos, consoante os domínios da qualidade de vida que queremos estudar. Por exemplo, Schalock, distingue três diferentes métodos consoante os domínios que se pretendem medir (Figura 1) (Schalock, 2004).

Figura 2 - Pluralismo metodológico aplicado à qualidade de vida (Fonte: elaboração própria baseada em R. L. Schalock, 2004)



Podemos dizer que a qualidade de vida existe de duas formas diferentes (Cummins, 2005):

1. Através de características objetivas que podem ser observadas e medidas dentro do domínio público por meio de frequências e quantidades físicas;
2. Domínio subjetivo que existe apenas na consciência privada de cada indivíduo e que só pode ser verificado através de respostas repetidas fornecidas pela pessoa em questão.

A qualidade de vida pode ser então definida como a satisfação de um indivíduo com as dimensões da sua vida, quando comparada com a sua vida ideal (Dalia & Ruzevicius, 2007). Assim, analisar a qualidade de vida na sua globalidade pressupõe analisar vários domínios da vida.

Diferentes autores definem diferentes domínios a analisar no que toca à qualidade de vida, tendo, no entanto, muitos deles, vários pontos em comum (Felce & Perry, 1995). Podemos constatar isso mesmo em várias definições focadas nos domínios da qualidade de vida (Tabela 2). Todos os autores descritos na Tabela 2 acabam por se focar em alguns domínios semelhantes, podendo verificar que todos eles, tentando analisar a qualidade de vida, incluem sempre os

seguintes quatro domínios principais (mesmo dando-lhes nomes distintos): bem-estar material, bem-estar físico, bem-estar social e bem-estar emocional.

Tabela 2 - Domínios da qualidade de vida segundo diversos autores (Fonte: elaboração própria baseada nos autores mencionados)

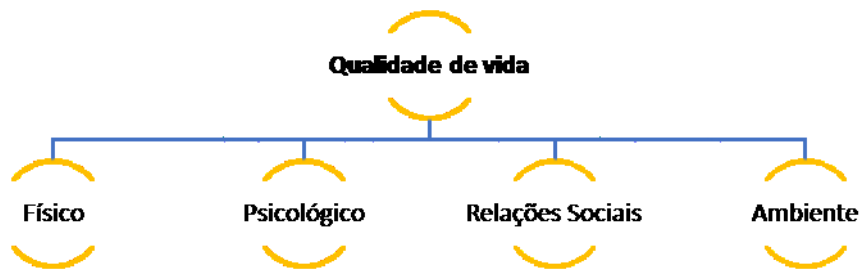
Felce & Perry (1995)	Cummins (1996)	Schalock (2004)	Veza & Bizzotto (2011)	K. Leeuwen, M. Loon, F. Nes et al. (2019)
Bem-estar material	Bem-estar material	Bem-estar material	Bem-estar material	Segurança financeira
Bem-estar físico	Saúde	Bem-estar físico	(Bem-estar psicofísico)	Perceção de saúde
Desenvolvimento e atividade	Produtividade	Desenvolvimento pessoal		Desenvolvimento e atividade
	Intimidade	Relações interpessoais		Relações
	Segurança			
Bem-estar social	Comunidade	Inclusão social	Integração social	(Habitação e vizinhança)
Bem-estar emocional	Bem-estar emocional	Bem-estar emocional	(Bem-estar psicofísico)	Conforto emocional
		Autodeterminação		Autonomia
		Direitos		
			Habitabilidade	(Habitação e vizinhança)
			Bem-estar subjetivo	
				Atitude e adaptação
				Espiritualidade

Para estudar a qualidade de vida, termo tão abrangente, é então necessário desdobrar o conceito em domínios chave. Assim, diferentes organismos, instituições e governos seguem também esta divisão ao analisar, por exemplo, a qualidade de vida de uma determinada população.

O EUROSTAT, baseado em pesquisa académica identifica “8+1” domínios da qualidade de vida para uma nação: condições de vida materiais, atividade produtiva ou principal, saúde, educação, lazer e interações sociais, segurança económica e física, governação e direitos fundamentais, ambiente natural e condições de vida e experiência da vida na sua globalidade (EUROSTAT, 2019).

Neste estudo, em concreto, da possível relação entre o endividamento e a qualidade de vida será usada a definição de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa definição consiste no seguinte: “*percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (WHOQOL Group, 1994). De forma a ser possível o estudo deste conceito, foi criado, no seguimento do WHOQOL-100, um instrumento de avaliação do conceito de qualidade de vida denominado de WHOQOL-BREF (WHOQOL Group, 1998). Também esta ferramenta, à semelhança de outras criadas por diferentes autores, divide a qualidade de vida em diferentes domínios, neste caso em quatro:

Figura 3 - WHOQOL BREF - Domínios da qualidade de vida (Fonte: elaboração própria baseada em Carona et al., 2006)



Estes domínios são depois divididos em diferentes facetas, de forma a ser possível observar estas quatro dimensões numa determinada população.

Esta definição da OMS é multidimensional e multidisciplinar (Carona et al., 2006), características necessárias para estudar um conceito tão complexo como é a qualidade de vida.

2.5. Desenvolvimento das Hipóteses

Literatura existente sugere que, à semelhança de outros determinantes socioeconómicos (como a educação ou o rendimento) também o endividamento desempenha um importante papel na saúde das pessoas (Jacoby, 2002). São por isso vários os autores que tentam correlacionar estas duas variáveis. Alguns estudos são mais focados no endividamento e saúde mental, outros mais focados na saúde física. Na presente dissertação pretende-se avaliar a qualidade de vida como um todo e desdobrá-la nos seus diferentes domínios, correlacionando-os com o endividamento. Pretende-se assim identificar uma possível relação entre o endividamento e a qualidade de vida, e existindo, descrever a natureza dessa mesma relação.

De relevar que para efeito do presente estudo, um indivíduo endividado é aquele que possui, pelo menos, um crédito bancário e um endividamento controlado significa que o indivíduo não possui prestações em atraso.

2.5.1. O endividamento e a saúde mental

Num estudo realizado no Reino Unido, os autores puderam verificar que agregados que detêm algum tipo de crédito reportam níveis bastante inferiores de bem-estar psicológico que aqueles que não detêm quaisquer dívidas. Estes confirmaram assim a sua hipótese de que a dívida está associada a níveis mais elevados de stress psicológico. Concluíram igualmente que o crédito não hipotecário parece ter uma influência mais negativa no bem-estar psicológico do que o crédito hipotecário (S. Brown et al., 2005).

Cinco anos mais tarde, em 2010, noutra estudo, se chegou a conclusões semelhantes demonstrando-se uma forte associação entre uma pessoa estar num estado psicológico depressivo e existirem problemas de endividamento e stress financeiro (segundo a perceção do indivíduo). Os autores pedem, no entanto, cautela ao analisar a relação entre o bem-estar psicológico (auto relatado) e as condições financeiras, uma vez que a mesma depende do indivíduo em si e da sua “maquilhagem” psicológica (Bridges & Disney, 2010).

Em 2017, foram analisadas respostas de 300 indivíduos da classe baixa e média de um distrito pobre de Hong Kong, retirando as conclusões de que os devedores têm uma menor capacidade de ter um bom equilíbrio casa-trabalho e menores oportunidades de se sentirem

reconhecidos e amados. Os devedores são, em média, menos felizes, no entanto devemos ter em conta a finalidade do crédito. Nem todos os tipos de crédito têm um efeito negativo. Por exemplo usar crédito para pagar a educação melhora as capacidades de trabalho (oportunidades de trabalho, acesso a promoções e reconhecimento no trabalho) (Proctor & Anand, 2017).

Anteriormente mencionados o estudo de Sweet, Nandi, Adam e McDade demonstrou igualmente que altos níveis de dívida estão associados a uma maior percepção de stress e depressão (Sweet et al., 2013). Também Richardson, Elliot e Roberts, além das descobertas ao nível da relação entre o endividamento e a saúde física chegaram à mesma conclusão, isto é que existe uma relação entre o endividamento e vários distúrbios mentais, nomeadamente ao nível de sintomas depressivos (Richardson et al., 2013).

Mais recentemente, em 2020, num estudo de carácter semelhante foi demonstrado que, em geral, ter dívidas tem um impacto negativo na felicidade. Quando os indivíduos estão endividados têm por norma uma pressão psicológica e económica maior, o que pode levar à diminuição da sua felicidade (Z. Liu et al., 2020).

Também em 2020, Aapo Hiilamo, estudou de que forma diferentes aspetos do endividamento de um indivíduo mais velho podem prever o bem-estar mental da população. O autor defende que a dívida costuma ser encarada como um fator macroeconómico de vulnerabilidade, mas que a mesma tem outros riscos nomeadamente os associados com a saúde mental, riscos esses muito menos explorados que a faceta macroeconómica. Neste estudo foi possível concluir que o crédito não hipotecário está ligado a um bem-estar mental mais baixo, indicando o autor que o stress causado por créditos não hipotecários de elevado montante deve ser considerado como um importante fator social determinante de um bem-estar mental baixo em indivíduos mais velhos (a partir dos 50 anos) (Hiilamo, 2020).

Em 2021, num estudo realizado na China foram comparadas as dívidas dos indivíduos e a (não) existência de sintomas depressivos. Os modelos de regressão mostraram que indivíduos que detêm alguns tipos de dívida detêm igualmente um maior risco de experienciar sintomas depressivos. As famílias com uma carga excessiva de dívida são mais vulneráveis a choques negativos (como, por exemplo, aumento das taxas de juro ou diminuição dos rendimentos), resultando em problemas físicos e mentais (como por exemplo a depressão). Os resultados do estudo mostraram que não existia qualquer correlação entre o crédito hipotecário (com recurso a

uma instituição financeira) e sintomas depressivos, ao contrário de todos os outros tipos de créditos (crédito hipotecário de familiares ou amigos e créditos não hipotecários). Isto porque os imóveis além de duráveis, melhoram as condições de vida, trazem satisfação psicológica e podem ser também um investimento traduzindo-se num rendimento futuro (P. Liu et al., 2021).

Surge, assim, a primeira hipótese:

Hipótese alternativa 1 (H1A): Existe uma relação negativa entre o endividamento e a percepção de saúde mental do indivíduo.

Hipótese nula (H0): A relação entre o endividamento e a percepção de saúde mental do indivíduo é aleatória.

2.5.2. O endividamento e a saúde física

Num estudo realizado em 2013, utilizando dados do *National Longitudinal Study of Adolescent Health*, foi possível investigar a relação entre vários índices de dívida financeira e o bem-estar psicológico e saúde em geral de 8400 jovens adultos. Os autores chegaram à conclusão de que a dívida é uma importante variável independente preditiva da saúde de quem a detém (Sweet et al., 2013). O nível absoluto de dívida mostrou-se positivamente relacionado com o rendimento e a riqueza, o que parece fazer sentido uma vez que para acumular elevados níveis de dívida é, por norma, necessário demonstrar que os rendimentos disponíveis serão suficientes para fazer face às amortizações. Além disso, o crédito é também muitas vezes utilizado para alcançar um determinado status. Apesar disso, altos níveis de dívida aparecem associados a uma menor percepção de saúde (de um modo geral) e a uma maior pressão arterial (Sweet et al., 2013).

Também em 2013, utilizando dados de 3314 artigos foi estudada a relação entre o endividamento (por crédito pessoal sem garantias) e a saúde mental e física. Quanto à saúde física, de um modo geral provou-se que o endividamento aumenta o risco de ter problemas de saúde. Este surge ligado a uma saúde física mais frágil (auto percebida), nomeadamente doença ou incapacidade de longo prazo, fadiga crónica, dor de costas e maiores níveis de obesidade. O endividamento parece igualmente ser um ponto comum em pessoas que cometem suicídio (Richardson et al., 2013).

Um estudo realizado em 2015, utilizou dados acerca do endividamento e da saúde das pessoas residentes nos países da União Europeia, entre o período de 1995 a 2012, analisando a relação entre o endividamento, a maturidade dos créditos obtidos e a saúde dos indivíduos (Clayton et al., 2015). Dadas as incertezas a que todos estamos expostos ao longo do tempo, a dívida pode melhorar o bem-estar económico, uma vez que permite reduzir problemas de liquidez e aumentar ou manter o consumo. Os resultados deste estudo indicaram que a dívida de curto e médio prazo (sem garantias) parecem aumentar a esperança média de vida (reduzindo as mortes precoces), isto porque permitem uma resposta rápida a choques financeiros. Por outro lado, a dívida de longo-prazo (sem garantias) e o crédito hipotecário aparentam exercer um efeito negativo na saúde, uma vez que quanto maior a maturidade da dívida, mais vulneráveis ficam as pessoas a eventuais choques financeiros que possam ocorrer no futuro, colocando em risco a saúde (Clayton et al., 2015).

Surge, assim, a segunda hipótese:

Hipótese Alternativa 2 (H2A): Existe uma relação negativa entre o endividamento e a perceção de saúde física do indivíduo.

Hipótese nula (H0): A relação entre o endividamento e a perceção de saúde física do indivíduo é aleatória.

2.5.3. O sobre-endividamento e a qualidade de vida

Muitos são os autores que defende que o nível de endividamento, desde que sustentável, contribui favoravelmente para o bem-estar social e para a economia, dado que o crédito permite que os consumidores paguem as suas despesas atuais utilizando os seus rendimentos futuros (O. J. Haas, 2006). O problema passa a existir quando o devedor se vê impossibilitado de proceder ao pagamento de uma ou mais prestações, dado o seu saldo devedor apresentar valor superior ao do rendimento mensal, resultando num desequilíbrio financeiro (Comissão Europeia, 2008).

Tendo em conta esta problemática, foram vários os autores que até ao momento estudaram o impacto que uma situação de sobre-endividamento poderá ter sobre a qualidade de vida do indivíduo e causa.

Em 2014, partindo do estudo bibliográfico de vários artigos, desenvolvidos em diversos países, foi possível retirar várias conclusões acerca da relação entre o endividamento e determinados aspetos da qualidade de vida. O crédito hipotecário com prestações em atraso aparece positivamente relacionado com pessoas com prevalência de problemas de saúde tanto mental, como física. Aliás, todos os tipos de crédito em que se verificavam atrasos sérios no pagamento estavam correlacionados com distúrbios mentais (Turunen & Hiilamo, 2014). Segundo conclusões desse mesmo estudo, a preocupação e o stress financeiro tendem a enfraquecer a saúde mental e levar a comportamentos prejudiciais para a saúde. Ao mesmo tempo a falta de meios financeiros poderá fazer ainda com que os indivíduos não tomem os medicamentos, ou não façam os tratamentos indicados. Menos pesquisas são encontradas acerca dos efeitos físicos do endividamento. No entanto, em alguns dos artigos estudados foi possível identificar uma relação entre o endividamento e as dores de costas. As conexões entre o endividamento e a falta de saúde não são lineares, sendo influenciadas por fatores como a origem da dívida, as garantias, a estrutura de amortização e os juros (Turunen & Hiilamo, 2014).

Dois anos mais tarde, em 2016, um estudo levado a cabo por Stefan Angel, realizado com dados de vários países da União Europeia mostrou que os indicadores de endividamento (baseados em pagamentos em atraso de diferentes obrigações) aumentam a probabilidade de uma saúde má ou muito má, independentemente do rendimento, educação e de outras dimensões do estatuto socioeconómico. No entanto, os efeitos parecem ser de curto-prazo e não fortemente relevantes em termos de significância económica (Angel, 2016).

Em 2019, foi realizado na Polónia um estudo que tinha como um dos objetivos principais evidenciar uma possível ligação entre o crédito e a saúde. Os resultados mostraram que a dívida, em particular a dívida excessiva, se trata de um fator importante com implicações ao nível da saúde física e emocional. Quanto à saúde emocional, a dívida (e o sobre-endividamento em particular) influenciam a solidão e aumento os pensamentos suicidas (Białowolski et al., 2019).

Em 2021, uma pesquisa, levada a cabo na Malásia, mostra o efeito do endividamento em quatro aspetos do bem-estar: económico, psicológico, físico e familiar. Os resultados mostram fortes evidências de que elevados níveis de dívida estão normalmente relacionados com depressão, stress e ansiedade. Evidências mais fracas, mais ainda assim relevantes demonstram que elevados níveis de dívida, apesar de não se refletirem diretamente na saúde física propiciam

atos maléficis para a saúde como beber álcool e fumar. O endividamento excessivo mostrou-se também positivamente relacionado com problemas no casamento (Cai et al., 2021).

Também em Portugal, este tem sido um tema alvo de debate. Também em 2021, uma pesquisa realizada em território nacional, sugere que os consumidores sobre-endividados têm uma satisfação com a vida e um bem-estar emocional menor, assim como uma pior saúde (auto percebida) e uma pior qualidade de sono. As obrigações financeiras com pagamentos em atraso mostram-se associadas a uma saúde subjetiva inferior, à deterioração de comportamentos que impactam a saúde e a doença física (Ferreira et al., 2021).

Surgem, assim, as últimas hipóteses de investigação:

Hipótese Alternativa 3 (H3A): De entre os indivíduos endividados, o endividamento controlado está associado à melhor percepção de qualidade de vida do mesmo.

Hipótese nula (H0): De entre os indivíduos endividados não existe relação entre o endividamento e a qualidade de vida.

Hipótese Alternativa 4 (H4A): De entre os indivíduos endividados, o endividamento descontrolado está associado à pior percepção de qualidade de vida do mesmo.

Hipótese nula (H0): De entre os indivíduos endividados não existe relação entre o endividamento e a qualidade de vida.

3. Metodologia de Investigação

3.1. Tipologia da pesquisa

“A metodologia consiste na análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos. Situam-se aqui as questões relacionadas com a estratégia de pesquisa a adotar em referência e adequação a certos objetos de análise e em ordem à relação e integração dos resultados obtidos através do uso das técnicas” (Pires de Lima, 1995).

O presente trabalho de investigação segue uma metodologia empírico-formal, uma vez que o seu processo inclui: a formulação de hipóteses com base na teoria existente, o teste dessas mesmas hipóteses confrontando-as com o resultado da observação dos fenómenos em causa e a reflexão crítica que permite, consoante os resultados obtidos, a possibilidade de refutação (Sousa, 2000).

Nesta lógica hipotético-dedutiva optou-se por uma abordagem de natureza quantitativa, com recolha de dados via questionário. Considerou-se que seria a metodologia mais adequada para o presente estudo e que permitiria de forma mais acertada responder às questões da investigação. As pesquisas de natureza quantitativa são as mais apropriadas para verificação e contraste de hipóteses fundamentadas no conhecimento teórico existente (Ayuso Moya & M. Ripoll Feliu, 2005). Os estudos quantitativos são um método de pesquisa baseado em componentes estatísticas cuja ferramenta de recolha mais utilizada é o questionário (normalmente com questões fechadas) pois este permite retirar conclusões, partindo de uma determinada amostra e inferindo os dados para uma população (Morais & Neves, 2007).

3.2. População e amostra

A amostragem consiste na seleção e estudo de uma parte da população a observar, para que possamos extrapolar as conclusões obtidas com a análise dessa amostra para a população em geral (S. K. Thompson, 2012).

No contexto desta investigação, a população a estudar são pessoas singulares, maiores de idade (isto é, com idade igual ou superior a 18 anos) e residentes em Portugal.

A amostra, recolhida de forma aleatória, conta com 220 indivíduos com as características acima mencionadas.

3.3. Recolha dos dados

Tal como anteriormente referido o instrumento utilizado para a recolha de dados foi um questionário, cujas respostas foram obtidas entre o período de junho de 2021 e outubro de 2021.

O questionário foi desenvolvido no Google Forms e as respostas foram obtidas abordando diretamente as pessoas na rua. Optou-se por esta via uma vez que não foi possível obter, no cumprimento do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, uma base de dados com endereços eletrónicos de pessoas singulares e maiores de idade residentes em Portugal.

O questionário desenvolvido permitirá correlacionar as variáveis em estudo: o endividamento (variável independente) e a qualidade de vida (variável dependente).

O questionário conta com um total de 48 questões e a estrutura do mesmo divide-se em três partes distintas:

1. Dados pessoais;
2. Qualidade de vida;
3. Endividamento.

Para as diferentes partes do questionário foram utilizadas questões de dois questionários que já se encontravam desenvolvidos e validados, tendo sido algumas das perguntas excluídas e outras reformuladas.

O questionário administrado, e todas as questões nele constantes podem ser consultadas no anexo 3.

3.3.1. Questionário OEC-DECO

As questões relativas aos dados pessoais e ao endividamento foram extraídas do “Questionário OEC-DECO” (Frade et al., 2008). Este questionário foi desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que se encontra integrado no quadro do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC).

O questionário original possui questões de escolha múltipla simples e composta (respondente e técnico) e questões de produção de uma resposta numérica, assim como alguns

campos para observações por parte do técnico destinados a informações adicionais (Frade et al., 2008). Este inquérito abrange uma série de tópicos que permitem identificar o endividamento de um indivíduo nomeadamente: que tipo de créditos possui, o valor das prestações mensalmente pagas e se o mesmo consegue fazer face a essas prestações ou se por outro lado se encontra em dificuldades financeiras detendo pagamentos em atraso.

Relativamente à sua estrutura, a mesma segue os seguintes pontos:

Tabela 3 - Conteúdos do questionário OEC-DECO (Fonte: Frade et al., 2008)

Secção	Conteúdo	N.º de questões
Identificação	Delegação; N.º de processo; Data de preenchimento	4
Características sociodemográficas	Sexo; Idade; Estado civil, Composição do agregado familiar, Residência, Escolaridade, Profissão; Situação na profissão	17
Características financeiras	Rendimento; Dívidas de crédito contraídas; Dívidas de crédito em atraso; Outras dívidas em atraso	11
Motivações do consumidor	Recurso ao crédito; Entidades de crédito; Incumprimento	5
Contactos com a entidade de crédito	Tentativa de renegociação das dívidas; Resultado do pedido de renegociação das dívidas; Cálculo das dívidas em atraso	4
Gestão das dificuldades financeiras	Redes formais e informais de solidariedade	3
Consequências do sobre-endividamento	Exclusão de sobre-endividados do mercado de trabalho	2
Perceção do risco de crédito	Intenção de recorrer ao crédito num futuro próximo	1

No presente estudo, e uma vez que os questionários foram auto-administrados, optou-se por excluir os campos relativos às observações e transformar todas as questões em perguntas de escolha múltipla simples (incluindo as relativas às prestações a pagar). Apenas as questões relativas ao “número de elementos do agregado familiar” e “número de filhos a cargo” permaneceram de resposta numérica aberta. Foram ainda desconsideradas, por não se aplicarem, as seguintes questões do questionário original OEC-DECO: pergunta 12, 15, 17 a 20 e 22 a 24.

O questionário original pode ser consultado no Anexo 1 ao presente estudo.

3.3.2. Questionário WHOQOL-BREF

As questões relativas à qualidade de vida foram extraídas do questionário WHOQOL-BREF desenvolvido pela OMS e traduzido para português de Portugal (Carona et al., 2006). Este instrumento foi selecionado uma vez que se trata de um inquérito amplamente testado e utilizado em pesquisas académicas de teor semelhante ao presente estudo. Todas as perguntas do questionário encontram-se numa escala do tipo *likert* (1-5). Tal como explanado anteriormente neste estudo, o questionário WHOQOL-BREF está organizado em quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Estes domínios dividem-se depois em diferentes facetas (constantes nas 26 perguntas do questionário) (Carona et al., 2006). Existe ainda um domínio adicional que espelha a qualidade de vida geral. Nenhuma mudança é aprovada ou recomendada pela OMS, pelo que não foi efetuada qualquer alteração à estrutura do questionário.

Figura 4 - Estrutura do WHOQOL BREF: Domínios e facetas (Fonte: elaboração própria baseada em Carona et al., 2006)



A versão original do questionário WHOQOL-BREF pode ser consultada no Anexo 2 ao presente estudo.

4. Resultados e Discussão

4.1. Caracterização Geral da Amostra

Para efetuar a análise dos dados, recorreu-se a técnicas da estatística descritiva utilizando para o efeito o *Software IBM SPSS* versão 27 e o *Excel* como ferramenta auxiliar.

Antes de começar a correlacionar os dados e variáveis é fundamental caracterizar a amostra que se encontra em estudo. Como anteriormente indicado a amostra é composta por 220 indivíduos, maiores de idade (idade igual ou superior a 18 anos) e residentes em Portugal (continental e ilhas).

Tabela 4 - Características gerais da amostra.

Variável	Alternativas	N.º Pessoas da Amostra	Percentagem
1 - Idade	<20	2	0,9%
	20-29	43	19,5%
	30-39	69	31,4%
	40-49	56	25,5%
	50-59	28	12,7%
	60-69	17	7,7%
	>70	5	2,3%
2 - Sexo	Masculino	92	41,8%
	Feminino	128	58,2%
3 - Estado civil	Solteiro	68	30,9%
	Casado/ União de Facto	138	62,7%
	Divorciado/ Separação de facto	9	4,1%
	Viúvo	5	2,3%
4 - Morada	Aveiro	6	2,7%
	Braga	1	0,5%
	Bragança	1	0,5%
	Castelo Branco	5	2,3%
	Coimbra	3	1,4%
	Évora	1	0,5%
	Faro	4	1,8%
	Guarda	6	2,7%
	Leiria	2	0,9%
	Lisboa	56	25,5%
	Porto	11	5,0%
	Santarém	6	2,7%

	Setúbal	9	4,1%
	Viseu	104	47,3%
	Açores	4	1,8%
	Madeira	1	0,5%
5 - Escolaridade	Não sabe ler nem escrever	2	0,9%
	1.º Ciclo do ensino Básico (1.º ao 4.º ano)	10	4,5%
	2.º Ciclo do ensino Básico (5.º ao 6.º ano)	5	2,3%
	3.º Ciclo do ensino Básico (7.º ao 9.º ano)	5	2,3%
	Ensino Secundário (10.º ao 12.º ano)	23	10,5%
	Curso Técnico-Profissional	12	5,5%
	Curso Superior	163	74,1%
6 - Condição atual sobre o trabalho	Exerce profissão	195	88,6%
	Desempregado(a)	2	0,9%
	Desempregado(a) a realizar pequenos trabalhos informais	6	2,7%
	Doméstico(a)	6	2,7%
	Reformado(a)	10	4,5%
	Estudante	1	0,5%

Analisando os dados apresentados (Tabela 4), podemos verificar que a amostra é composta na sua maioria (56,9%) por indivíduos na faixa etária dos 30 aos 49 anos de idade. Tendo em conta essa informação faz sentido que grande parte dos inquiridos se encontrassem no momento a exercer uma profissão (88,6%).

Quanto ao género, a amostra é bastante equitativa, contando ligeiramente com mais pessoas do sexo feminino (58,2%).

De relevar ainda que a amostra conta maioritariamente com pessoas residentes em Viseu (47,3%), Lisboa (25,5%) e Porto (5%), sendo que os distritos de Beja, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real não têm qualquer representação. A maioria das pessoas são casadas/unidas de facto (62,7%).

Importante é também o facto de 74,1% da amostra serem pessoas que possuem um curso superior, pois tal pode influenciar os rendimentos obtidos e o acesso ao crédito bancário.

O número máximo de elementos do agregado familiar registado foi de 6 e o número máximo de filhos a cargo 3.

Quanto aos rendimentos os dados distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 5 - Valor e fontes de rendimento da amostra.

Variável	Alternativas	N.º Pessoas da Amostra	Percentage m
1 - Rendimento líquido mensal atual do agregado familiar	< ou = 500€	9	4,1%
	501€ -1000€	41	18,6%
	1001€ - 1500€	38	17,3%
	1501€ - 2000€	40	18,2%
	2001€ - 2500€	42	19,1%
	> 2501€	50	22,7%
2 - Fonte de rendimento atual	Salários	202	91,8%
	Rendimentos de auto emprego	8	3,6%
	Pensões/Reforma	25	11,4%
	Subsídios temporários	7	3,2%
	Rendas e juros	12	5,5%
	Outras	1	0,5%

* uma pessoa pode deter mais do que uma fonte de rendimentos

Podemos verificar (Tabela 5) o nível de rendimentos do agregado, varia bastante por correspondente. O grande destaque da fonte de rendimentos vai para os salários pois 91,8% dos inquiridos têm como uma das suas principais fontes de rendimento o salário. Além dos dados disponíveis na tabela foi ainda calculado o rendimento mínimo *per capita*. Para esse cálculo considerou-se o valor mínimo da faixa de rendimentos selecionada, tendo esse valor sido dividido pelo número de elementos do agregado familiar. Na maioria dos agregados regista-se um rendimento mínimo per capita de 500€ (21%) ou de 600€ (17%).

4.2. Caraterização da amostra quanto ao endividamento

De todas as pessoas inquiridas, 153 responderam deter crédito bancário o que corresponde a 69,5% da amostra em estudo. As motivações mais registadas para contrair os créditos em causa foram: aceder a bens considerados essenciais (70,6%), manter ou melhorar o estilo de vida (20,9%), facilidade de obter crédito (14,4%) e existência de dificuldades financeiras próprias no momento (13,1%).

Quanto à tipologia do crédito 85,6% das pessoas que possuem créditos detêm crédito à habitação, 68,6% detêm cartão de crédito e 41,2% detêm crédito automóvel (Tabela 6).

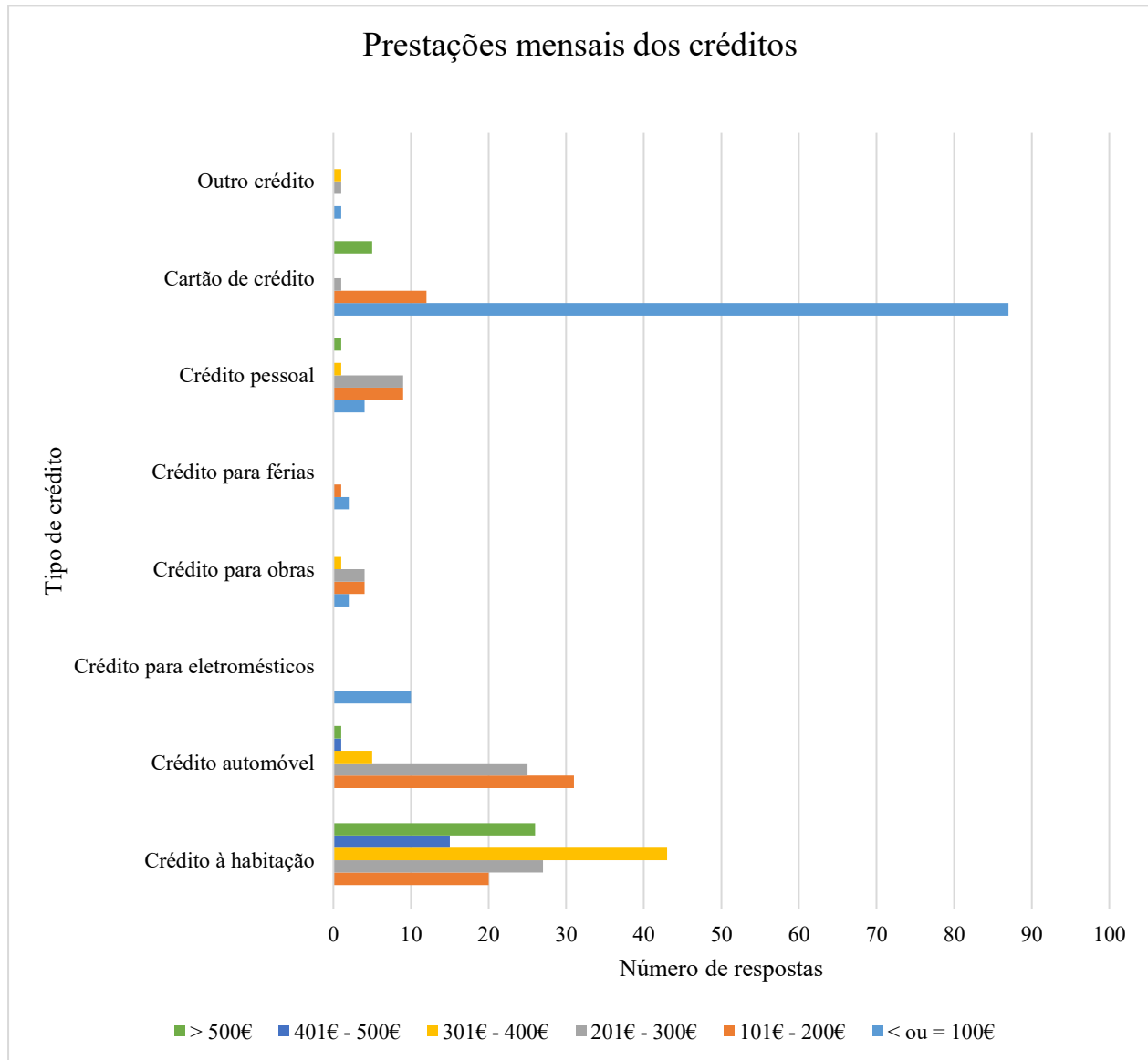
Tabela 6 - Tipologias de créditos detidos pela amostra.

Tipo de crédito detido	N.º Pessoas da Amostra	Percentagem *em relação ao número total de pessoas com créditos
Crédito à habitação	131	85,6%
Crédito automóvel	63	41,2%
Crédito para eletrodomésticos	10	6,5%
Crédito para móveis	0	0,0%
Crédito para obras	11	7,2%
Crédito para férias	3	2,0%
Crédito pessoal	24	15,7%
Cartão de crédito	105	68,6%
Outro crédito	3	2,0%

Quanto às prestações pagas mensalmente para cada tipo de crédito podemos verificar que a maioria das pessoas tem prestações nos seguintes intervalos de valores (Gráfico 8):

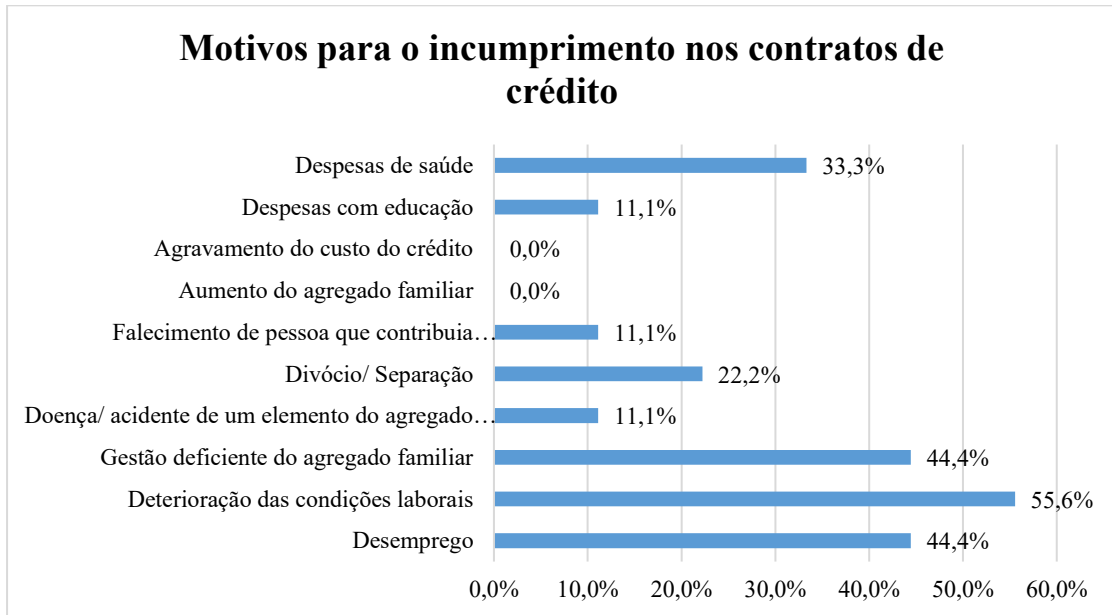
- < ou = 100€ no crédito para eletrodomésticos, no crédito para férias e nos cartões de crédito;
- 101€ - 200€ no crédito automóvel;
- 101€ a 300€ no crédito para obras e no crédito pessoal; e
- 301€ – 400€ no crédito à habitação.

Gráfico 8 - Prestações mensais dos créditos.



Quanto ao incumprimento no pagamento de prestações apenas 5,9% das pessoas com créditos detinham, à data da resposta, prestações em atraso. Quanto à tipologia existem prestações em atraso no crédito à habitação, no crédito automóvel, no crédito para eletrodomésticos, no crédito para obras, no crédito pessoal e no cartão de crédito. Os motivos indicados como responsáveis pela existência de tais incumprimentos são bastante dispersos. Podemos, no entanto, dar destaque para a gestão deficiente do agregado familiar, a deterioração das condições laborais e o desemprego (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Motivos para o incumprimento nos contratos de crédito.



4.3. Caracterização da amostra quanto à qualidade de vida

Na parte do questionário relativa à qualidade de vida (WHOQOL-BREF) foram colocadas 26 questões, todas numa escala de *likert* com respostas de 1 a 5.

As questões relativas à parte II do questionário tinham as seguintes opções de resposta:

Tabela 7 - Questões do questionário WHOQOL-BREF e respetivas opções de resposta.

Questões	Opções de resposta
1 - Como avalia a sua qualidade de vida? 15 - Como avaliaria a sua mobilidade?	1- Muito má 2- Má 3- Nem boa, nem má 4- Boa 5- Muito boa

<p>2 - Até que ponto está satisfeito com a sua saúde? 16 - Até que ponto está satisfeito(a) com o seu sono? 17 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade para desempenhar as atividades do seu dia-a-dia? 18 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade de trabalho? 19 - Até que ponto está satisfeito(a) consigo próprio? 20 - Até que ponto está satisfeito(a) com as suas relações pessoais? 21 - Até que ponto está satisfeito(a) com a sua vida sexual? 22 - Até que ponto está satisfeito(a) com o apoio que recebe dos seus amigos? 23 - Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar em que vive? 24 - Até que ponto está satisfeito(a) com o acesso que tem aos serviços de saúde? 25 - Até que ponto está satisfeito(a) com os transportes que utiliza?</p>	<p>1- Muito insatisfeito 2- Insatisfeito 3- Nem satisfeito, nem insatisfeito 4- Satisfeito 5- Muito satisfeito</p>
<p>3 - Em que medida as suas dores (físicas) o(a) impedem de fazer o que precisa de fazer? 4 - Em que medida precisa de cuidados médicos para fazer a sua vida diária? 5 - Até que ponto gosta da sua vida? 6 - Em que medida sente que a sua vida tem sentido? 7 - Até que ponto se consegue concentrar? 8 - Em que medida se sente em segurança no seu dia-a-dia? 9 - Em que medida é saudável o seu ambiente físico?</p>	<p>1- Nada 2- Pouco 3- Nem muito, nem pouco 4- Muito 5- Muitíssimo</p>
<p>10 - Tem energia suficiente para a sua vida diária? 11 - É capaz de aceitar a sua aparência física? 12 - Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades? 13 - Até que ponto tem fácil acesso às informações necessárias para organizar a sua vida diária? 14 - Em que medida tem oportunidade para realizar atividades de lazer?</p>	<p>1- Nada 2- Pouco 3- Moderadamente 4- Bastante 5- Completamente</p>
<p>26 - Com que frequência tem sentimentos negativos, tais como tristeza, desespero, ansiedade ou depressão?</p>	<p>1- Nunca 2- Poucas vezes 3- Algumas vezes 4- Frequentemente 5- Sempre</p>

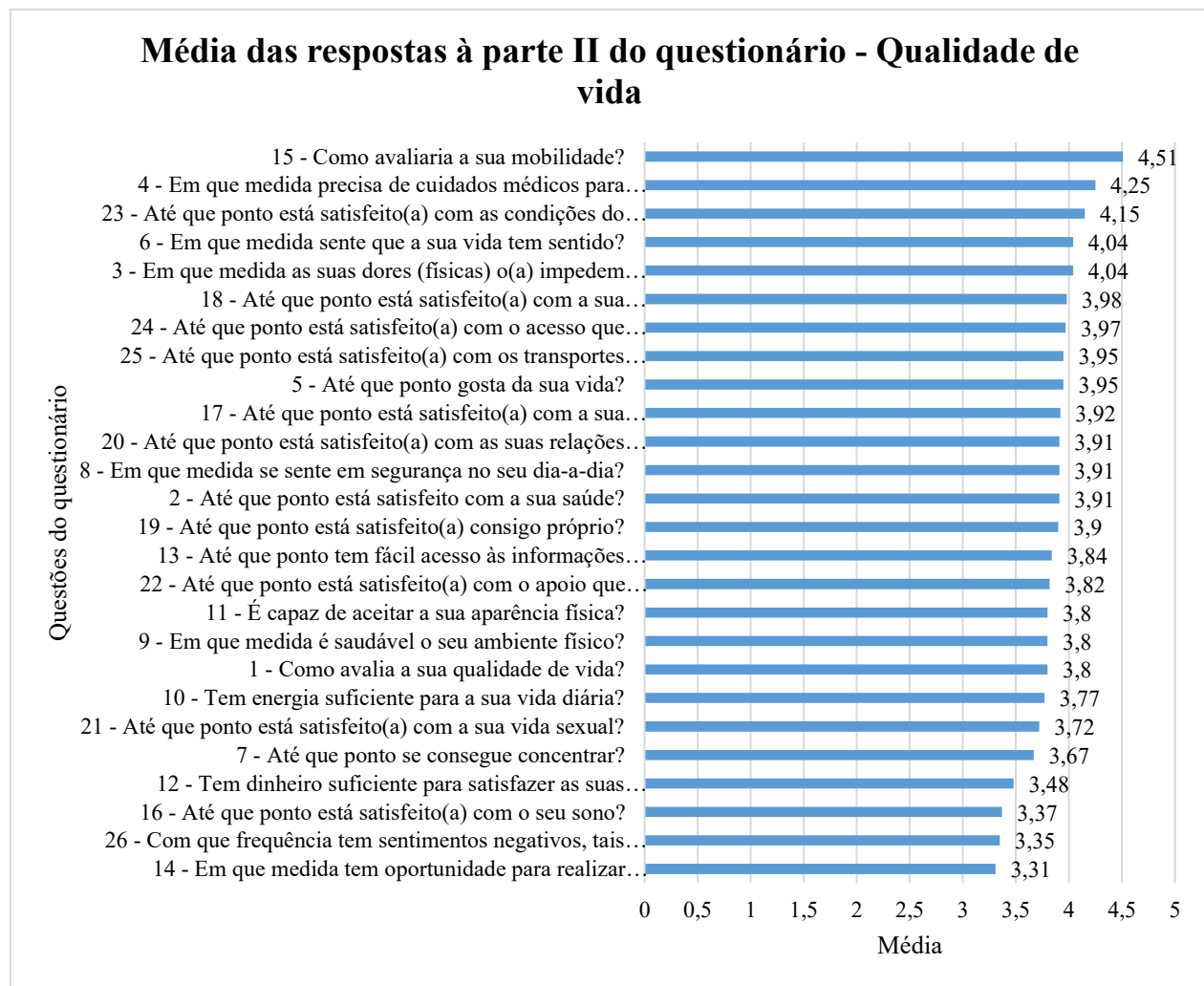
Seguindo as instruções fornecidas no manual do utilizador do questionário WHOQOL-BREF (Carona et al., 2006), foi necessário recodificar (inversamente) (Anexo 4) as respostas às seguintes questões:

- 3 - Em que medida as suas dores (físicas) o(a) impedem de fazer o que precisa de fazer?
- 4 - Em que medida precisa de cuidados médicos para fazer a sua vida diária?
- 26 - Com que frequência tem sentimentos negativos, tais como tristeza, desespero, ansiedade ou depressão?

De seguida foi calculada a média de cada uma das questões colocadas (Gráfico 10). No pódio com respostas com uma média mais elevada estão as questões 15 (Como avalia a sua

mobilidade?), a 4 (Em que medida as suas dores (físicas) o(a) impedem de fazer o que precisa de fazer?) e a 23 (Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar em que vive?). A boa média obtida nas questões 15 e 4 pode estar relacionada com o facto de a amostra conter um elevado número de pessoas com uma idade relativamente jovem (até aos 49 anos). Quanto à questão 23, o bom resultado poderá eventualmente estar relacionado com o facto de 131 dos inquiridos (cerca de 60%) deterem crédito à habitação (isto é, o crédito à habitação poderá providenciar acesso a melhores condições de habitabilidade (Proctor & Anand, 2017)).

Gráfico 10 - Média das respostas à parte II do questionário - Qualidade de vida.



Seguindo novamente as instruções do manual de utilizador do WHOQOL-BREF, foram calculados os domínios da qualidade de vida (psicológico, físico, relações sociais e ambiente)

assim como a qualidade de vida geral. Cada domínio é constituído pela média das questões que o compõem, sendo posteriormente os resultados transformados para uma escala de 0 a 100 (Anexo 5) de forma a torná-los comparáveis com os valores que seriam obtidos com a aplicação do questionário WHOQOL-100 (Carona et al., 2006). Cada domínio do WHOQOL-BREF é composto por um número diferente de questões (ver Figura 4 anteriormente apresentada).

Quanto à média dos domínios, já numa escala convertida, os resultados obtidos com a análise das respostas da amostra foi a seguinte:

Tabela 8 - Mínimo, máximo, média e desvio padrão dos domínios da Qualidade de Vida

Domínios de QV – WHOQOL-BREF	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Domínio 1 - Físico	17,86	100	74,43	16,19
Domínio 2 - Psicológico	0	100	69,70	15,91
Domínio 3 - Social	0	100	70,42	18,54
Domínio 4 - Meio Ambiente	18,75	96,88	70,01	13,91
Qualidade de Vida	12,5	100	71,48	16,30

Como se pode observar na Tabela 8, o domínio com a melhor média é o domínio físico (74,43), seguido do domínio social (70,42), domínio do meio ambiente (70,1) e por último domínio psicológico (69,70).

De seguida, de forma a analisar a consistência interna, foi utilizado o modelo do Alfa de Cronbach. Este permite atestar a confiabilidade das respostas obtidas na aplicação do questionário (Muñiz, 2010; Streiner, 2003). Um valor do coeficiente de consistência interna medido pelo Alfa de Cronbach superior a 0,80 é considerado adequado e um valor entre 0,60 e 0,80 é considerado como aceitável (Nunnally, 1978). O Alfa de Cronbach foi calculado numa primeira fase para cada um dos domínios individualmente e de seguida considerando todos os 4 domínios principais (físico, psicológico, social e meio ambiente).

Tabela 9 - Alfa de Cronbach dos domínios da Qualidade de Vida.

Domínios de QV – WHOQOL-BREF	Alfa de Cronbach	Número de itens
Domínio 1 - Físico	0,863	7
Domínio 2 - Psicológico	0,857	6
Domínio 3 - Social	0,818	3
Domínio 4 - Meio Ambiente	0,841	8
Qualidade de Vida	0,68	2

Nesta amostra, a consistência interna dos domínios físico ($\alpha=0,863$), psicológico ($\alpha=0,857$), social ($\alpha=0,818$) e meio ambiente ($\alpha=0,841$) é adequada (superior a 0,80) e do domínio da qualidade de vida geral ($\alpha=0,680$) é aceitável (coeficiente entre 0,60 e 0,80).

Quando considerados todos os domínios (físico, psicológico, social e meio ambiente) a consistência interna é adequada ($\alpha=0,868$) (superior a 0,80). A consistência interna diminuiria com a exclusão de qualquer um dos domínios elencados (Anexo 6).

4.4. Análise das Hipóteses

Para analisar todas as 4 hipóteses alternativas colocadas, foram em primeiro lugar definidas as variáveis a serem estudadas. A qualidade de vida (medida pelos seus domínios) é a variável dependente e o endividamento (ter pelo menos um crédito bancário) a variável independente.

Numa primeira análise foi realizado o Teste T para médias. Este teste coloca as seguintes hipóteses:

- H0: A média da variável quantitativa é igual para os dois grupos da variável dicotómica ($\mu_1 = \mu_2$);
- H1: A média da variável quantitativa é diferente entre os dois grupos da variável dicotómica ($\mu_1 \neq \mu_2$).

Aquilo que se vai analisar é se a média da qualidade de vida (nos diferentes domínios) é igual ou diferente para as pessoas que possuem créditos e para aquelas que não possuem créditos.

Tabela 10 - Teste T: Estatísticas de grupo

	Detém créditos?	N	Média	Desvio Padrão	Erro de média padrão
Domínio 1 - Físico	Sim	153	75,0233	15,10512	1,22118
	Não	67	73,081	18,47762	2,2574
Domínio 2 - Psicológico	Sim	153	71,8137	15,58119	1,25966
	Não	67	64,8632	15,71165	1,91948
Domínio 3 - Social	Sim	153	72,0044	17,16935	1,38806
	Não	67	66,791	21,04651	2,57124
Domínio 4 - Meio Ambiente	Sim	153	71,4257	13,28932	1,07438
	Não	67	66,791	14,8365	1,81257
Qualidade de Vida	Sim	153	72,2222	15,65604	1,26572
	Não	67	69,7761	17,69765	2,16211

Ao analisar a Tabela 10, verificamos que a média de todos os domínios, incluindo a média da qualidade de vida geral apresenta valores superiores para as pessoas que possuem crédito ao invés daquelas que não possuem qualquer crédito. Assim, os resultados parecem indicar que o crédito terá um efeito positivo em todos os domínios da qualidade de vida, aumentando o nível geral da mesma.

O Teste T para médias é antecedido por um teste de hipóteses à igualdade das variâncias em cada um dos grupos que é o teste de Levene. No teste de Levene assumem-se as seguintes hipóteses:

- H0: A variância (desvio padrão) é igual para ambos os grupos da variável dicotômica;
- H1: A variância (desvio padrão) é diferente para os dois grupos da variável dicotômica.

O que se pretende ao realizar esta análise é perceber se a média dos domínios da qualidade de vida é significativamente diferente para as pessoas que possuem crédito e para aquelas que não possuem qualquer crédito bancário.

Quanto ao teste de Levene (ver Anexo 7 e Tabela 11), os resultados mostram um valor de p (significância) de 0,115 no domínio físico, 0,882 no domínio psicológico, 0,057 no domínio social, 0,621 no domínio do meio ambiente e 0,093 no domínio da qualidade de vida geral.

Assim, não se rejeita a hipótese nula de variâncias iguais (porque $p > 0,05$). Assim o teste t a ser utilizado é o que indica “variâncias iguais assumidas”.

Tabela 11 - Teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para Igualdade de Médias

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias
		Z	Sig.	Sig. (2 extremidades)
Domínio 1 - Físico	Variâncias iguais assumidas	2,497	0,115	0,414
	Variâncias iguais não assumidas			0,451
Domínio 2 - Psicológico	Variâncias iguais assumidas	0,168	0,682	0,003
	Variâncias iguais não assumidas			0,003
Domínio 3 - Social	Variâncias iguais assumidas	3,663	0,057	0,055
	Variâncias iguais não assumidas			0,077
Domínio 4 - Meio Ambiente	Variâncias iguais assumidas	0,245	0,621	0,023
	Variâncias iguais não assumidas			0,030
Qualidade de Vida	Variâncias iguais assumidas	2,853	0,093	0,307
	Variâncias iguais não assumidas			0,331

Podemos verificar (Tabela 11) que o valor das significâncias obtidas é de 0,414 para o domínio físico, 0,003 para o domínio psicológico, 0,055 para o domínio social, 0,023 para o domínio do meio ambiente e 0,307 no domínio da qualidade de vida geral. Apenas nas médias do domínio psicológico e do domínio do meio ambiente existe uma diferença significativa ($p < 0,05$) entre as pessoas com e sem créditos bancários.

Verificando os resultados da Tabela 12 (ver igualmente o Anexo 7) podemos indicar que o teste-t independente mostrou que, em média, as pessoas que possuem créditos bancários apresentam melhores resultados no domínio psicológico da qualidade de vida do que as pessoas sem créditos [$t(218) = 6,951$; $p < 0,05$]. De igual modo podemos afirmar que o teste-t independente mostrou que, em média, as pessoas que possuem créditos bancários apresentam melhores resultados no domínio do meio ambiente do que as pessoas sem créditos ($t(218) = 4,635$; $p < 0,05$).

Tabela 12 - Teste-t para igualdade de médias

		teste-t para Igualdade de Médias			
		t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
Domínio 1 - Físico	Variâncias iguais assumidas	0,818	218	0,414	1,94232
Domínio 2 - Psicológico	Variâncias iguais assumidas	3,037	218	0,003	6,95054
Domínio 3 - Social	Variâncias iguais assumidas	1,931	218	0,055	5,21331
Domínio 4 - Meio Ambiente	Variâncias iguais assumidas	2,296	218	0,023	4,63461
Qualidade de Vida	Variâncias iguais assumidas	1,024	218	0,307	2,44610

Apesar destes resultados o valor da significância (p), por si só, não é uma medida da magnitude do efeito, pois o mesmo pode ser influenciado pelo tamanho da amostra. Assim, torna-se importante calcular o tamanho do efeito. O tamanho do efeito, esse sim, é uma medida da magnitude de um efeito. Os testes que medem o tamanho do efeito de amostras independentes, comparam a média de dois grupos, identificando a diferença da magnitude entre a média desses mesmos grupos (Dal-Ri Lindenau & Guimaraes, 2012; Espirito Santo & Daniel, 2015). No presente estudo, e uma vez que as variâncias encontradas são homogêneas para todos os domínios ($p > 0,05$ no Teste de Levene), irá ser utilizado o *d de Cohen* (Espirito Santo & Daniel, 2015)

A fórmula do *d de Cohen* utilizada é a seguinte (Espirito Santo & Daniel, 2015):

$$d \text{ de Cohen} = \frac{M_1 - M_2}{DP_{\text{Combinado}}}$$

Considerando a seguinte fórmula para o Desvio Padrão Combinado (Espirito Santo & Daniel, 2015):

$$DP_{\text{Combinado}} = \sqrt{\frac{(n_1 - 1) \cdot DP_1^2 + (n_2 - 1) \cdot DP_2^2}{n_1 + n_2 - 2}}$$

Notas: M = média de cada grupo; DP = desvio-padrão de cada grupo; n = número de sujeitos. Os números 1 e 2 em índice referem-se ao grupo 1 (p. e., grupo experimental, grupo de tratamento ou grupo alvo) e ao grupo 2 (p. e., controlo ou de comparação).

Tabela 13 - Tamanhos de efeitos de amostras independentes - *d* de Cohen

	Padronizador	Estimativa de ponto	Intervalo de Confiança 95%	
			Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	16,20043	0,120	-0,168	0,407
Domínio 2 - Psicológico	15,62080	0,445	0,154	0,735
Domínio 3 - Social	18,42946	0,283	-0,006	0,571
Domínio 4 - Meio Ambiente	13,77608	0,336	0,047	0,625
Qualidade de Vida	16,30115	0,150	-0,138	0,437

Podemos verificar (Tabela 13 e Anexo 8) que os domínios têm os seguintes tamanhos de efeito (Sawilowsky, 2009):

- Domínio 1 – Físico: 0,120 (muito pequeno, $d < 0,2$);
- Domínio 2 – Psicológico: 0,445 (pequeno, $0,2 < d < 0,5$);
- Domínio 3 – Social: 0,283 (pequeno, $0,2 < d < 0,5$);
- Domínio 4 – Meio Ambiente: 0,336 (pequeno, $0,2 < d < 0,5$);
- Qualidade de Vida: 0,150 (muito pequeno, $d < 0,2$).

Apesar dos efeitos obtidos serem pequenos, ou muito pequenos, essa informação não pode ser interpretada de forma rígida (B. Thompson, 2007). Pequenos efeitos podem ter grandes consequências (Lakens, 2013).

Além do *d de Cohen*, foi também calculado para cada um dos domínios a probabilidade de superioridade (Linguagem Comum). Esta é mais intuitiva pois converte o efeito numa percentagem, podendo ser calculada a partir do *d de Cohen* (Lakens, 2013).

Para efeito do presente estudo foi considerada a seguinte fórmula (Espírito Santo & Daniel, 2015):

$$\text{Linguagem comum} = P(z > 0),$$

$$\text{sendo } z = \frac{d}{\sqrt{2}}$$

Notas: *d* – *d de Cohen*

Do cálculo extraíram-se os seguintes resultados:

- Domínio 1 – Físico: 53,4%;
- Domínio 2 – Psicológico: 62,3%;
- Domínio 3 – Social: 57,9%;
- Domínio 4 – Meio Ambiente: 58,1%
- Qualidade de Vida: 54,2%

Isto significa, por exemplo, que existe uma probabilidade de 54,2% de, selecionando ao acaso uma pessoa com créditos bancários, essa pessoa apresentar um nível de qualidade de vida superior ao de uma pessoa do outro grupo (que não possui créditos bancários).

4.4.1. Análise da Hipótese Alternativa 1

Hipótese alternativa 1 (H1A): Existe uma relação negativa entre o endividamento e a percepção de saúde mental do indivíduo.

Hipótese nula (H0): A relação entre o endividamento e a percepção de saúde mental do indivíduo é aleatória.

Para analisar à hipótese alternativa 1 (H1A) recorreu-se aos resultados anteriormente apresentados relativos ao teste-t de amostras independentes, ao teste de Levene, ao cálculo do *d* de Cohen e ao cálculo da probabilidade de superioridade relativos ao domínio 2 (psicológico).

Os resultados obtidos (Tabela 14) parecem ir contra aos resultados apresentados na parte teórica da presente dissertação.

Tabela 14 - Resumo de testes: Domínio 2 – Psicológico

Estatísticas de grupo	Sim	N	153
		Média	71,8137
		Desvio Padrão	15,58119
		Erro de média padrão	1,25966
	Não	N	67
		Média	64,8632
		Desvio Padrão	15,71165
		Erro de média padrão	1,91948
Teste de Levene	Variâncias iguais assumidas		
Domínio 2 - Psicológico	Teste-t	t	3,037
		df	218
		Sig. (2 extremidades)	0,003
		Diferença média	6,95054
		Erro de diferença padrão	2,28840
		95% Intervalo de Confiança da Diferença	Inferior Superior
d de Cohen	Estimativa de Ponto	0,445	
	95% Intervalo de Confiança da Diferença	Inferior	0,154
		Superior	0,735
Probabilidade de Superioridade		62,30%	

No domínio psicológico, no teste de Levene assumiu-se a homogeneidade de variâncias ($p > 0,05$). Como tal, o teste-t mostrou que, em média, as pessoas que possuem créditos bancários apresentam melhores resultados no domínio psicológico da qualidade de vida do que as pessoas sem créditos ($t(218) = 6,951$; $p < 0,05$). Esse efeito é, no entanto, segundo o *d de Cohen*, pequeno. Apesar de ser pequeno tal não significa que não seja relevante (por exemplo, no caso da tendência ao suicídio, este valor pode ser de facto bastante relevante).

Pelas análises efetuadas concluiu-se que a probabilidade de uma pessoa com créditos escolhida ao acaso da amostra, apresentar uma melhor qualidade de vida ao nível do domínio psicológico é de 62,3% quando comparada com uma pessoa sem créditos.

Os resultados encontrados contrariam as conclusões retiradas nos estudos apresentados na parte teórica da presente dissertação de que a dívida está associada a maiores níveis de stress, que tem um efeito negativo no bem-estar psicológico e na felicidade dos indivíduos (Bridges &

Disney, 2010; S. Brown et al., 2005; Hiilamo, 2020; P. Liu et al., 2021; Z. Liu et al., 2020; Sweet et al., 2013) e que inclusive pode estar relacionada com tendências de suicídio (Richardson et al., 2013) .

Assim, os resultados mostram que a qualidade de vida média, ao nível do domínio psicológico, tende a ser superior nos indivíduos que detêm créditos bancários. Tal poderá ocorrer porque o crédito permite aliviar o stress financeiro e reduzir problemas de liquidez, mantendo ou aumentando o consumo. Desta forma dá a possibilidade ao indivíduo de se proteger de eventuais choques financeiros (Clayton et al., 2015), diminuído o stress que, sem a obtenção de crédito, poderia afetar o indivíduo uma vez que este não teria forma de se socorrer perante problemas financeiros ou necessidades de consumo.

Uma vez que foram recebidas respostas relativamente ao tipo de créditos detidos, foi realizado um teste ANOVA de forma a perceber se a diferença nas médias seria semelhante ou diferente para pessoas: sem créditos, apenas com crédito hipotecário (crédito à habitação, com crédito hipotecário e outros e apenas com crédito não hipotecário (diferente do crédito à habitação).

Uma primeira análise das estatísticas descritivas parece indicar que a média do domínio psicológico da qualidade de vida é inferior para as pessoas sem crédito e para as pessoas apenas com crédito não hipotecário (Tabela 15).

Tabela 15 - Estatísticas descritivas: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito

	N	Média	Desvio padrão	Erro Padrão	95% de Intervalo de Confiança para Média		Mínimo	Máximo
					Limite inferior	Limite superior		
Sem crédito	67	64,8632	15,71165	1,91948	61,0308	68,6956	20,83	87,50
Com crédito hipotecário	24	68,0556	19,25808	3,93104	59,9236	76,1875	0,00	87,50
Com crédito hipotecário e outros	107	74,2212	13,85633	1,33954	71,5654	76,8770	29,17	100,00
Com crédito não hipotecário	22	64,2045	16,60002	3,53914	56,8445	71,5646	29,17	87,50
Total	220	69,6970	15,91144	1,07275	67,5827	71,8112	0,00	100,00

O teste de homogeneidade de variâncias (Anexo 9) confirmou a hipótese nula ($p=1,152>0,05$) de variáveis homogêneas pelo que se reúnem as condições para realizar o teste ANOVA.

Tabela 16 - ANOVA: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	4483,948	3	1494,649	6,335	0,000
Nos grupos	50961,128	216	235,931		
Total	55445,076	219			

O resultado do teste ANOVA (Tabela 16) confirmou a hipótese alternativa ($p<0,05$) de que existe uma diferença entre a média dos grupos, mostrando que existe um efeito do grupo sobre o domínio psicológico da qualidade de vida [$F(3,216)=6,335$; $p<0,05$].

Para perceber entre que grupos existe essa diferença procedeu-se à realização do teste de *Tukey* (Tukey, 1949).

Tabela 17 - Teste de Tukey: Domínio psicológico e diferentes tipologias de crédito

		Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Sem crédito	Com crédito hipotecário	-3,19237	3,65401	0,818	-12,6531	6,2684
	Com crédito hipotecário e outros	-9,35800*	2,39297	0,001	-15,5538	-3,1622
	Com crédito não hipotecário	0,65864	3,77432	0,998	-9,1136	10,4309
Com crédito hipotecário	Sem crédito	3,19237	3,65401	0,818	-6,2684	12,6531
	Com crédito hipotecário e outros	-6,16563	3,46921	0,287	-15,1479	2,8167
	Com crédito não hipotecário	3,85101	4,53372	0,831	-7,8874	15,5895
Com crédito hipotecário e outros	Sem crédito	9,35800*	2,39297	0,001	3,1622	15,5538
	Com crédito hipotecário	6,16563	3,46921	0,287	-2,8167	15,1479
	Com crédito não hipotecário	10,01664*	3,59571	0,029	0,7068	19,3264
Com crédito não hipotecário	Sem crédito	-0,65864	3,77432	0,998	-10,4309	9,1136
	Com crédito hipotecário	-3,85101	4,53372	0,831	-15,5895	7,8874
	Com crédito hipotecário e outros	-10,01664*	3,59571	0,029	-19,3264	-0,7068

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

O teste de *Tukey*, mostrou diferenças significativas nas médias do domínio psicológico da qualidade de vida entre:

- O grupo das pessoas sem crédito e com crédito hipotecário e outros;
- As pessoas com crédito não hipotecário e com crédito hipotecário e outros.

Desta análise podemos concluir, para a amostra, que a média da qualidade de vida ao nível do domínio psicológico é superior, de forma significativa, para as pessoas com crédito hipotecário e outros tipos de crédito, comparativamente com a das pessoas sem crédito e com as pessoas com crédito não hipotecário.

Estes resultados podem ser explicados pelo facto das pessoas com vários tipos de crédito (incluindo o crédito hipotecário) terem uma vida mais estabilizada. Pois para ser possível obterem diversas fontes de créditos bancários é necessário possuírem também rendimentos suficientes para fazer face ao pagamento das prestações. Se, por exemplo, existir a expectativa de que os rendimentos futuros irão aumentar, existe tendência a aumentar o consumo e o endividamento (Dyran & Kohn, 2007). Esse aumento, no endividamento poderá não ser acompanhado por uma pressão psicológica maior, uma vez que o rendimento é estável e não existe stress financeiro.

Quanto ao facto de as pessoas com crédito não hipotecário apresentarem, em média, uma qualidade de vida (domínio psicológico), inferior às que possuem vários tipos de crédito pode ser explicado pelas tendências de consumo. O crédito é muitas vezes utilizado como ferramenta para alcançar ou para demonstrar um determinado status social (Sweet et al., 2013), uma vez que o crédito hipotecário é o mais difícil de obter (devido ao montante em causa e às garantias exigidas) pode não estar ao alcance de todas as famílias. Já o crédito ao consumo é mais fácil de obter, mesmo pelas pessoas de classe mais baixa com um rendimento inferior. Estas pessoas tenderão a sentir uma pressão e stress financeiros maiores, do que aquelas com rendimentos e vidas mais estabilizadas pelo que a sua qualidade de vida do foro psicológico poderá sofrer as consequências das restrições financeiras associadas aos créditos obtidos.

Tendo em conta as análises e conclusões retiradas, a Hipótese Alternativa 1 de que “Existe uma relação negativa entre o endividamento e a perceção de saúde mental do indivíduo” é rejeitada.

4.4.2. Análise da Hipótese Alternativa 2

Hipótese Alternativa 2 (H2A): Existe uma relação negativa entre o endividamento e a percepção de saúde física do indivíduo.

Hipótese nula (H0): A relação entre o endividamento e a percepção de saúde física do indivíduo é aleatória.

A análise da hipótese alternativa 2 é em tudo semelhante à hipótese alternativa 1, tendo sido utilizados os mesmos testes, com a diferença que foram efetuados para o domínio físico em vez do domínio psicológico.

Assim, para analisar a hipótese alternativa 2 (H2A) recorreu-se aos resultados anteriormente apresentados relativos ao teste-t de amostras independentes, ao teste de Levene, ao cálculo do *d de Cohen* e ao cálculo da probabilidade de superioridade relativos ao domínio 1 (físico).

Tabela 18 - Resumo de testes: Domínio 1 - Físico

Domínio 1 - Físico	Estatísticas de grupo	Sim	N	153
			Média	75,0233
			Desvio Padrão	15,10512
			Erro de média padrão	1,22118
		Não	N	67
			Média	73,081
			Desvio Padrão	18,47762
			Erro de média padrão	2,2574
	Teste de Levene	Variâncias iguais assumidas		
	Teste-t	t	0,818	
df		218		
Sig. (2 extremidades)		0,414		
Diferença média		1,94232		
Erro de diferença padrão		2,37331		
95% Intervalo de Confiança da Diferença		Inferior	-2,73525	
	Superior	6,61989		
<i>d de Cohen</i>	Estimativa de Ponto	0,12		
	95% Intervalo de Confiança da Diferença	Inferior	-0,168	
		Superior	0,407	

No domínio físico, no teste de Levene assumiu-se a homogeneidade de variâncias ($p > 0,05$). No entanto, ao contrário do que ocorreu com o domínio psicológico, o teste-t mostrou uma significância de 0,414 ($p > 0,05$). Isto significa que devemos rejeitar a hipótese alternativa e assumir que a média dos grupos são iguais. Em termos práticos significa que em média, a qualidade de vida, ao nível do domínio físico é semelhante para uma pessoa que possua créditos bancários e outra que não possua qualquer crédito [$t(218) = 6,951$; $p > 0,05$].

Estes resultados, à semelhança do que aconteceu com o domínio psicológico vão em sentido contrário a outros estudos efetuados na mesma área. A relação entre a qualidade de vida física e o endividamento não foi até ao momento, alvo de tanta investigação como a relação entre a qualidade de vida psicológica e o endividamento. No entanto muitos estudos identificaram uma relação negativa entre o endividamento e a qualidade de vida física (Clayton et al., 2015; Richardson et al., 2013; Sweet et al., 2013).

No entanto, foi possível identificar, pelo menos um estudo, que também revelou um efeito positivo do endividamento no domínio físico da qualidade de vida. Nesse estudo demonstrou-se que a dívida de curto e médio prazo (sem garantias) parecem aumentar a esperança média de vida, permitindo uma resposta rápida a choques financeiros (Clayton et al., 2015).

Na análise da amostra, não parece existir uma relação de causa-efeito entre o endividamento e a qualidade de vida ao nível da saúde física pelo que a hipótese alternativa 2 é rejeitada.

Tendo em conta a pouca investigação que existe neste âmbito, deixa-se um incentivo ao aprofundamento da mesma para que se perceba se de facto não existe uma relação entre estas duas variáveis, ou se, por outro lado, existem efeitos positivos e negativos que acabam por se anular. Isto é, se por um lado o recurso ao crédito pode permitir o acesso a melhores cuidados de saúde, por outro lado, as preocupações adjacentes ao endividamento podem prejudicar a saúde física conduzindo, por exemplo, a situações de obesidade, tensão arterial alta e tendências de suicídio.

4.4.3. Análise das Hipóteses Alternativas 3 e 4

Hipótese Alternativa 3 (H3A): De entre os indivíduos endividados, o endividamento controlado está associado à melhor perceção de qualidade de vida do mesmo.

Hipótese nula (H0): De entre os indivíduos endividados não existe relação entre o endividamento e a qualidade de vida.

Hipótese Alternativa 4 (H4A): De entre os indivíduos endividados, o endividamento descontrolado está associado à pior perceção de qualidade de vida do mesmo.

Hipótese nula (H0): De entre os indivíduos endividados não existe relação entre o endividamento e a qualidade de vida.

Para analisar as hipóteses alternativas 3 e 4 começou por se verificar, dentro da amostra, quais as pessoas com prestações em atraso. Para tal foi criada no *SPSS* uma nova variável (deter ou não prestações em atraso). De todos os 220 questionários recolhidos, 153 pessoas detinham pelo menos um crédito bancário e apenas 9 desses indivíduos identificaram deter, pelo menos, uma prestação em atraso (Tabela 19).

Tabela 19 - Estatística descritiva: (Não) deter prestações em atraso

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sem crédito	67	30,5	30,5	30,5
Com crédito sem atraso	144	65,5	65,5	95,9
Com crédito com atraso	9	4,1	4,1	100,0
Total	220	100,0	100,0	

Procedeu-se à análise da relação entre cada um dos domínios da qualidade de vida e as condições perante o endividamento (sem crédito, com crédito sem atraso e com crédito com atraso).

Tabela 20 - Estatística descritiva: Domínios da qualidade de vida e (não) deter créditos em atraso

		N	Média	Desvio padrão	Erro Padrão	95% de Intervalo de Confiança para Média		Mínimo	Máximo
						Limite inferior	Limite superior		
Domínio 1 - Físico	Sem crédito	67	73,0810	18,47762	2,25740	68,5740	77,5881	17,86	100,00
	Crédito sem atraso	144	76,0417	14,51413	1,20951	73,6508	78,4325	21,43	100,00
	Crédito com atraso	9	58,7302	15,88293	5,29431	46,5215	70,9389	35,71	85,71
	Total	220	74,4318	16,18821	1,09141	72,2808	76,5828	17,86	100,00
Domínio 2 - Psicológico	Sem crédito	67	64,8632	15,71165	1,91948	61,0308	68,6956	20,83	87,50
	Crédito sem atraso	144	73,2350	14,62245	1,21854	70,8263	75,6436	0,00	100,00
	Crédito sem atraso	9	49,0741	13,13951	4,37984	38,9742	59,1740	29,17	66,67
	Total	220	69,6970	15,91144	1,07275	67,5827	71,8112	0,00	100,00
Domínio 3 - Social	Sem crédito	67	66,7910	21,04651	2,57124	61,6574	71,9247	0,00	100,00
	Crédito sem atraso	144	72,7431	17,10436	1,42536	69,9256	75,5606	16,67	100,00
	Crédito sem atraso	9	60,1852	14,29949	4,76650	49,1936	71,1767	33,33	75,00
	Total	220	70,4167	18,54392	1,25023	67,9526	72,8807	0,00	100,00
Domínio 4 - Meio Ambiente	Sem crédito	67	66,7910	14,83650	1,81257	63,1721	70,4100	18,75	96,88
	Crédito sem atraso	144	72,5694	12,49150	1,04096	70,5118	74,6271	37,50	96,88
	Crédito sem atraso	9	53,1250	12,88471	4,29490	43,2209	63,0291	31,25	65,63
	Total	220	70,0142	13,90985	0,93780	68,1659	71,8625	18,75	96,88
Qualidade de Vida	Sem crédito	67	69,7761	17,69765	2,16211	65,4593	74,0929	25,00	100,00
	Crédito sem atraso	144	73,0903	15,38545	1,28212	70,5559	75,6246	12,50	100,00
	Crédito sem atraso	9	58,3333	13,97542	4,65847	47,5909	69,0758	37,50	75,00
	Total	220	71,4773	16,30298	1,09915	69,3110	73,6435	12,50	100,00

Podemos identificar (Tabela 20) que para qualquer um dos domínios da qualidade de vida, a média é inferior para as pessoas que relatam deter créditos com prestações em atraso.

Decidiu-se desta forma prosseguir para um teste ANOVA. O teste de homogeneidade de variâncias (Anexo 11) confirmou a hipótese nula ($p > 0,05$) de variáveis homogêneas em todos os domínios da qualidade de vida pelo que se reúnem as condições para realizar o teste ANOVA.

Tabela 21 - ANOVA: Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Domínio 1 - Físico	Entre Grupos	2714,322	2	1357,161	5,386	0,005
	Nos grupos	54676,390	217	251,965		
	Total	57390,712	219			
Domínio 2 - Psicológico	Entre Grupos	7195,717	2	3597,859	16,181	0,000
	Nos grupos	48249,358	217	222,347		
	Total	55445,076	219			
Domínio 3 - Social	Entre Grupos	2602,213	2	1301,107	3,883	0,022
	Nos grupos	72706,815	217	335,054		
	Total	75309,028	219			
Domínio 4 - Meio Ambiente	Entre Grupos	4203,466	2	2101,733	11,949	0,000
	Nos grupos	38169,536	217	175,896		
	Total	42373,002	219			
Qualidade de Vida	Entre Grupos	2123,418	2	1061,709	4,108	0,018
	Nos grupos	56083,968	217	258,451		
	Total	58207,386	219			

O resultado do teste ANOVA (Tabela 21) confirmou a hipótese alternativa ($p < 0,05$), para todos os domínios da qualidade de vida de que existe uma diferença entre a média dos grupos.

Para perceber entre que grupos existe essa diferença procedeu-se à realização do teste de *Tukey* (Tukey, 1949). O teste de *Tukey* mostrou diferenças significativas nas seguintes médias (Tabela 22 e Anexo 12):

- Domínio Físico:
 - Grupo das pessoas sem crédito e com crédito com prestações em atraso;
 - Grupo das pessoas com crédito sem prestações em atraso e com crédito, mas com prestações em atraso;
- Domínio psicológico (diferenças entre todos os grupos analisados):
 - Grupo das pessoas sem crédito e com crédito sem prestações em atraso;
 - Grupo das pessoas sem crédito e com crédito com prestações em atraso;
 - Grupo das pessoas com crédito sem prestações em atraso e com crédito, mas com prestações em atraso;

- Domínio social:
 - Não se verificam diferenças entre os grupos ($p > 0,05$);
- Domínio do meio ambiente (diferenças entre todos os grupos analisados):
 - Grupo das pessoas sem crédito e com crédito sem prestações em atraso;
 - Grupo das pessoas sem crédito e com crédito com prestações em atraso;
 - Grupo das pessoas com crédito sem prestações em atraso e com crédito, mas com prestações em atraso;
- Qualidade de vida geral:
 - Grupo das pessoas com crédito sem prestações em atraso e com crédito, mas com prestações em atraso.

Tabela 22 - Teste de Tukey: Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso



Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Domínio 1 - Físico	Sem crédito	Crédito sem atraso	-2,96064	2,34743	0,419	-8,5004	2,5791
		Crédito com atraso	14,35086*	5,63531	0,031	1,0520	27,6497
	Crédito sem atraso	Sem crédito	2,96064	2,34743	0,419	-2,5791	8,5004
		Crédito com atraso	17,31151*	5,45398	0,005	4,4406	30,1824
	Crédito com atraso	Sem crédito	-14,35086*	5,63531	0,031	-27,6497	-1,0520
		Crédito sem atraso	-17,31151*	5,45398	0,005	-30,1824	-4,4406
Domínio 2 - Psicológico	Sem crédito	Crédito sem atraso	-8,37177*	2,20515	0,001	-13,5757	-3,1678
		Crédito com atraso	15,78911*	5,29376	0,009	3,2963	28,2819
	Crédito sem atraso	Sem crédito	8,37177*	2,20515	0,001	3,1678	13,5757
		Crédito com atraso	24,16088*	5,12341	0,000	12,0701	36,2517
	Crédito com atraso	Sem crédito	-15,78911*	5,29376	0,009	-28,2819	-3,2963
		Crédito sem atraso	-24,16088*	5,12341	0,000	-36,2517	-12,0701
Domínio 3 - Social	Sem crédito	Crédito sem atraso	-5,95201	2,70695	0,074	-12,3402	0,4361

	Crédito com atraso	6,60586	6,49839	0,567	-8,7298	21,9415	
	Sem crédito	5,95201	2,70695	0,074	-0,4361	12,3402	
Crédito sem atraso	Crédito com atraso	12,55787	6,28928	0,115	-2,2843	27,4000	
	Sem crédito	-6,60586	6,49839	0,567	-21,9415	8,7298	
Crédito com atraso	Crédito sem atraso	-12,55787	6,28928	0,115	-27,4000	2,2843	
	Crédito sem atraso	-5,77840*	1,96133	0,010	-10,4070	-1,1498	
	Sem crédito	Crédito com atraso	13,66604*	4,70844	0,011	2,5546	24,7775
Domínio 4 - Meio Ambiente	Sem crédito	5,77840*	1,96133	0,010	1,1498	10,4070	
	Crédito sem atraso	Crédito com atraso	19,44444*	4,55692	0,000	8,6905	30,1984
	Sem crédito	-13,66604*	4,70844	0,011	-24,7775	-2,5546	
	Crédito com atraso	Crédito sem atraso	-19,44444*	4,55692	0,000	-30,1984	-8,6905
	Crédito sem atraso	-3,31416	2,37745	0,346	-8,9247	2,2964	
	Sem crédito	Crédito com atraso	11,44279	5,70739	0,113	-2,0261	24,9117
Qualidade de Vida	Sem crédito	3,31416	2,37745	0,346	-2,2964	8,9247	
	Crédito sem atraso	Crédito com atraso	14,75694*	5,52373	0,022	1,7214	27,7925
	Sem crédito	-11,44279	5,70739	0,113	-24,9117	2,0261	
	Crédito com atraso	Crédito sem atraso	-14,75694*	5,52373	0,022	-27,7925	-1,7214

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

A Figura 5 pretende resumir os resultados obtidos:

Figura 5 - Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso

	 Melhor qualidade de vida	 Pior qualidade de vida
Domínio 1 – Físico	Sem crédito	Com prestações em atraso
	Sem prestações em atraso	Com prestações em atraso
Domínio 2 – Psicológico Domínio 4 – Meio Ambiente	Sem crédito	Com prestações em atraso
	Sem prestações em atraso	Sem crédito
	Sem prestações em atraso	Com prestações em atraso
Qualidade de Vida Geral	Sem prestações em atraso	Com prestações em atraso

Quanto ao domínio físico, as pessoas com prestações em atraso apresentam uma menor qualidade de vida quando comparadas com as pessoas sem crédito ou com crédito, mas sem prestações em atraso.

No domínio psicológico e do meio ambiente, acontece exatamente a mesma situação. Acrescenta-se, no entanto, que as pessoas sem crédito apresentam, em média, menor qualidade de vida neste domínio do que as pessoas com crédito sem prestações em atraso.

Quanto à qualidade de vida geral, em média, as pessoas com crédito sem prestações em atraso apresentam melhores resultados do que aquelas que detêm prestações em atraso.

Já foi verificado, nos testes anteriormente realizados que, o crédito parece melhorar, em média, a qualidade de vida, resultados que parecem ser corroborados pelo teste ANOVA agora realizado, isto é, o crédito parece ser algo benéfico para a vida das pessoas (O. J. Haas, 2006; Leitão Marques & Frade, 2004). Mas esta afirmação não é sempre verdadeira. Sempre que exista uma gestão financeira menos correta, tal pode levar a situações de desequilíbrio financeiro

(Comissão Europeia, 2008) e a situações de incumprimento no pagamento das prestações (Leitão Marques & Frade, 2004) sendo que tal poderá causar elevados níveis de stress e preocupação.

Os resultados obtidos corroboram as conclusões de Turunen & Hiilamo (2014), que concluíram que, todos os tipos de crédito nos quais se registava incumprimento estavam correlacionados com distúrbios mentais uma vez que a preocupação e o stress financeiro tendem a enfraquecer a saúde mental (Turunen & Hiilamo, 2014). Uma saúde mental debilitada pode levar a comportamentos prejudiciais para a saúde, como por exemplo abuso de substâncias tóxicas, compensação pela ingestão demasiada de alimentos, etc (Cai et al., 2021). Além disso, a falta de meios financeiros pode resultar numa falta de acessos a cuidados de saúde prejudicando além da saúde mental, a saúde física (Angel, 2016; Turunen & Hiilamo, 2014). Um estudo realizado em Portugal mostrou as mesmas evidências que outros estudos de outros país que o incumprimento no pagamento das prestações aparece associado a uma saúde subjetiva inferior, à deterioração de comportamentos que impactam a saúde e a doença física (Ferreira et al., 2021).

Além do teste ANOVA, decidiu-se proceder à realização do teste-t para analisar as médias dos domínios da qualidade de vida para os indivíduos com crédito sem prestações em atraso e com crédito mas com prestações em atraso. Como verificámos (Tabela 20) a média de todos os domínios parece ser inferior para os indivíduos com prestações em atraso.

No teste de *Levene*, para todos os domínios aceita-se a hipótese nula de variâncias homogéneas ($p > 0,05$) (Tabela 23 e Anexo 13).

Tabela 23 - Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias
		Z	Sig.	Sig. (2 extremidades)
Domínio 1 - Físico	Variâncias iguais assumidas	0,325	0,569	0,001
	Variâncias iguais não assumidas			0,011
Domínio 2 - Psicológico	Variâncias iguais assumidas	0,003	0,959	0,000
	Variâncias iguais não assumidas			0,000
Domínio 3 - Social	Variâncias iguais assumidas	0,122	0,728	0,033
	Variâncias iguais não assumidas			0,031
Domínio 4 - Meio Ambiente	Variâncias iguais assumidas	0,124	0,726	0,000
	Variâncias iguais não assumidas			0,002
Qualidade de Vida	Variâncias iguais assumidas	0,077	0,782	0,006
	Variâncias iguais não assumidas			0,013

Quanto a teste-t podemos verificar que a significância é inferior a 0,05 para todos os domínios pelo que se rejeita a hipótese nula de médias homogêneas entre os grupos. Pelo que, em média, as pessoas com crédito sem prestações em atraso têm uma melhor qualidade de vida em todos os domínios quando comparadas com as que têm créditos com prestações em atraso.

Para calcular o tamanho do efeito optou por se usar o *g de Hedges*, uma vez que o tamanho de um dos grupos é pequeno (9).

A fórmula do *g de Hedges* utilizada é a seguinte (Espírito Santo & Daniel, 2015):

$$g \text{ de Hedges} = d \text{ de Cohen} \times \left(1 - \frac{3}{4(n_1 + n_2) - 9} \right)$$

$$IC \ 95\% \text{ para } g \text{ de Hedges} = IC \ 95\% \ d \text{ de Cohen} \times \left(1 - \frac{3}{4(n_1 + n_2 - 2) - 1} \right)$$

Notas: n=número de sujeitos. Os números 1 e 2 em índice referem-se ao grupo 1 (p.e. grupo de experimental, grupo de tratamento ou grupo alvo) e ao grupo 2 (p.e. controlo ou de comparação).

Tabela 24 - Tamanhos de efeitos de amostras independentes - *g* de *Hedges*

	Padronizador ^a	Estimativa de ponto	Intervalo de Confiança 95%	
			Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	14,66284	1,181	0,496	1,862
Domínio 2 - Psicológico	14,62043	1,653	0,955	2,345
Domínio 3 - Social	<i>Correção de Hedges</i> 17,05225	0,736	0,060	1,410
Domínio 4 - Meio Ambiente	12,57522	1,546	0,851	2,236
Qualidade de Vida	15,39060	0,959	0,279	1,636

a. O denominador usado na estimativa dos tamanhos dos efeitos.

A correção de Hedges usa o desvio padrão agrupado, além de um fator de correção.

Podemos verificar (Tabela 24 e Anexo 14) que os domínios têm os seguintes tamanhos de efeito (Sawilowsky, 2009):

- Domínio 1 – Físico: 1,18 (muito grande, $1,2 < d < 2$);
 - Linguagem Comum: 79,9%;
- Domínio 2 – Psicológico: 1,653 (muito grande, $1,2 < d < 2$);
 - Linguagem Comum: 88%;
- Domínio 3 – Social: 0,736 (médio, $0,5 < d < 0,8$);
 - Linguagem Comum: 70%;
- Domínio 4 – Meio Ambiente: 1,546 (muito grande, $1,2 < d < 2$);
 - Linguagem Comum: 86,4%;
- Qualidade de vida: 0,959 (grande, $0,8 < d < 1,2$);
 - Linguagem Comum: 75,2%.

Desta forma as hipóteses alternativas 3 “De entre os indivíduos endividados, o endividamento controlado está associado à melhor percepção de qualidade de vida do mesmo” e 4 “De entre os indivíduos endividados, o endividamento descontrolado está associado à pior percepção de qualidade de vida do mesmo” são suportadas para todos os domínios, incluindo a qualidade de vida em geral. Mesmo no domínio social, a média da qualidade de vida das pessoas com prestações em atraso é inferior às que não têm prestações em atraso, apresentando, no entanto, um efeito médio.

5. Considerações Finais

5.1. Conclusões Gerais

O objetivo principal deste estudo era responder à questão: existe uma relação entre o endividamento e a qualidade de vida do indivíduo?

Para alcançar este objetivo optou-se por recorrer a uma metodologia quantitativa, tendo os dados sido recolhidos através de um questionário e posteriormente analisados com o recurso à estatística descritiva, utilizando testes-t, testes de Levene, teste ANOVA e testes de tamanho de efeitos (*d de Cohen* e *g de Hedges*).

As respostas aos questionários foram em primeira instância utilizadas para traçar o perfil da qualidade de vida e do endividamento dos inquiridos.

Quanto ao endividamento, 69,5% das pessoas responderam deter pelo menos um crédito bancário. Das pessoas com créditos, as tipologias mais mencionadas foram o crédito à habitação (85,6%), seguido do cartão de crédito (68,6%) e do crédito automóvel (41,2%). Das pessoas possuidoras de créditos bancários apenas 5,9% se encontravam, no momento da resposta, com prestações em atraso. Os motivos mais indicados para a ocorrência de atrasos, no pagamento das prestações foram a gestão deficiente do agregado familiar, a deterioração das condições laborais e o desemprego.

Quanto à qualidade de vida dos inquiridos as médias obtidas ordenam-se nos seguintes domínios: psicológico (69,70), meio ambiente (70,01), social (70,42) e físico (74,43). A qualidade de vida geral obteve uma pontuação média de 71,48 (numa escala de 0-100).

Com a realização deste estudo concluiu-se que existe de facto uma relação entre o endividamento e a qualidade de vida. Numa primeira análise, os resultados obtidos indicam que o endividamento (possuir créditos) tem um efeito positivo sobre a qualidade de vida daqueles que os detêm.

Tendo em conta a investigação empírica e as hipóteses formuladas procurou aprofundar-se esta correlação entre as variáveis. Para tal procedeu-se à realização do teste-t para médias chegando-se à conclusão que para o domínio psicológico e para o domínio do meio ambiente a

qualidade de vida é, em média, superior para as pessoas que detêm créditos. Apesar de significativa, esta relação tem, segundo o *d de Cohen*, um tamanho pequeno.

Dentro do domínio psicológico decidiu-se analisar se existiria uma diferença na qualidade de vida tendo em conta a tipologia do crédito detido, uma vez que vários outros estudos encontraram diferentes resultados na qualidade de vida para diferentes tipos de crédito detidos (Clayton et al., 2015; Hiilamo, 2020; P. Liu et al., 2021; Proctor & Anand, 2017). Foi possível concluir que, para o domínio psicológico, a qualidade de vida é, em média, superior para pessoas que têm simultaneamente crédito hipotecário e não hipotecário quando comparadas com pessoas sem créditos ou com pessoas com apenas crédito hipotecário.

Quanto ao domínio físico não foi possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre o endividamento e a qualidade de vida.

As grandes conclusões do presente estudo prendem-se com a relação entre o sobre-endividamento (deter prestações em atraso) e a qualidade de vida. Para todos os domínios se verificou que, em média, a qualidade de vida das pessoas com crédito com prestações em atraso era substancialmente inferior à das pessoas com créditos, mas sem prestações em atraso. Verificou-se um tamanho do efeito muito grande para os domínios físico, psicológico e meio ambiente, um tamanho grande para a qualidade de vida em geral e um tamanho médio para o domínio social. Estes resultados corroboram e dão força a outros estudos realizados no mesmo âmbito (Angel, 2016; Białowolski et al., 2019; Cai et al., 2021; Frade et al., 2008; Turunen & Hiilamo, 2014).

Os resultados do presente estudo, e de outros estudos semelhantes podem e devem ter implicações ao nível das políticas de concessão de crédito e das questões de literacia financeira, pois a qualidade de vida deve ser, também ela, um fator em consideração na análise da riqueza e bem-estar de um país. Apesar de ser um construto subjetivo difícil de medir, é sem dúvida um dos motores da prosperidade de uma nação.

5.2. Limitações e sugestões para o futuro

Este estudo, como qualquer outro, não está isento de limitações. À semelhança de outros estudos das ciências sociais, os resultados encontrados foram baseados em respostas autorretratadas. Isto é, refletem a opinião do próprio indivíduo acerca da sua própria qualidade de

vida, pelo que poderá ocorrer um enviesamento dos resultados (Richardson et al., 2013). Além disso existem diferentes definições para o endividamento (Richardson et al., 2013) além da utilizada neste estudo que depreende que o endividamento significa deter, pelo menos, um crédito bancário. Tal torna difícil a comparação entre o presente estudo e outros de carácter semelhante.

Além disso existe alguma evidência de que a relação entre a qualidade de vida e o endividamento pode estar relacionada com a tensão financeira e não o facto em si de se deter dívidas (Lange & Byrd, 1998; Selenko & Batinic, 2011)

Outra limitação está relacionada com a forma de obtenção de respostas. Como as respostas foram obtidas presencialmente, apesar de autoadministrado e tendo em conta a sensibilidade das questões colocadas podem existir respostas mais otimistas do que a realidade, nomeadamente no que toca aos rendimentos e à existência de prestações em atraso.

O estudo revelou alguns resultados contrários ao de outros estudos existentes, nomeadamente na existência de uma relação positiva entre os domínios psicológico e do meio ambiente. Como verificado o efeito parece, segundo o *d de Cohen* pequeno. No entanto esta análise não pode ser literal, uma vez que um tamanho do efeito pequeno pode ter resultados impactantes. Não foi, no entanto, possível comparar estes resultados com os de outros estudos, pois não foram encontrados quaisquer artigos com esta mesma conclusão. Assim sugere-se a realização de uma análise de carácter semelhante e até em diferentes populações para que se verifique se os resultados obtidos são idênticos.

6. Bibliografia

- America's Debt Help Organization. (n.d.). *Consumer Credit & Loans*. Retrieved October 27, 2020, from <https://www.debt.org/credit/loans/>
- Angel, S. (2016). The Effect of Over-Indebtedness on Health: Comparative Analyses for Europe. *Kylos - Intenational Review of Social Sciences*, 69(2), 208–227. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/kykl.12109>
- ASFAC, & Nova School of Business and Economics. (2019). *Impacto do crédito ao consumo na economia portuguesa*.
- Associação de Instituições de Crédito Especializado. (n.d.). *Tipos de Financiamento*. Retrieved October 31, 2020, from https://www.asfac.pt/pagina/16/tipos_financiamento
- Associação Portuguesa de Bancos. (n.d.). *Modalidades do Crédito Bancário*. Retrieved December 15, 2020, from https://www.apb.pt/cliente_bancario/servicos_bancarios/credito_bancario/
- Associação Portuguesa de Bancos. (2019). *Crédito Bancário*. Crédito Bancário. http://www.apb.pt/cliente_bancario/servicos_bancarios/credito_bancario/
- Associação Portuguesa de Bancos. (2021). *Síntese de Indicadores do Sector Bancário*. <https://bo.apb.pt/content/files/2021.07.15-Sintese-de-Indicadores-Mar2021.pdf>
- Ayuso Moya, A., & M. Ripoll Feliu, V. (2005). El Estúdio de Casos como Protótipo de la Investigación en Contabilidad de Gestión desde una Perspectiva Cualitativa. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, III(5), 131–168. http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/Nº_5/AmparoAyusoMoyaYVicenteRipollFeliu.pdf
- Bahadir, B., & Valen, N. (2020). Institutions, household credit composition, and the business cycle. *Economic Inquiry*, 58(3), 1401–1413. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ecin.12885>
- Banco de Portugal. (n.d.-a). *Banco de Portugal aplica medida macroprudencial aos novos créditos à habitação e ao consumo*. Retrieved October 31, 2020, from <https://www.bportugal.pt/comunicado/banco-de-portugal-aplica-medida-macroprudencial-aos-novos-creditos-habitacao-e-ao-consumo>
- Banco de Portugal. (n.d.-b). *Indicadores do setor bancário - Rácio de empréstimos non-performing (NPL)*. Retrieved September 4, 2021, from <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12504544>
- Banco de Portugal. (n.d.-c). *NPL: Porque é importante os bancos reduzirem o montante de créditos não produtivos*. Retrieved September 4, 2021, from <https://www.bportugal.pt/page/npl-porque-e-importante-os-bancos-reduzirem-o-montante-de-creditos-nao-produtivos>
- Banco de Portugal. (n.d.-d). *Portal do Cliente Bancário. O Que São e Tipos de Crédito*. Retrieved October 16, 2019, from <https://cliente.bancario.bportugal.pt/pt-pt/o-que-sao-e-tipos-de-credito>

- Banco de Portugal. (n.d.-e). *Portal do Cliente Bancário*. Glossário. Retrieved September 26, 2019, from <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/glossario/t>
- Banco de Portugal. (2021a). *Evolução dos novos créditos*. <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/evolucao-dos-novos-creditos>
- Banco de Portugal. (2021b). *Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes*. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/sistemabancario2020t4_pt.pdf
- Banco de Portugal. (2021c). *Taxa de Juro-Empréstimos-Particulares UM (Novas Operações)*.
- Barbosa Silva, A. B. (2014). *Mentes consumistas: do consumo à compulsão por compras* (S. Editora Globo (ed.); 1 ed). https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=hu4TBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=consumismo&ots=xft7eZwQzi&sig=z6aC_bW3eFQe_uCfk_SK4er2U6I&redir_esc=y#v=onepage&q=consumismo&f=false
- Barofsky, I. (2012). Can quality or quality-of-life be defined? *Quality of Life Research*, 21(4), 625–631. <https://doi.org/10.1007/s11136-011-9961-0>
- Bertola, G., & Stefan, H. (2007). Household Debt and Credit: Economic Issues and Data Problems. *Economic Notes by Banca Monte Dei Paschi Di Siena SpA*, 36(2), 115–146.
- Białowolski, P., Węziak-Białowolska, D., & VanderWeele, T. J. (2019). The impact of savings and credit on health and health behaviours: an outcome-wide longitudinal approach. *International Journal of Public Health*, 64(4), 573–584. <https://doi.org/10.1007/s00038-019-01214-3>
- Brennan, C., & Gallagher, K. (2007). Consumer overindebtedness: a review of the quality of money advice services in Scotland. *International Journal of Consumer Studies*, 31(6), 623–629. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2007.00627.x>
- Bridges, S., & Disney, R. (2010). Debt and depression. *Journal of Health Economics*, 29(3), 388–403. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2010.02.003>
- Brown, J. P. (2021). Response of Consumer Debt to Income Shocks: The Case of Energy Booms and Busts. *Journal of Money, Credit and Banking*, 53(7), 1629–1675. <https://doi.org/10.1111/jmcb.12842>
- Brown, S., Taylor, K., & Wheatley Price, S. (2005). Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*, 26(5), 642–663. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.joep.2005.01.002>
- Cai, Y., Yusof, S., Mohd Amin, R., & Mohd Arshad, M. N. (2021). The Multi-dimensional Effect of Household Debt on Urban Individual Well-Being in Klang Valley Malaysia. *Social Indicators Research*. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02706-7>
- Campbell, A., Converse, P. E., & Rodgers, W. L. (1976). *The Quality of American Life: Perceptions, Evaluations, and Satisfaction* (NY: Russel). https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h_QWAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA21&ots=gMCcoFNqFF&sig=uGil5PxBbrnYMqr-4Xkg7wHWXDA&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

- Campbell, C. (1995). *The sociology of consumption*. Routledge.
- Campbell, J. Y. (2006). Household Finance. *The Journal of Finance*, *LXI*(4), 1553–1604. <https://doi.org/10.1057/9781137299451>
- Canavarro, M. C., & Serra, A. V. (2010). *Qualidade de vida e saúde: Uma abordagem na perspectiva da Organização Mundial de Saúde* (F. C. Gulbenkian (ed.)).
- Carona, C., Canavarro, M., Pereira, M., Gameiro, S., Vaz-Serra, A., Quartilho, M., Paredes, T., Rijo, D., & Simões, M. (2006). Estudos psicométricos do instrumento de avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bref) para Português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, *27*(1), 41–49.
- Carr, A. J., Gibson, B., & Robinson, P. G. (2001). Measuring quality of life: Is quality of life determined by expectations or experience? *BMJ (Clinical Research Ed.)*, *322*(7296), 1240–1243. <https://doi.org/10.1136/bmj.322.7296.1240>
- Castro, G., & Santos, C. (2010). Determinante das taxas de juro e de crédito bancário. In *Boletim Económico, Banco de Portugal* (Issue Primavera 2010, pp. 69–91). https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab201002_p.pdf
- Cherednychenko, O. O., & Meindertma, J.-M. (2018). *Mis-selling of Financial Products: Consumer Credit*. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/618997/IPOL_STU\(2018\)618997_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/618997/IPOL_STU(2018)618997_EN.pdf)
- Ciconelli, R. M. (2003). Medidas de avaliação de qualidade de vida. *Revista Brasileira de Reumatologia*, *43*(2), 9–13.
- Clayton, M., Liñares-Zegarra, J., & Wilson, J. O. S. (2015). Does debt affect health? Cross country evidence on the debt-health nexus. *Social Science & Medicine*, *130*, 51–58. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.02.002>
- Comissão Europeia. (2008). *Towards a common operational European definition of over-indebtedness*. Publications Office. <https://doi.org/doi/10.2767/17772>
- Comissão Europeia. (2010). *Research note 4/2010 Over-indebtedness New evidence from the EU-SILC special module*.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (n.d.). *Portal Todos Contam*. Taxa de Esforço. Retrieved September 26, 2019, from <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/taxa-de-esforco>
- Cummins, R. A. (2005). Moving from the quality of life concept to a theory. *Journal of Intellectual Disability Research : JIDR*, *49*(Pt 10), 699–706. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2005.00738.x>
- D’Alessio, G., & Iezzi, S. (2013). Household Over-Indebtedness: Definition and Measurement with Italian Data. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2243578>
- Dal-Ri Lindenau, J., & Guimaraes, L. S. (2012). Calculando o tamanho do efeito no SPSS. *Revista HCPA*, *32*, 363–381.
- Dalia, A., & Ruzevicius, J. (2007). Quality of Life and its Components’ Measurement.

Engineering Economics.

- Debelle, G. (2004). *Macroeconomic implications of rising household debt* (No. 153; BIS Working Papers). <https://www.bis.org/publ/work153.pdf>
- Dolan, P., & White, M. P. (2007). How Can Measures of Subjective Well-Being Be Used to Inform Public Policy? *Perspectives on Psychological Science: A Journal of the Association for Psychological Science*, 2(1), 71–85. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2007.00030.x>
- Dynan, K. E., & Kohn, D. L. (2007). The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. *Finance and Economics Discussion Series*, 2007(37), 1–44. <https://doi.org/10.17016/feds.2007.37>
- Espirito Santo, H., & Daniel, F. (2015). Calcular e apresentar tamanhos do efeito em trabalhos científicos (1): As limitações do $p < 0,05$ na análise de diferenças de médias de dois grupos | Calculating and reporting effect sizes on scientific papers (1): $p < 0.05$ limitations in the analysis of mean differences of two groups. *Portuguese Journal of Behavioral and Social Research*, 1, 3–16. <https://doi.org/10.7342/ismt.rpics.2015.1.1.14>
- EUROSTAT. (2019). *Indicadores da qualidade de vida — medir a qualidade de vida*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Quality_of_life_indicators_-_measuring_quality_of_life&action=statexp-seat&lang=pt
- EUROSTAT. (2021a). *At least upper secondary educational attainment, age group 25-64 by sex*. <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00065/default/table?lang=en>
- EUROSTAT. (2021b). *Average rating of satisfaction by domain, sex, age and educational attainment level*. [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/ilc_pw01\\$DV_528/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/ilc_pw01$DV_528/default/table?lang=en)
- Farquhar, M. (1995). Definitions of quality of life: a taxonomy. *Journal of Advanced Nursing*, 22(3), 502–508. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1995.22030502.x>
- Felce, D., & Perry, J. (1995). Quality of life: its definition and measurement. *Research in Developmental Disabilities*, 16(1), 51–74. [https://doi.org/10.1016/0891-4222\(94\)00028-8](https://doi.org/10.1016/0891-4222(94)00028-8)
- Ferrans, C. E. (2005). Definitions and conceptual models of quality of life. In *Outcomes assessment in cancer: Measures, methods, and applications*. (pp. 14–30). Cambridge University Press.
- Ferreira, M. B., de Almeida, F., Soro, J. C., Herter, M. M., Pinto, D. C., & Silva, C. S. (2021). On the Relation Between Over-Indebtedness and Well-Being: An Analysis of the Mechanisms Influencing Health, Sleep, Life Satisfaction, and Emotional Well-Being. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.591875>
- Fisher, K., & Statman, M. (2003). Consumer confidence and stock returns. *The Journal of Portfolio Management*, 30(1), 115–127. [10.3905/jpm.2003.319925](https://doi.org/10.3905/jpm.2003.319925)
- Fitzpatrick, R., Fletcher, A., Gore, S., Jones, D., Spiegelhalter, D., & Cox, D. (1992). Quality of life measures in health care. I: Applications and issues in assessment. *BMJ (Clinical Research Ed.)*, 305(6861), 1074–1077. <https://doi.org/10.1136/bmj.305.6861.1074>

- Frade, C. (2013). Sobre-endividamento e soluções extrajudiciais: a mediação de dívidas. In Almedina (Ed.), *I Congresso de Direito da Insolvência*. https://www.ces.uc.pt/ficheiros/behave/Frade_Sobre-endividamento_e_solucoes_extrajudiciais.pdf
- Frade, C., Lopes, C., Jesus, F., & Ferreira, T. (2008). *Um perfil dos sobreendividados em Portugal*.
- Fuhrer, J. (1993). What role does consumer sentiment play in the U.S. macroeconomy? *Federal Reserve Bank of Boston New England Economic Review*, 32–44.
- Fundação Cidade de Lisboa. (n.d.). *Dicionário do desenvolvimento*. Índice de Desenvolvimento Humano. Retrieved December 15, 2021, from <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/indice-de-desenvolvimento-humano/>
- Gabinete de estratégia e estudos. (2021). *Indicadores de atividade económica*. <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/indicadores-de-atividade-economica>
- Gonzalez, A. (2008). *Microfinance, incentives to repay, and overindebtedness: Evidence from a household survey in Bolivia* [The Ohio State University]. https://www.researchgate.net/publication/266882638_Microfinance_incentives_to_repay_and_overindebtedness_Evidence_from_a_household_survey_in_Bolivia
- Haas, B. K. (1999). Clarification and integration of similar quality of life concepts. *Image--the Journal of Nursing Scholarship*, 31(3), 215–220. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.1999.tb00483.x>
- Haas, O. J. (2006). Overindebtedness in Germany. *International Labour Organisation (ILO), Working Paper No. 44, Geneva*. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117963.pdf
- Hand, D. J., & Henley, W. E. (2007). Statistical Classification Methods in Consumer Credit Scoring: a Review. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, 160(3), 523–541. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1467-985X.1997.00078.x>
- Hiilamo, A. (2020). Debt matters? Mental wellbeing of older adults with household debt in England. *SSM - Population Health*, 12, 100658. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100658>
- Hill, H. D. (2012). Welfare as Maternity Leave? Exemptions from Welfare Work Requirements and Maternal Employment. *Social Service Review*, 86(1), 37–67. <https://doi.org/https://doi.org/10.1086/665618>
- Hodson, R., Dwyer, R. E., & Neilson, L. A. (2014). Credit Card Blues: The Middle Class and the Hidden Costs of Easy Credit. *Sociological Quarterly*, 55(2), 315–340. <https://doi.org/10.1111/tsq.12059>
- Hunt, S. M. (1997). The problem of quality of life. In *Quality of life research: an international journal of quality of life aspects of treatment, care and rehabilitation* (Vol. 6, Issue 3, pp. 205–212). <https://doi.org/10.1023/a:1026402519847>
- Hunt, S. M., McEwen, J., & McKenna, S. P. (1985). Measuring health status: a new tool for

- clinicians and epidemiologists. *The Journal of the Royal College of General Practitioners*, 35(273), 185–188.
- INE. (2020a). *Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000087&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2020b). *Impacto do COVID-19 no estado do ambiente*.
- INE. (2020c). *Indicador de confiança dos consumidores (Saldo de respostas extremas)*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0001173&selTab=tab0&xlang=pt
- INE. (2020d). *Índice de custo de construção de habitação nova (Base - 2015)*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009755&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2020e). *Valor e número de vendas de alojamentos familiares*. <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/31014-ine-indice-de-custo-de-construcao-habitacao-nova-94>
- Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). *Índice de Bem-Estar*. O Que é o Índice de Bem-Estar. Retrieved January 5, 2022, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt
- Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Índice de Bem-Estar 2004-2019*. file:///C:/Users/bpu313203/Downloads/10IBemEstar2019 (1).pdf
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Tábuas de Mortalidade em Portugal - Desagregação regional (2018-2020)*. https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=473165032&DESTAQUESmodo=2
- Jacoby, M. B. (2002). Does Indebtedness Influence Health? A Preliminary Inquiry. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 30(4), 560–571. <https://doi.org/10.1111/j.1748-720X.2002.tb00426.x>
- Japelli, Tulio; Pagano, Marco; Bianco, M. (2005). Courts and Banks: Effects of Judicial Enforcement on Credit Markets. *Journal of Money, Credit and Banking*, 223–244.
- Kilian, R., Matschinger, H., & Angermeyer, M. C. (2001). Assessment the impact of chronic illness on subjective quality of life: A comparison between general population and hospital inpatients with somatic and psychiatric diseases. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 8, 206–213.
- Lakens, D. (2013). Calculating and reporting effect sizes to facilitate cumulative science: a practical primer for t-tests and ANOVAs. *Frontiers in Psychology*, 4, 863. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00863>
- Lange, C., & Byrd, M. (1998). The relationship between perceptions of financial distress and feelings of psychological well-being in New Zealand university students. In *International Journal of Adolescence and Youth* (Vol. 7, Issue 3, pp. 193–209). AB Academic Publishers.

<https://doi.org/10.1080/02673843.1998.9747824>

- Lea, E. G., Webley, P., & Levine, R. M. (1993). *The economic psychology of consumer debt*. 14(June 1991), 85–119. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-4870\(93\)90041-I](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-4870(93)90041-I)
- Leitão Marques, M. M., & Frade, C. (2000). O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais. *Faculdade de Economia Da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais*, 14.
- Leitão Marques, M. M., & Frade, C. (2004). Regular o sobre-endividamento. In *Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (org.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* (pp. 79–98). Coimbra Editora. <https://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria/downloadFile/file/MMLM.pdf?nocache=1210675423.37>
- Liu, P., Zhou, L., Tian, Y., & Nie, W. (2021). Association between household debt and depressive mood among Chinese residents. *Public Health*, 194, 202–207. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.puhe.2021.03.015>
- Liu, Z., Zhong, X., Zhang, T., & Li, W. (2020). Household debt and happiness: evidence from the China Household Finance Survey. *Applied Economics Letters*, 27(3), 199–205. <https://doi.org/10.1080/13504851.2019.1610706>
- Mendicino, C., & Teresa, M. (2013). Confiança e atividade económica: o caso de Portugal. *Boletim Económico, Banco de Portugal*.
- Mian, A., Sufi, A., & Verner, E. (2016). Household debt and business cycles worldwide. In *Kreisman Working Papers Series in Housing Law and Policy No. 38*. <https://doi.org/10.1093/qje/qjx017>
- Mijatovic, M. D., & Gongeta, S. (2014). Modalities of consumer’s protection at consumer’s lending in European Union Member States are provided with a special directive of the European Parliament and the Council (Directive 2008/48/EZ of the consumer credit agreements). Although this area has bee. *European Scientific Journal, ESJ*, 10(7), 410–420. <https://doi.org/https://doi.org/10.19044/esj.2014.v10n7p%25p>
- Minayo, M. C. de S., Buss, P. M., & Hartz, Z. M. de A. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1), 7–18.
- Modigliani, F. (1986). Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth of Nations. *American Economic Review*, 76(3), 297–313. <https://www.jstor.org/stable/pdf/1813352.pdf?refreqid=excelsior%3A59f43c040e20c45224dc1ad869c625e4>
- Morais, A., & Neves, I. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20.
- Moreira, F. R. (2011). O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 91–114.
- Muñiz, J. (2010). Las Teorías de los Tests: Teoría Clásica y Teoría de Respuesta a los Ítems. *Papeles Del Psicólogo: Revista Del Colegio Oficial de Psicólogos, ISSN 0214-7823, Vol.*

31, Nº. 1, 2010 (*Ejemplar Dedicado a: Metodología Al Servicio Del Psicólogo*), Pags. 57-66, 31.

Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric Theory*. McGraw-Hill.
<https://doi.org/10.3102/0013189X004010007>

OCDE. (n.d.). *Glossary of statistical terms*. Retrieved October 15, 2021, from <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=2218>

OCR Macro. (2001). *Study of the problem of Consumer Indebtedness: Statistical Aspects Contract nº: B5-1000 / 00 / 000197 Final Report*.
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.183.3320&rep=rep1&type=pdf>

Directiva 2008/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Abril de 2008, (2008) (testimony of Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008L0048&from=en>

Directiva 2014/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de fevereiro de 2014, (2014) (testimony of Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia).

Pereira, É., Santos, A., Teixeira, C., Rocha, L., Legnani, R., & Merino, E. (2009). Qualidade de vida: conceito e variáveis relacionadas. *Conexões*, 7, 14–28.
<https://doi.org/10.20396/conex.v7i3.8637765>

Pereira, V. M. (2011). Seleção adversa no crédito a particulares em Portugal. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 14–22.

Pires de Lima, M. (1995). *Inquérito Sociológico – Problemas de Metodologia* (4.^a edição). Editorial Presença.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224260943V6zYE4uv8Ef71FH8.pdf>

PORDATA. (n.d.). *Rendimento disponível bruto das famílias*. Retrieved April 27, 2021, from [https://www.pordata.pt/Portugal/Rendimento+disponível+bruto+das+famílias+\(base+2016\)-2407](https://www.pordata.pt/Portugal/Rendimento+disponível+bruto+das+famílias+(base+2016)-2407)

PORDATA. (2020). *Montantes de empréstimos concedidos no ano a particulares: total e por tipo de finalidade*.
<https://www.pordata.pt/Portugal/Montantes+de+empréstimos+concedidos+no+ano+a+particulares+total+e+por+tipo+de+finalidade-2844>

Portal do Cliente Bancário. (n.d.). *Instituições autorizadas*. Retrieved November 30, 2019, from <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/instituicoes>

Proctor, J., & Anand, P. (2017). Is credit associated with a higher quality of life? A capability approach. *Progress in Development Studies*, 17(4), 322–346.
<https://doi.org/10.1177/1464993417716359>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010). *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010: A Riqueza Real das Nações - Caminhos para o Desenvolvimento Humano*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2010>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011). *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011: Sustentabilidade e Equidade - Um Futuro Melhor para Todos*.

- <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2011>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul - Progresso Humano num Mundo Diversificado*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2013>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014: Sustentar o Progresso Humano - Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2014>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2015>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2016). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2016: Desenvolvimento humano para todos*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2016>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2018). *Atualização estatística 2018: Índices e indicadores de desenvolvimento humano*. <https://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-indices-indicators-2018-statistical-update>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Para além do rendimento, para além das médias, para além de hoje*. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2019>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2020). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira*. <https://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2020>
- Rapley, M. (2003). *Quality of Life Research: A Critical Introduction* (1.^a). SAGE Publications Ltd. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=61YSvLBNfNkC&oi=fnd&pg=PP1&ots=-60RExDF9k&sig=eCIvuZqCOPHyLmr4uHk8srq8ozE&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Richardson, T., Elliott, P., & Roberts, R. (2013). The relationship between personal unsecured debt and mental and physical health: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 33, 1148–1162. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.08.009>
- Rodrigues, J., Seabra, F., & Severino da Mata, C. M. (2014). Reputação e imagem nos bancos portugueses do PSI 20, no período 2007-2012. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 155–171. <https://doi.org/http://doi.org/10.4270/ruc.2014324>
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (1993). *Economia* (Mc Graw-Hill (ed.)).
- Sawilowsky, S. (2009). New Effect Size Rules of Thumb. *Journal of Modern Applied Statistical Methods*, 8, 597–599. <https://doi.org/10.22237/jmasm/1257035100>
- Schalock, R. L. (2004). The concept of quality of life: what we know and do not know. In *Journal of intellectual disability research: JIDR* (Vol. 48, Issue Pt 3, pp. 203–216).

<https://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2003.00558.x>

- Schicks, J. (2012). The Sacrifices of Micro-Borrowers in Ghana - A Customer-Protection Perspective on Measuring Over-Indebtedness. *Journal of Development Studies*, 49. <https://doi.org/10.1080/00220388.2013.775421>
- Selenko, E., & Batinic, B. (2011). Beyond debt. A moderator analysis of the relationship between perceived financial strain and mental health. *Social Science & Medicine*, 73, 1725–1732. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.09.022>
- Sousa, A. (2000). *Estratégias Empresariais em Contexto Dinâmico: Lógicas de reorganização das empresas vitivinícolas do Alentejo e da Extremadura face à evolução do Mercado Comum Europeu* [Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/11217>
- Streiner, D. L. (2003). Starting at the Beginning: An Introduction to Coefficient Alpha and Internal Consistency. *Journal of Personality Assessment*, 80, 99–103. https://doi.org/10.1207/S15327752JPA8001_18
- Studer, P., Horn, T., Haynes, A., Candinas, D., & Banz, V. M. (2018). Quality of life after hepatic resection. *British Journal of Surgery*, 105(3), 237–243. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/bjs.10735>
- Sweet, E., Nandi, A., Adam, E. K., & McDade, T. W. (2013). The high price of debt: household financial debt and its impact on mental and physical health. *Social Science & Medicine* (1982), 91, 94–100. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.009>
- Tay, L., Batz, C., Parrigon, S., & Kuykendall, L. (2017). Debt and Subjective Well-being: The Other Side of the Income-Happiness Coin. *Journal of Happiness Studies*, 18(3), 903–937. <https://doi.org/10.1007/s10902-016-9758-5>
- Teixeira de Almeida, F., Félix Cardoso, F., & Cruz, J. (2009). *Financiamento e Crédito Bancário I* (Instituto de Formação Bancária (ed.); 8.ª edição). Instituto de Formação Bancária.
- Thomas, L. (2002). Consumer Credit Modelling: Context and Current Issues. *School of Management, University of Southampton*.
- Thompson, B. (2007). Effect sizes and confidence intervals for effect sizes. *Psychology in the Schools*, 44, 423–432. <https://doi.org/10.1002/pits.20234>
- Thompson, S. K. (2012). *Sampling* (Third Edit). John Wiley & Sons. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118162934>
- Tukey, J. W. (1949). Comparing Individual Means in the Analysis of Variance. *Biometrics*, 5(2), 99–114. <https://doi.org/10.2307/3001913>
- Turunen, E., & Hiilamo, H. (2014). Health effects of indebtedness: A systematic review. *BMC Public Health*, 14, 489. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-489>
- WHOQOL Group. (1994). Development of the WHOQOL: Rationale and current status. *International Journal of Mental Health*, 23(3), 24–56. <https://doi.org/10.1080/00207411.1994.11449286>
- WHOQOL Group. (1998). Development of the World Health Organization WHOQOL-BREF

quality of life assessment. *Psychological Medicine*, 28(3), 551–558.
<https://doi.org/10.1017/s0033291798006667>

Yadav, J., & Gupta, N. (2021). *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science Urban Quality of Life: Domains, Dimensions and Indicators for Indian Cities Urban Quality of Life: Domains, Dimensions and Indicators for Indian Cities*. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/796/1/012032>

7. Anexos

Anexo 1 – Questionário OEC-DECO



Inquérito

Agradecemos a sua colaboração no preenchimento do seguinte questionário. A resposta a todas as questões é imprescindível. Os dados são confidenciais e anónimos. Se o estado civil do inquirido for casado/união de facto, é favor responder também sobre os elementos que dizem respeito ao cônjuge.

As questões que estão a verde são de resposta obrigatória

Proc. N° / Delegação Regional de:

Email da delegação: Data da consulta:

1. Inquiridos: Indivíduo Masculino
 Feminino

Casal

2. Data de nascimento: Inquirido

Cônjuge

3. Estado civil: Solteiro
 Casado/União de facto
 Divorciado/Separação de facto
 Viúvo
 Outro

4. Número de elementos do agregado familiar:

5. Número de filhos a cargo:

6. Residência: Freguesia

Concelho

7. Habilitações académicas:

	Inquirido	Cônjuge
- Não sabe ler nem escrever	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- 1º Ciclo do Ensino Básico (1º ao 4º ano)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- 2º Ciclo do Ensino Básico (5º e 6º ano)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- 3º Ciclo do Ensino Básico (7º ao 9º ano)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Ensino Secundário (10º ao 12º ano)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Curso Técnico-Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Curso Superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Condição actual perante o trabalho:

	Inquirido	Cônjuge
- Exerce profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Desempregado(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Desempregado(a) a realizar pequenos trabalhos informais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Domésticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Reformado(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Estudante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Outra. Qual?		

Inquirido Cônjuge

Observações:

9. Situação na profissão, actual ou última:

	Inquirido	Cônjuge
- Trabalhador por conta própria/Empregador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Trabalhador por conta própria/Isolado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Trabalhador por conta de outrem/Assalariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Trabalhador familiar não remunerado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Membro activo de cooperativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Observações:

10. Profissão actual ou última:

Inquirido
Cônjuge

Observações:

11. Rendimento liquido mensal actual do agregado familiar

- Até 375 euros

- De 376 a 500 euros
- De 501 a 1000 euros
- De 1001 a 1500 euros
- De 1501 a 2000 euros
- De 2001 a 2500 euros
- Mais de 2501 euros

Observações:

12. Rendimento líquido mensal do agregado familiar antes da ocorrência de desemprego/deterioração das condições laborais (se aplicável)

- Até 375 euros
- De 376 a 500 euros
- De 501 a 1000 euros
- De 1001 a 1500 euros
- De 1501 a 2000 euros
- De 2001 a 2500 euros
- Mais de 2501 euros

Observações:

13. Fonte de rendimento actual

- 1 - Salários
- 2 - Rendimentos de auto emprego
- 3 - Pensões/Reforma
- 4 - Subsídios temporários
- 5 - Rendas e juros
- 6 - Outras – Quais?
- 7 - Não especificado

14. Origem e montante das dívidas de crédito:

		Valor da Prestação mensal €	Meses em atraso	Entidade(s) Credora(s)	Créditos a renegociar
Crédito à habitação	Primeira residência	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
	Segunda residência	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para automóvel		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para automóvel		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para automóvel		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para electrodomésticos		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para electrodomésticos		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para electrodomésticos		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>

Crédito para móveis	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para móveis	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para móveis	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para obras	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para obras	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para obras	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para férias	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para férias	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito para férias	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito pessoal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito pessoal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito pessoal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Cartão de crédito	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Cartão de crédito	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Cartão de crédito	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Não tem dívidas de crédito				<input type="checkbox"/>

15. Outras dívidas:

	Montante médio da prestação €	Montante total em atraso €	Entidade(s) credora(s)	Dívidas a renegociar
Electricidade	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Água	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Gás	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Renda de casa	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Condomínio	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone fixo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone móvel	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Televisão por Cabo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Seguros	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Dívidas a particulares	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>
Outras – quais? <input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>

16. O que o/a motivou a contrair o(s) crédito(s):

	Inquirido	Técnico da Deco
- Para aceder a bens considerados essenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Ajudar um familiar ou amigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|
| - Existência de dificuldades financeiras próprias no momento | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - O apelo da publicidade ao crédito | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Facilidade de obter crédito | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Para manter ou melhorar o estilo de vida | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Para compensar frustrações afectivas e/ou profissionais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Para pagar outras dívidas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Motivo não identificado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Outra razão. Qual? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- Inquirido Técnico da Deco

17. Quais os motivos que o/a levaram a contrair o(s) crédito(s) junto daquelas entidades

- | | |
|---|--------------------------|
| - Por causa da publicidade ao crédito | <input type="checkbox"/> |
| - Por parecer a melhor proposta de crédito | <input type="checkbox"/> |
| - Por indicação de familiares ou amigos | <input type="checkbox"/> |
| - Por ser a entidade que oferecia crédito na loja onde adquiriu o bem | <input type="checkbox"/> |
| - Por ser uma entidade próxima do local de residência/trabalho | <input type="checkbox"/> |
| - Outra razão. Qual? <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> |

18. Antes de recorrer ao apoio da DECO calculou todas as dívidas em atraso?

Sim Não

19. Antes de recorrer ao apoio da DECO, procurou renegociar as suas dívidas com os credores?

- Não (Se respondeu Não, passe à perg.21)
- Sim, com todas as entidades
- Sim, mas só com algumas entidades Quais?
- a)
- b)
- c)

20. Qual o resultado desse pedido?

- | | |
|---|-----------------------|
| - Sem sucesso porque nenhuma entidade aceitou a proposta | <input type="radio"/> |
| - Sem sucesso porque o inquirido não aceitou a proposta da(s) entidades | <input type="radio"/> |
| - Com sucesso, mas só no acordo com algumas entidades | <input type="radio"/> |
| - Aparentemente com sucesso, mas os contactos com as entidades não prosseguiram | <input type="radio"/> |

21. Motivos para o não pagamento das dívidas:

- | | Inquirido | Técnico da Deco |
|--|--------------------------|--------------------------|
| - Desemprego | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Deterioração das condições laborais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Gestão deficiente do orçamento familiar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Doença ou acidente de um elemento do agregado familiar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Divórcio/Separação | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Falecimento de pessoa que contribua financeiramente para o agregado familiar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- Aumento do agregado familiar
- Agravamento do custo do crédito
- Despesas com educação
- Despesas de saúde
- Outro. Qual?

Observações:

22. Tem contado com o apoio de alguém ou de alguma instituição para pagar as dívidas ou para satisfazer as necessidades diárias do agregado familiar?

Sim Não

Quem apoia

Tipo de apoio (dinheiro, alimentos, roupa, etc)

23. As dificuldades financeiras impediram-no(a) de manter o emprego ou encontrar emprego:

	Inquirido	Cónjuge
Sim <input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não <input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Observações:

24. Se fosse hoje, voltaria a contrair crédito(s)?

- Sim, de certeza absoluta
- Possivelmente sim
- Só se não tivesse alternativa
- Possivelmente não
- Não, de modo nenhum

Observações gerais:

Autorização :

Autorizo que os dados recolhidos sejam processados e armazenados informaticamente, tendo em vista o seu tratamento estatístico. O consumidor pode ter acesso à informação que lhe diga directamente respeito,

solicitando a sua correção, aditamento ou eliminação.

Sim

Não

Muito Obrigado pela sua
colaboração!

Anexo 2 – Questionário WHOQOL-BREF traduzido para Português de Portugal

WHOQOL-BREF



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE



FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
 Coordenador: Prof. Doutor Adriano Vaz Serra (adrianovs@netvisao.pt)



FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
 Coordenadora: Prof. Doutora Maria Cristina Canavarro (mccanavarro@fpce.uc.pt)

	Equações para calcular a pontuação dos domínios	Resultados	Resultados transformados	
			4-20	0-100
Domínio 1	$(6-Q3) + (6-Q4) + Q10 + Q15 + Q16 + Q17 + Q18$ D + D + D + D + D + D + D			
Domínio 2	$Q5 + Q6 + Q7 + Q11 + Q19 + (6-Q26)$ D + D + D + D + D + D			
Domínio 3	$Q20 + Q21 + Q22$ D + D + D			
Domínio 4	$Q8 + Q9 + Q12 + Q13 + Q14 + Q23 + Q24 + Q25$ D + D + D + D + D + D + D + D			

DADOS PESSOAIS

A1	Idade	<input type="text"/>	anos	A2	Data de Nascimento	<input type="text"/>	<input type="text"/>
A3	Sexo	<input type="text"/>	Masculino	A4	Escolaridade	Não sabe ler nem escrever	<input type="text"/>
		<input type="text"/>	Feminino			Sabe ler e/ou escrever	<input type="text"/>
A5	Profissao	<input type="text"/>					
A6.1	Freguesia	<input type="text"/>					
A6.2	Concelho	<input type="text"/>					
A6.3	Distrito	<input type="text"/>					
A7	Estado Civil	Solteiro(a)	<input type="text"/>				
		Casado(a)	<input type="text"/>				
		Uniao de facto	<input type="text"/>				
		Separado(a)	<input type="text"/>				
		Divorciado(a)	<input type="text"/>				
		Viuvo(a)	<input type="text"/>				

B1a Esta actualmente doente? Sim Nao

B1b Que doenca e que tem? _____

B2 Ha quanto tempo? _____

B3 Regime de tratamento? Internamento Consulta Externa Sem tratamento

C. Forma de administracao do questionario

1. Auto-administrado
2. Assistido pelo entrevistador
3. Administrado pelo entrevistador

D. Tem alguns comentarios a fazer a este estudo?

OBRIGADO PELA SUA AJUDA!

Instruções

Este questionário procura conhecer a sua qualidade de vida, saúde, e outras áreas da sua vida.

Por favor, responda a todas as perguntas. Se não tiver a certeza da resposta a dar a uma pergunta, escolha a que lhe parecer mais apropriada. Esta pode muitas vezes ser a resposta que lhe vier primeiro a cabeça.

Por favor, tenha presente os seus padrões, expectativas, alegrias e preocupações. Pedimos-lhe que tenha em conta a sua vida nas duas ultimas semanas.

Por exemplo, se pensar nestas duas ultimas semanas, pode ter que responder a seguinte pergunta:

	Nada	Pouco	Moderadamente	Bastante	Completamente
Recebe das outras pessoas o tipo de apoio que necessita?	1	2	3	4	5

Deve por um círculo a volta do numero que melhor descreve o apoio que recebeu das outras pessoas nas duas ultimas semanas. Assim, marcaria o numero 4 se tivesse recebido bastante apoio, ou o numero 1 se não tivesse tido nenhum apoio dos outros nas duas ultimas semanas.

Por favor leia cada pergunta, veja como se sente a respeito dela, e ponha um circulo a volta do numero da escala para cada pergunta que lhe parece que da a melhor resposta.

		Muito Ma	Ma	Nem Boa Nem Ma	Boa	Muito Boa
1 (G1)	Como avalia a sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
2 (G4)	Ate que ponto esta satisfeito(a) com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As perguntas seguintes são para ver ate que ponto sentiu certas coisas nas duas ultimas semanas.

		Nada	Pouco	Nem muito nem pouco	Muito	Muitissimo
3 (F1.4)	Em que medida as suas dores (físicas) o(a) impedem de fazer o que precisa de fazer?	1	2	3	4	5
4 (F11.3)	Em que medida precisa de cuidados médicos para fazer a sua vida diaria?	1	2	3	4	5
5 (F4.1)	Ate que ponto gosta da vida?	1	2	3	4	5
6 (F24.2)	Em que medida sente que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7 (FS.3)	Ate que ponto se consegue concentrar?	1	2	3	4	5
8 (F16.1)	Em que medida se sente em segurança no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
9 (F22.1)	Em que medida é saudável o seu ambiente físico?	1	2	3	4	5

As seguintes perguntas são para ver até que ponto experimentou ou foi capaz de fazer certas coisas nas duas últimas semanas.

		Nada	Pouco	Moderadamente	Bastante	Completamente
10 (F2.1)	Tem energia suficiente para a sua vida diária?	1	2	3	4	S
11 (F7.1)	E capaz de aceitar a sua aparência física?	1	2	3	4	S
12 (F18.1)	Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?	1	2	3	4	S
13 (F20.1)	Até que ponto tem fácil acesso as informações necessárias para organizar a sua vida diária?	1	2	3	4	S
14 (F21.1)	Em que medida tem oportunidade para realizar atividades de lazer?	1	2	3	4	S

		Muito Ma	Ma	Nem boa nem ma	Boa	Muito Boa
15 (F9.1)	Como avaliaria a sua mobilidade [capacidade para se movimentar e deslocar por si próprio(a)]?	1	2	3	4	S

As perguntas que se seguem destinam-se a avaliar se se sentiu bem ou satisfeito(a) em relação a vários aspetos da sua vida nas duas últimas semanas.

		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
16 (F3.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com o seu sono?	1	2	3	4	S
17 (F10.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com a sua capacidade para desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	S
18 (F12.4)	Até que ponto esta satisfeito(a) com a sua capacidade de trabalho?	1	2	3	4	S
19 (F6.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) consigo próprio(a)?	1	2	3	4	S
20 (F13.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com as suas relações pessoais?	1	2	3	4	S
21 (F15.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com a sua vida sexual?	1	2	3	4	S
22 (F14.4)	Até que ponto esta satisfeito(a) com o apoio que recebe dos seus amigos?	1	2	3	4	S
23 (F17.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com as condições do lugar em que vive?	1	2	3	4	S
24 (F19.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com o acesso que tem aos serviços de saúde?	1	2	3	4	S
25 (F23.3)	Até que ponto esta satisfeito(a) com os transportes que utiliza?	1	2	3	4	S

As perguntas que se seguem referem-se à frequência com que sentiu ou experimentou certas coisas nas duas últimas semanas.

		Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
26 (F8.1)	Com que frequência tem sentimentos negativos, tais como tristeza, desespero, ansiedade ou depressão?	1	2	3	4	S

Anexo 3 – Questionário administrado

O impacto do endividamento na qualidade de vida

O seguinte instrumento de recolha de dados destina-se à realização de um estudo académico, integrado no Mestrado em Gestão da Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional de Viseu.

Todos os dados recolhidos são anónimos e serão utilizados exclusivamente na elaboração desta dissertação.

Obrigado pela colaboração.
Daniela Lopes

*Obrigatório

I - Dados Pessoais

1. I.1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- <20
- 20 - 29
- 30 - 39
- 40 - 49
- 50 - 59
- 60 - 69
- > 70

2. I.2. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

3. I.3. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro
- Casado/ União de facto
- Divorciado/ Separação de facto
- Viúvo
- Outro

4. I.4. Local de residência *

Marcar apenas uma oval.

- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda
- Leiria
- Lisboa
- Portalegre
- Porto
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu
- Açores
- Madeira

5. I.5. Nível de escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Não sabe ler nem escrever
- 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º ao 4.º ano)
- 2.º Ciclo do Ensino Básico (5.º ao 6.º ano)
- 3.º Ciclo do Ensino Básico (7.º ao 9.º ano)
- Ensino Secundário (10.º ao 12.º ano)
- Curso Técnico-Profissional
- Curso Superior

6. I.6. Condição atual perante o trabalho *

Marcar apenas uma oval.

- Exerce profissão
- Desempregado(a)
- Desempregado(a) a realizar pequenos trabalhos informais
- Doméstico(a)
- Reformado(a)
- Estudante
- Outra: _____

7. I.7. Número de elementos do agregado familiar *

Indique o número em algarismos, por exemplo: 2

8. I.8. Número de filhos a cargo *

Indique o número em algarismos, por exemplo: 2

II - Qualidade de Vida

9. II.1. Como avalia a sua qualidade de vida? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito má	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito boa

10. II.2. Até que ponto está satisfeito com a sua saúde? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

11. II.3. Selecione, para cada tópico, a resposta com a qual se identifica *

Responda com base naquilo que sentiu durante as últimas duas semanas

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada	Pouco	Nem muito, nem pouco	Muito	Muitíssimo
Em que medida as suas dores (físicas) o(a) impedem de fazer o que precisa de fazer?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em que medida precisa de cuidados médicos para fazer a sua vida diária?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Até que ponto gosta da sua vida?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em que medida sente que a sua vida tem sentido?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Até que ponto se consegue concentrar?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em que medida se sente em segurança no seu dia-a-dia?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em que medida é saudável o seu ambiente físico?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. II.4. Seleccione, para cada tópico, a resposta com a qual se identifica *

Responda com base naquilo que sentiu durante as últimas duas semanas

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada	Pouco	Moderadamente	Bastante	Completamente
Tem energia suficiente para a sua vida diária?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É capaz de aceitar a sua aparência física?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Até que ponto tem fácil acesso às informações necessárias para organizar a sua vida diária?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em que medida tem oportunidade para realizar atividades de lazer?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. II.5. Como avaliaria a sua mobilidade [capacidade para se movimentar e deslocar por si próprio(a)]? *

Responda com base naquilo que sentiu durante as últimas duas semanas

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito má	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito boa

14. II.6. Até que ponto se sente satisfeito em relação aos seguintes aspetos?

Selecione, para cada tópico, a resposta com a qual se identifica *

Responda com base naquilo que sentiu durante as últimas duas semanas

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Sono	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade para desempenhar as atividades do seu dia-a-dia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consigo próprio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relações pessoais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vida Sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio que recebe dos seus amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições do lugar em que vive	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a serviços de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transportes que utiliza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. II.7. Com que frequência tem sentimentos negativos, tais como tristeza, desespero, ansiedade ou depressão? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

III - Endividamento

16. III.1. Rendimento líquido mensal atual do agregado familiar *

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 500€
- 501€ - 1000€
- 1001€ - 1500€
- 1501€ - 2000€
- 2001€ - 2500€
- > 2501€

17. III.2. Fontes de rendimento atual *

Selecione todas as opções aplicáveis

Marcar tudo o que for aplicável.

- Salários
- Rendimentos de auto emprego
- Pensões/Reforma
- Subsídios temporários
- Rendas e juros

Outra: _____

18. III.3. Detém atualmente créditos bancários? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Crédito à habitação

19. III.4. Detém crédito à habitação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Avançar para a pergunta 22*

Crédito à habitação

20. III.5. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito à habitação? *

Marcar apenas uma oval.

< ou = 100€

101€ - 200€

201€ - 300€

301€ - 400€

401€ - 500€

> 500€

21. III.6. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Crédito automóvel

22. III.6. Detém crédito automóvel? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Avançar para a pergunta 25*

23. III.7. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito automóvel? *

Marcar apenas uma oval.

< ou = 100€

101€ - 200€

201€ - 300€

301€ - 400€

401€ - 500€

> 500€

24. III.8. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Crédito para eletrodomésticos

25. III.9. Detém crédito para eletrodomésticos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Avançar para a pergunta 28*

26. III.10. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito para eletrodomésticos?
*

Marcar apenas uma oval.

< ou = 100€

101€ - 200€

201€ - 300€

301€ - 400€

401€ - 500€

> 500€

27. III.11. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Crédito para móveis

28. III.12. Detém crédito para móveis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Avançar para a pergunta 31*

29. III.13. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito para móveis? *

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 100€
 101€ - 200€
 201€ - 300€
 301€ - 400€
 401€ - 500€
 > 500€

30. III.14. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Crédito para obras

31. III.15. Detém crédito para obras? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Avançar para a pergunta 34*

32. III.16. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito para obras? *

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 100€
- 101€ - 200€
- 201€ - 300€
- 301€ - 400€
- 401€ - 500€
- > 500€

33. III.17. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Crédito para férias

34. III.18. Detém crédito para férias? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Avançar para a pergunta 37*

35. III.19. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito para férias? *

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 100€
- 101€ - 200€
- 201€ - 300€
- 301€ - 400€
- 401€ - 500€
- > 500€

36. III.20. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Crédito pessoal

37. III.21. Detém crédito pessoal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Avançar para a pergunta 40*

38. III.22. Qual o valor da prestação mensal relativa ao crédito pessoal? *

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 100€
 101€ - 200€
 201€ - 300€
 301€ - 400€
 401€ - 500€
 > 500€

39. III.23. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Cartão de crédito

40. III.24. Detém cartão de crédito? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Avançar para a pergunta 43*

41. III.25. Qual o valor da prestação mensal relativa ao cartão de crédito? *

Marcar apenas uma oval.

< ou = 100€

101€ - 200€

201€ - 300€

301€ - 400€

401€ - 500€

> 500€

42. III.26. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outros créditos

43. III.27. Detém outro tipo de crédito? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Avançar para a pergunta 47*

Outros créditos

44. III.28. Que tipo de crédito? *

Se detém mais do que um contrato de crédito, poderá indicar os vários existentes (por exemplo: crédito empresarial, descoberto bancário)

45. III.29. Qual o valor da prestação mensal relativa a outros tipos de crédito? *

Se detém mais do que um contrato de crédito, poderá indicar a soma do valor das várias prestações mensais

Marcar apenas uma oval.

- < ou = 100€
- 101€ - 200€
- 201€ - 300€
- 301€ - 400€
- 401€ - 500€
- > 500€

46. III.30. Detém prestações em atraso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Endividamento

47. III.31. O que o(a) motivou a contrair o(s) crédito(s)? *

Selecione todas as opções aplicáveis

Marcar tudo o que for aplicável.

- Aceder a bens considerados essenciais
- Ajudar um familiar ou amigo
- Existência de dificuldades financeiras próprias no momento
- O apelo da publicidade ao crédito
- Facilidade de obter crédito
- Para manter ou melhorar o estilo de vida
- Para compensar frustrações afetivas e/ou profissionais
- Para pagar outras dívidas
- Motivo não identificado

Outra: _____

48. III.32. Se indicou a existência de prestações em atraso em algum dos créditos detidos, qual os motivos para o mesmo ocorrer?

Selecione todas as opções aplicáveis

Marcar tudo o que for aplicável.

- Desemprego
- Deterioração das condições laborais
- Gestão deficiente do agregado familiar
- Doença/ acidente de um elemento do agregado familiar
- Divórcio/ Separação
- Falecimento de pessoa que contribuía financeiramente para o agregado familiar
- Aumento do agregado familiar
- Agravamento do custo do crédito
- Despesas com educação
- Despesas de saúde

Outra: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo 4 – Saída SPSS: Recodificação das questões 3, 4 e 26 do questionário WHOQOL-BREF

```
GET
  FILE='C:\Users\aldan\OneDrive\Ambiente de Trabalho\Análise
questionário\Base_de_dados_SPSS.sav'.
  DATASET NAME ConjuntodeDados1 WINDOW=FRONT.
  DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.

  SAVE OUTFILE='C:\Users\aldan\OneDrive\Ambiente de Trabalho\Análise '+
    'questionário\Base_de_dados_SPSS.sav'
    /COMPRESSED.
  RECODE II3_Dores (1=5) (2=4) (3=3) (4=2) (5=1).
  EXECUTE.
  RECODE II3_Dores II4_Cuidado_Medico II26_Sentimentos_Negativos (1=5) (2=4) (3=3)
(4=2) (5=1).
  EXECUTE.
  RECODE II26_Sentimentos_Negativos (1=5) (2=4) (3=3) (4=2) (5=1).
  EXECUTE.
  DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.

  SAVE OUTFILE='C:\Users\aldan\OneDrive\Ambiente de Trabalho\Análise '+
    'questionário\Base_de_dados_SPSS.sav'
    /COMPRESSED.
```

Anexo 5 – Saída SPSS: Cálculo dos domínios da qualidade de vida e recodificação para uma escala de 0 a 100

```
GET
  FILE='C:\Users\aldan\OneDrive\Ambiente de Trabalho\Análise
questionário\Base_de_dados_SPSS.sav'.
  DATASET NAME ConjuntodeDados1 WINDOW=FRONT.
  COMPUTE
DOM_FISICO=MEAN.6(II3_Dores,II4_Cuidado_Medico,II10_Energia,II15_Mobilidade,II16_Sono,
  II17_Tarefas,II18_Trabalho) * 4.
  EXECUTE.
  COMPUTE
DOM_PSICOLOGICO=MEAN.5(II5_Gosto_Vida,II6_Sentido_Vida,II7_Concentracao,II11_Aparencia,
  II19_Consigo_Proprio,II26_Sentimentos_Negativos) * 4.
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_SOCIAL=MEAN.2(II20_Relacoes,II21_Sexual,II22_Apoio) * 4.
  EXECUTE.
  COMPUTE
DOM_AMBIENTE=MEAN.6(II8_Seguranca,II9_Ambiente,II12_Dinheiro,II13_Informacao,II14_Lazer
  ,
  II23_Condicoes,II24_Saude,II25_Transportes) * 4.
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_FISICO=(FISICO - 4) * (100 / 16).
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_PSICOLOGICO=(PSICOLOGICO - 4) * (100 / 16).
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_SOCIAL=(SOCIAL - 4) * (100 / 16).
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_AMBIENTE=(AMBIENTE - 4) * (100 / 16).
  EXECUTE.
  COMPUTE GERAL=MEAN(II1_Qualidade_de_Vida,II2_Saude) * 4.
  EXECUTE.
  COMPUTE DOM_GERAL_QV=(GERAL-4) * (100 / 16).
  EXECUTE.
  DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.

  SAVE OUTFILE='C:\Users\aldan\OneDrive\Ambiente de Trabalho\Análise '+
  'questionário\Base_de_dados_SPSS.sav'
  /COMPRESSED.
```

Anexo 6 – Alfa de Cronbach – domínios da qualidade de vida

Estadísticas de item-total				
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Domínio 1 - Físico	210,1278	1792,585	0,7	0,838
Domínio 2 - Psicológico	214,8627	1703,05	0,805	0,796
Domínio 3 - Social	214,143	1647,515	0,679	0,855
Domínio 4 - Meio Ambiente	214,5455	1937,507	0,721	0,835

Estadísticas de confiabilidade	
Alfa de Cronbach	N de itens
0,868	4

Anexo 7 – Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	Variâncias iguais assumidas	2,497	0,115	0,818	218	0,414	1,94232	2,37331	-2,73525	6,61989
	Variâncias iguais não assumidas			0,757	106,327	0,451	1,94232	2,56654	-3,14592	7,03055
Domínio 2 - Psicológico	Variâncias iguais assumidas	0,168	0,682	3,037	218	0,003	6,95054	2,28840	2,44033	11,46076
	Variâncias iguais não assumidas			3,027	125,021	0,003	6,95054	2,29590	2,40667	11,49441
Domínio 3 - Social	Variâncias iguais assumidas	3,663	0,057	1,931	218	0,055	5,21331	2,69986	-0,10785	10,53448
	Variâncias iguais não assumidas			1,784	106,159	0,077	5,21331	2,92198	-0,57970	11,00633
Domínio 4 - Meio Ambiente	Variâncias iguais assumidas	0,245	0,621	2,296	218	0,023	4,63461	2,01815	0,65702	8,61220
	Variâncias iguais não assumidas			2,200	114,392	0,030	4,63461	2,10706	0,46070	8,80852
Qualidade de Vida	Variâncias iguais assumidas	2,853	0,093	1,024	218	0,307	2,44610	2,38807	-2,26055	7,15276
	Variâncias iguais não assumidas			0,976	113,214	0,331	2,44610	2,50535	-2,51734	7,40954

Anexo 8 – Tamanhos de efeitos de amostras independentes

		Padronizador ^a	Estimativa de ponto	Intervalo de Confiança 95%	
				Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	d de Cohen	16,20043	0,120	-0,168	0,407
	Correção de Hedges	16,25643	0,119	-0,167	0,406
	Delta do vidro	18,47762	0,105	-0,183	0,392
Domínio 2 - Psicológico	d de Cohen	15,62080	0,445	0,154	0,735
	Correção de Hedges	15,67480	0,443	0,154	0,732
	Delta do vidro	15,71165	0,442	0,144	0,738
Domínio 3 - Social	d de Cohen	18,42946	0,283	-0,006	0,571
	Correção de Hedges	18,49317	0,282	-0,006	0,569
	Delta do vidro	21,04651	0,248	-0,043	0,537
Domínio 4 - Meio Ambiente	d de Cohen	13,77608	0,336	0,047	0,625
	Correção de Hedges	13,82371	0,335	0,047	0,623
	Delta do vidro	14,83650	0,312	0,019	0,603
Qualidade de Vida	d de Cohen	16,30115	0,150	-0,138	0,437
	Correção de Hedges	16,35750	0,150	-0,137	0,436
	Delta do vidro	17,69765	0,138	-0,150	0,426

a. O denominador usado na estimativa dos tamanhos dos efeitos.

O d de Cohen usa o desvio padrão agrupado.

A correção de Hedges usa o desvio padrão agrupado, além de um fator de correção.

O delta de Glass usa o desvio padrão de amostra do grupo de controle.

Anexo 9 – Teste de homogeneidade de variâncias – Domínio psicológico e tipologias de créditos detidos

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Domínio 2 - Psicológico	Com base em média	1,152	3	216	0,329
	Com base em mediana	0,833	3	216	0,477
	Com base em mediana e com gl ajustado	0,833	3	184,217	0,477
	Com base em média aparada	0,978	3	216	0,404

Anexo 10 – Teste de *Tukey*: Domínio psicológico e tipologias de crédito

Tukey HSD^{a,b}

	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Com crédito não hipotecário	22	64,2045	
Sem crédito	67	64,8632	64,8632
Com crédito hipotecário	24	68,0556	68,0556
Com crédito hipotecário e outros	107		74,2212
Sig.		0,713	0,051

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 35,909.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Anexo 11 – Teste de homogeneidade de variâncias – Domínios da qualidade de vida e (não) deter prestações em atraso

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Domínio 1 - Físico	Com base em média	1,907	2	217	0,151
	Com base em mediana	1,052	2	217	0,351
	Com base em mediana e com gl ajustado	1,052	2	192,332	0,351
	Com base em média aparada	1,542	2	217	0,216
Domínio 2 - Psicológico	Com base em média	0,620	2	217	0,539
	Com base em mediana	0,409	2	217	0,665
	Com base em mediana e com gl ajustado	0,409	2	211,488	0,665
	Com base em média aparada	0,486	2	217	0,616
Domínio 3 - Social	Com base em média	2,290	2	217	0,104
	Com base em mediana	1,117	2	217	0,329
	Com base em mediana e com gl ajustado	1,117	2	194,503	0,329
	Com base em média aparada	2,230	2	217	0,110
Domínio 4 - Meio Ambiente	Com base em média	0,544	2	217	0,581
	Com base em mediana	0,315	2	217	0,730
	Com base em mediana e com gl ajustado	0,315	2	207,085	0,730
	Com base em média aparada	0,450	2	217	0,638
Qualidade de Vida	Com base em média	2,134	2	217	0,121
	Com base em mediana	1,253	2	217	0,288
	Com base em mediana e com gl ajustado	1,253	2	214,633	0,288
	Com base em média aparada	1,943	2	217	0,146

Anexo 12: Teste de *Tukey*: Domínios da qualidade de vida e (não) deter créditos em atraso

Domínio 1 - Físico

Tukey HSD^{a,b}

Crédito/ Prestação	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Com crédito com atraso	9	58,7302	
Sem crédito	67		73,0810
Com crédito sem atraso	144		76,0417
Sig.		1,000	0,806

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 22,560.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Domínio 2 - Psicológico

Tukey HSD^{a,b}

Crédito/ Prestação	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Com crédito com atraso	9	49,0741	
Sem crédito	67		64,8632
Com crédito sem atraso	144		73,2350
Sig.		1,000	0,145

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 22,560.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Domínio 3 - Social

Tukey HSD^{a,b}

Crédito/ Prestação	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	
Com crédito com atraso	9	60,1852	
Sem crédito	67	66,7910	
Com crédito sem atraso	144	72,7431	
Sig.		0,057	

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 22,560.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Domínio 4 - Meio Ambiente

Tukey HSD^{a,b}

Crédito/ Prestação	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Com crédito com atraso	9	53,1250	
Sem crédito	67		66,7910
Com crédito sem atraso	144		72,5694
Sig.		1,000	0,311

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 22,560.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Qualidade de Vida

Tukey HSD^{a,b}

Crédito/ Prestação	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Com crédito com atraso	9	58,3333	
Sem crédito	67		69,7761
Com crédito sem atraso	144		73,0903
Sig.		1,000	0,768

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 22,560.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

Anexo 13 – Teste de amostras independentes: teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para igualdade de médias

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	Variâncias iguais assumidas	0,325	0,569	3,453	151	0,001	17,31151	5,01296	7,40690	27,21612
	Variâncias iguais não assumidas			3,188	8,856	0,011	17,31151	5,43071	4,99576	29,62726
Domínio 2 - Psicológico	Variâncias iguais assumidas	0,003	0,959	4,834	151	0,000	24,16088	4,99847	14,28491	34,03684
	Variâncias iguais não assumidas			5,315	9,283	0,000	24,16088	4,54618	13,92434	34,39742
Domínio 3 - Social	Variâncias iguais assumidas	0,122	0,728	2,154	151	0,033	12,55787	5,82986	1,03924	24,07650
	Variâncias iguais não assumidas			2,524	9,491	0,031	12,55787	4,97505	1,39157	23,72417
Domínio 4 - Meio Ambiente	Variâncias iguais assumidas	0,124	0,726	4,523	151	0,000	19,44444	4,29924	10,95000	27,93889
	Variâncias iguais não assumidas			4,400	8,966	0,002	19,44444	4,41925	9,44158	29,44730
Qualidade de Vida	Variâncias iguais assumidas	0,077	0,782	2,805	151	0,006	14,75694	5,26177	4,36074	25,15315
	Variâncias iguais não assumidas			3,054	9,255	0,013	14,75694	4,83169	3,87262	25,64127

Anexo 14 – Tamanho de efeitos de amostras independentes [relação entre os domínios da qualidade de vida e (não) ter prestações em atraso]

		<u>Intervalo de Confiança 95%</u>			
		Padronizador ^a	Estimativa de ponto	Inferior	Superior
Domínio 1 - Físico	d de Cohen	14,58987	1,187	0,498	1,871
	Correção de Hedges	14,66284	1,181	0,496	1,862
	Delta do vidro	15,88293	1,090	0,216	1,923
Domínio 2 - Psicológico	d de Cohen	14,54768	1,661	0,959	2,357
	Correção de Hedges	14,62043	1,653	0,955	2,345
	Delta do vidro	13,13951	1,839	0,708	2,931
Domínio 3 - Social	d de Cohen	16,96739	0,740	0,060	1,417
	Correção de Hedges	17,05225	0,736	0,060	1,410
	Delta do vidro	14,29949	0,878	0,064	1,654
Domínio 4 - Meio Ambiente	d de Cohen	12,51264	1,554	0,856	2,247
	Correção de Hedges	12,57522	1,546	0,851	2,236
	Delta do vidro	12,88471	1,509	0,498	2,479
Qualidade de Vida	d de Cohen	15,31400	0,964	0,280	1,644
	Correção de Hedges	15,39060	0,959	0,279	1,636
	Delta do vidro	13,97542	1,056	0,192	1,879

a. O denominador usado na estimativa dos tamanhos dos efeitos.

O d de Cohen usa o desvio padrão agrupado.

A correção de Hedges usa o desvio padrão agrupado, além de um fator de correção.

O delta de Glass usa o desvio padrão de amostra do grupo de controle.